

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CAMPUS FRANCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

BRUNA CAMPOS GONÇALVES

**CONSTRUCTOS IDENTITÁRIOS ENTRE OS CONCEITOS DE REALEZA DE
TEMÍSTIO E AMIANO MARCELINO (SÉCULO IV D.C.)**

**FRANCA
2011**

BRUNA CAMPOS GONÇALVES

**CONSTRUCTOS IDENTITÁRIOS ENTRE OS CONCEITOS DE REALEZA DE
TEMÍSTIO E AMIANO MARCELINO (SÉCULO IV D.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/ Campus de Franca. Como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Margarida Maria de Carvalho.

**FRANCA
2011**

Gonçalves, Bruna Campos

Constructos identitários entre os conceitos de realeza de
Temístio e Amiano Marcelino (Século IV D.C.) / Bruna Campos
Gonçalves. – Franca : [s.n.], 2011

147 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Margarida Maria de Carvalho

1. História antiga – Roma. 2. Temístio – Amiano Marcelino
– Crítica e interpretação. 3. Exército romano – História militar.
I. Título.

CDD – 937.092

BRUNA CAMPOS GONÇALVES

**CONSTRUCTOS IDENTITÁRIOS ENTRE OS CONCEITOS DE REALEZA DE
TEMÍSTIO E AMIANO MARCELINO (SÉCULO IV D.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Professora Doutora Margarida Maria de Carvalho
Universidade Estadual Paulista / Franca
Orientadora

1º. Examinador: Professor Doutor Carlos Augusto Ribeiro Machado
Universidade Federal de São Paulo
Suplente: Renan Frighetto
Universidade Federal do Paraná

2º. Examinador: Professor Doutor Cláudio Umpierre Carlan
Universidade Federal de Alfenas
Suplente: Marina Regis Cavichioli
Universidade Federal da Bahia – Campus de Salvador

Franca, 02 de Dezembro de 2011

Dedico a todos os meus amores.

Agradecimentos

O caminho percorrido foi longo, trabalhoso e recompensador. Posso dizer que no Mestrado aprendi e vivi muito. Compartilhei ideias, descobri novos horizontes, viajei e apreciei novas culturas, novos amigos e colegas. Posso dizer que a muitos devo todo esse aprendizado, os valores adquiridos.

Primeiramente, gostaria de agradecer a orientadora Margarida Maria de Carvalho, que com enorme paciência discutiu ideias, apontou caminhos e criou oportunidades. A Ela eu sou muito grata por tudo e, também, pelo apoio contínuo, não só na pesquisa como na vida, tendo se tornado a querida amiga Margô.

Ao Programa de Pós-graduação de História, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/ campus Franca, pelo acolhimento e oportunidade de desenvolver a pesquisa histórica. Um agradecimento especial a FAPESP pelo preciosismo acadêmico exigido e pelo financiamento desse estudo, sem ela a divulgação da pesquisa e a busca de novas perspectivas de análise não seriam possíveis.

Ao Professor Carlos Augusto Ribeiro Machado e ao Professor Cláudio Umpierre Carlan um super obrigado, pelos elogios e pelas críticas, pelo comprometimento e pelos preciosos apontamentos apresentados durante o percurso de nossa análise da Antiguidade Tardia.

Ao Professor Jean-Michel Carrié pela acolhida na École des Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris, uma grande oportunidade! Também, pelas conversas, passeios e atenção dedicada.

A todos os professores que me auxiliaram nessa jornada, desde a mais tenra idade até hoje. Do jardim de infância ao Mestrado eles muito me auxiliaram a conhecer um pouco desse mundo, me instigando todos os dias a aprender mais.

Muito obrigado a todos os professores e colegas de congressos que acreditaram no meu trabalho e de uma forma peculiar ajudaram no seu desenvolvimento.

Aos meus pais, pois sem eles nada seria possível; nem mesmo a minha história. Agradeço por terem me educado, pelas conversas, discussões e brigas que me auxiliaram a crescer e desbravar o mundo. As minhas queridas irmãs, pelas diversões, trabalhos voluntários e companheirismo de todas as horas. A Natália por

me ensinar a ver o mundo por outra perspectiva e a Luana pelas inúmeras conversas, de boteco ou MSN. A todos os primos e tios, a Vó Marina e ao Vô Fonso, a Vó Encarnação e ao Vô Domingos.

Ao meu querido companheiro de vida, Douglas, pelos inúmeros momentos vividos, pelo comprometimento e companheirismo. Ao amor que descobri durante essa jornada rumo à titulação de Mestre. Aos meus muitos amigos um super, hiper, muito obrigado por todas as horas de bagunça, de festa, de encontros e desencontros, conversas e discussões teóricas. Aos amigos de colégio, de faculdade, da república, da natação, do bairro, do Bezerra de Menezes, do salão de beleza, e principalmente, aos que estão juntos nessa jornada: Margô, Helena, Natália Frazão, Dominique, Érica, Daniel, André, Semirames e Nathalia Junqueira.

Gonçalves, Bruna Campos. **Constructos identitários entre os conceitos de Realeza de Temístio e Amiano Marcelino (século IV d.C.).** 2011. 147f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

Resumo

No contexto da Antiguidade Tardia, observamos os ideais de *Realeza* que se propagaram no Império Romano no século IV d.C., mais especificamente, nos relatos de dois autores que partilharam dos acontecimentos políticos ocorridos entre os governos de Constâncio II a Teodósio (337-395 d.C.), sendo eles: o filósofo Temístio (317-388 d.C.) com seus discursos políticos; e o militar Amiano Marcelino (325/330-395 d.C.) com sua obra *Res Gestae*. Ao longo de nossa pesquisa, buscamos observar as características de cada autor, e confluímos suas experiências de vida para encontrarmos os pontos convergentes e divergentes de seus conceitos em torno das responsabilidades Imperiais. Nesse ínterim, ressaltarmos o entrelaçamento entre romanos e *bárbaros*, muito perceptível nesse momento; e como este processo de interação de culturas influenciou no pensamento dos escritores tardo-antigos aqui estudados. Também, preocupamo-nos em observar como um filósofo e um militar desenvolveram tais ideais em relação a dois governantes distintos: Joviano (363-364 d.C.) e Valentiniano I (364-375 d.C.), para tanto fizemos uma análise mais específica dos Discursos V – A Joviano – e VI – ao Amor Fraternal ou Sobre a Humanidade – de Temístio e dos Livros XV a XXX de Amiano Marcelino, por serem Imperadores eleitos diretamente pelo Exército Romano, sem o auxílio de outros órgãos da sociedade romana. Além disso, são eles, até o momento, os imperadores romanos menos explorados pelas historiografias ibérica, francesa, britânica e nacional consultadas até o momento. Em geral, tais historiografias quando se referem a esses governantes, os mencionam de maneira pejorativa. Assim, em um momento de grande efervescência sócio-político cultural, dois autores não cristãos escrevem seus trabalhos, com o intuito de relembrem seu público à importância das virtudes e para tanto se baseiam em exemplos da tradição clássica; da mesma forma percebemos outros elementos que permeiam a estrutura de bom governante de ambos: Temístio e Amiano Marcelino.

Palavras – Chave: Antiguidade Tardia. Amiano Marcelino. Temístio. Barbarização. *Realeza*.

Gonçalves, Bruna Campos. **Constructs of identity between Themistius' and Ammianus Marcellinus' concepts of Royalty (IV Century AD)** 2011. 147f. Dissertation presented to the Graduation Program in History at Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

Abstract

In the context of Late Antiquity, we observe the ideals of Royalty which spread throughout the Roman Empire in the IV century AD, especially the reports of two writers who shared political events which occurred between the governments of Constantius II and Theodosius (337-395 AD), they are: the philosopher Themistius (317-388 AD) with his political speeches and the military Ammianus Marcellinus (325/330-395 AD) with his work *Res Gestae*. Throughout our research, we aimed to observe the characteristics of each writer and merge their life experiences to find the convergent and divergent points of their concepts around the imperial responsibilities. Meanwhile, we highlight the interlinking between Romans and barbarians, very perceptible at that time; since this process of culture interaction influenced the thoughts of the ancient late writers here studied. We also sought to observe how a philosopher and a military developed such ideals in relation to two distinct rulers: Jovian (363-364 AD) and Valentinian I (364-375 AD), for this a more specific analysis of the Speeches V was made – to Jovian – and VI – to Fraternal Love or on Humanity – Themistius' and Books XV to XXX by Ammianus Marcellinus for being Emperors directly elected by the Roman Army, without any help from other agencies of the Roman society. Moreover, they are, so far, the least explored Roman emperors by the Iberian, French, British and national historiographies checked so far. In general, when such historiographies refer to these rulers, they are mentioned in a pejorative way. Thus, in a time of great socio-political and cultural excitement, two non-Christian writers write their papers in order to remind their audience of the importance of virtues and, because of that, both of them base themselves in examples from the classical tradition; the same way we perceive other elements that permeate the structure of both good rulers: Themistius and Ammianus Marcellinus.

Key-Words: Late Antiquity. Ammianus Marcellinus. Themistius. Barbarity. Royalty.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I – Temístio e Amiano Marcelino: suas obras e contextos históricos.....	20
1.1 A trajetória de vida de Temístio e Amiano Marcelino.	20
1.1.1 O filósofo Temístio	21
1.1.2. O militar e estrategista Amiano Marcelino.....	26
1.2. Análise das obras do filósofo e do militar:	30
1.2.1. Os panegíricos de Temístio:	30
1.2.1.1. Os Panegíricos	34
1.2.2. A Res Gestae.....	45
1.2.2.1. A Res Gestae e seus livros	47
Capítulo II - A Realeza em Temístio.....	54
2.1. Considerações preliminares.....	54
2.2. As virtudes e a importância da philanthrōpía	64
2.3. A tolerância Político-Religiosa.....	70
2.4. Os Bárbaros	74

Capítulo III – O conceito de Realeza de Amiano Marcelino	80
3.1. Considerações Preliminares	80
3.2. As Virtudes	82
3.3. A questão político-religiosa no pensamento de Amiano Marcelino	88
3.4. Os bárbaros	91
3.5. A questão da Sucessão e do Poder Imperial	94
3.6. Outras características inerentes a Realeza de Amiano.....	99
Capítulo IV – O Conceito de Realeza de Temístio e Amiano Marcelino e seus constructos identitários	103
4.1. Considerações preliminares	103
4.2. O Imperador Joviano.....	113
4.3. O Imperador Valentiniano I	121
Considerações Finais	128
Bibliografia	131
ANEXOS.....	139

Introdução

As concepções ideológicas governamentais são temas sempre muito discutidos em diversas áreas do saber: dentre essas a História em toda sua temporalidade. A investigação histórica aqui presente não fugirá a essa temática.

O tema da Realeza foi largamente discutido no arco cronológico da Antiguidade Tardia (meados do III ao VIII século d.C.). Inúmeros autores deixaram marcados na memória política da História do Império Romano suas ideias acerca de como o Imperador deveria governar e ser um exemplo a ser seguido pelos seus cidadãos ou súditos. Como exemplo de escritores da Tardo-antiguidade temos Eusébio de Cesareia com suas obras *História Eclesiástica*¹ e *Vida de Constantino*² e Juliano com sua *Carta a Temístio*³ que, de certa forma, foram fontes inspiradoras para outros autores os quais em geral eram membros dos setores mais abastados, intelectualmente, do Império.

Dessa maneira, era comum, no período assinalado, a discussão em torno da ideologia⁴ de governo e do governante que serviam para fortalecer o sistema vigente. Tal época é marcada pelo sincretismo político-religioso, militar, administrativo e cultural.

Logo, nessa pesquisa, temos como impulso inicial entender e interpretar os conceitos de Realeza de dois autores, a princípio, muito distintos por se tratar de um filósofo da corte imperial e um militar especialista no serviço de Inteligência e na arte bélica, são esses a saber: Temístio e Amiano Marcelino. O primeiro, respectivamente, a campanha de perto os governos de Constâncio II a Teodósio; o segundo combateu ao lado de Constâncio II e Juliano tendo o cargo de *Protector*

¹ EUSÉBIO DE CESARÉIA. *The ecclesiastical history*. With an english translation by Kirsopp Lake and J. E. L. Oulton. London: The Loeb Classical Library, 1998, 2v.

² _____. *Vida de Constantino*. Introducción, traducción y notas de Martin Gurruchaga. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

³ JULIANO. *Contra los Galileos*. Cartas y Fragmentos. Testimonios. Leyes. Introducción, traducción u notas por José Garcia Blanco y Pilar Gimenez Gazapo. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

⁴ Entendemos por Ideologia o conjunto articulado de ideias, valores, opiniões, crenças, etc., que expressam e reforçam as relações que conferem unidade a determinado grupo social, seja qual for o grau de consciência que disso tenham seus portadores. Texto retirado do Dicionário Aurélio.

*Domestici*⁵. Entretanto, em sua narrativa, *Res Gestae*, descreve os feitos militares de outros imperadores como Joviano, Valentiniano I, Valente, Graciano e Valentiniano II.

Com o intuito de mapear as convergências e divergências entre os conceitos desses dois autores, resolvemos ter como objetivo primordial elaborar os *Constructos identitários* existentes entre esses dois escritores. Assim, ao lermos os documentos selecionados para esse estudo percebemos que seria possível aplicarmos a ideia de *Identidade* e de *Hibridismo Cultural*. Entendemos como *Identidade* a relação entre diferentes culturas que se relacionam entre si formando um possível elo seja ele discursivo ou narrativo, mas que incorporem o campo do simbólico. Quanto ao que apreendemos de *Hibridismo Cultural*, concordamos com Peter Burke ao nos transmitir que: “não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre grupos e sim, pelo contrário, um contínuo cultural.” (BURKE, 2003: 02).

Além de compararmos os conceitos de *Realeza* esboçados pelos autores escolhidos, veremos como tais pensamentos foram utilizados nas análises dos governos dos imperadores Joviano (363-364 d.C) e Valentiniano I (364-375 d.C). A opção por esses governantes é devido ao fato deles terem sido proclamados diretamente pelo Exército Romano e, apesar de outros imperadores terem sido selecionados e legitimados por essa força armada, em nossa compreensão, o Príncipe iliriano e o Príncipe panoniano foram os exemplos mais notórios daquela situação.

Logo, nossa proposta se caracteriza em estudar como esses dois escritores da tardo-antiguidade compreendiam a *Realeza*, num momento em que o Exército Romano contava com o auxílio dos estrangeiros, ou seja, pretendemos observar como os laços identitários, entre romanos e bárbaros⁶, presentes no mundo romano no qual faziam parte, estão inseridos em seus ideais. Salientamos que nossa pesquisa se desenvolve perante a perspectiva da *barbarização* como elemento enriquecedor da cultura romana, uma vez que tanto esta como as culturas *bárbaras*,

⁵ Segundo Gilvan Ventura da Silva *Protector domestici* um ‘burocrata a serviço dos comandantes militares’, eram auxiliares de campo de um general, sendo assim, responsáveis pela atualização dos efetivos militares disponíveis, pela supervisão do abastecimento das tropas e pelo desempenho de missões especiais. (SILVIA, 2007:168).

⁶ Usamos o termo *barbarização* isento de preconceito, demarcando que não nasceram no Império Romano.

influenciavam-se mutuamente, gerando assim, um Hibridismo Cultural, já mencionado.

Acreditamos que a inserção do elemento *bárbaro* na sociedade romana foi um dos fatores principais que contribuiu para a riqueza do período. Assim, contrariamos a posição que realça a ideia de *barbarização* como fator de declínio e queda do Império romano, ponto defendido por Arther Ferril (1989) e Ramsay MacMullen (1963). Em oposição a essa questão encontramos J. H. W. G. Liebeschuetz (1999) e Peter Heather (2006), dois historiadores britânicos que estudam a diversidade no império romano como fator agregador, sendo essa, também, nossa posição.

Ao nos propormos a analisar a construção de novas identidades, entre romanos e *bárbaros*, observamos como a confluência das diferentes culturas influenciaram em toda a sociedade romana, incluindo o aparato militar-administrativo do Império. Dessa forma, entendemos a preocupação de ambos os autores aqui estudos para com o grupo de estrangeiros, estejam eles dentro ou fora do *limes* romano. Essa situação influenciou na construção dos conceitos de Realeza, tanto de Temístio quanto de Amiano Marcelino.

Nosso pensamento vai ao encontro do conceito de *Antiguidade Tardia*, que abrange desde meados do século III d.C. a meados do século VIII d.C.; como podemos observar, abarca o alvo de nosso estudo: o século IV d.C., permitindo na confluência cultural aqui visualizada.

Ao utilizarmos o termo *Antiguidade Tardia*, observamos a convergência de antigos elementos culturais romanos, diríamos os herdados pela tradição greco-romana, com novas características que apareciam, principalmente, quando os romanos entraram em contato com outros povos. Caracterizava-se, desse modo, nova(s) identidade(s) no mundo romano tardo-antigo, nessa perspectiva nos distanciamos da tradicional e anacrônica ideia desse momento ser marcado como um período de 'decadência' e 'ruína' frente ao 'civilizado' mundo clássico.

Um período distinguido, como disse Henri-Irénée Marrou, por "sua originalidade e que deve ser julgada por ela mesma e não através dos cânones dos anos anteriores." (MARROU, 1977:13). O que Jean-Michel Carrié complementa, anos mais tarde, afirmando que se trata de um "período da História que não é nem o fim de um mundo, nem o começo de outro, mas tudo isso ao mesmo tempo" (1999:25). Ou seja, a sociedade romana, nesse momento, tem suas próprias particularidades, e deve ser estudada por si própria.

De acordo com Robert Malcolm Errington, a tardo-antiguidade respondeu aos “desafios colocados por ambas as forças: internas e externas, mudando e condicionando a estrutura do império de forma tão duradoura que seria difícil subestimar a sua importância.” (ERRINGTON, 2006:01). Concordamos com Errington quando expressa a importância da relação romana bárbara, portanto discordamos de Edward Gibbon (1777) quando associa a barbarização do Império a sua queda.

Dessa maneira, acreditamos que os bárbaros inseridos no corpo bélico Romano auxiliava na aclamação dos imperadores romanos, no século IV d.C., uma vez que tal eleição acontecia dentro do Exército do Império Romano. O que podemos observar na elevação de dois Imperadores, como já aludimos, e que nos propomos a averiguar, Joviano e Valentiniano I, aclamados pelos soldados do Exército romano após a morte de Juliano (361-363 d.C.) – último Imperador da dinastia Constantiniana.

Tais imperadores, que sucederam Juliano, possuíam ligações diretas com o exército, o primeiro foi Joviano, filho de um General que serviu como oficial do *Estado-maior*⁷, e que pela aclamação de uma facção do exército, que se encontrava em crise após a morte de Juliano, alcançou o cargo de imperador. O que nos chama atenção são as visões diferenciadas apresentadas pelo militar e pelo filósofo sobre o seu governo; sem nos esquecermos que um deles, o historiador antioquiano, escreveu suas perspectivas muito tempo depois da morte de Joviano (XXV, 5-10) e que Temístio teria redigido seu panegírico a Joviano (*Disc. V*) assim que ele foi escolhido como próximo governante de Roma.

Já, os irmãos Valentiniano I (364-375 d.C.) e Valente (364-378 d.C.), filhos de um camponês da Panônia que chegou a função de general, entraram no exército como oficiais da cavalaria. Valentiniano I, sem nenhuma razão aparente ou, como disse Amiano, “com a inspiração dos poderes celestes” (XXVI,1,5), é proclamado Imperador por um conclave que reunia os altos oficiais militares e civis. Em seguida, Valentiniano propõe um governo conjunto com seu irmão Valente, união essa ressaltada no discurso que Temístio direcionou a Valentiniano e Valente sobre o amor fraterno (*Disc. VI*).

⁷ Como Estado-maior entendemos que seja um grupo de oficiais que assessoravam um comandante no planejamento e no controle de execução de operações militares. Iremos averiguar a validade ou não do termo para a História Antiga.

A participação da armada romana nas aclamações dos referidos Imperadores é decisiva, uma vez que, como nos mostra Amiano Marcelino nas passagens XXV, 5 e XXVI, 1, eram os soldados-generais que escolhiam o futuro Imperador Romano. Desde meados do século III d.C. e ao longo do século IV d.C., a sucessão Imperial Romana se encontrava intrinsecamente ligada ao Exército do Império Romano, e não mais precisava da legitimação do Senado para referendar o poder do novo Imperador. Na passagem abaixo Amiano transcreve o que um oficial sênior disse em uma reunião, que decidiria quem seria o próximo governante:

O que você faria se o imperador (o que acontecia com frequência) em sua ausência deixasse a você a condução da guerra? Você colocaria tudo de lado e salvaria os soldados dos perigos ameaçadores? Faça isso agora, e se nos for permitido ver a Mesopotâmia, os votos unidos dos dois exércitos irão decidir por um imperador legítimo. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 5,3).

As últimas indicações do senado para o cargo imperial foram durante os Governos Militares, com a entronização de Gordiano I (238 d.C.) e Gordiano II (238 d.C.) - mortos em guerra civil -, Pupieno (238 d.C.) e Balbino (238 d.C.) - assassinados pela guarda -, Valeriano (253-260 d.C.) - eleito em conjunto com o exército - e Tácito (275-276 d.C.) - o último imperador que alcançou o Poder Imperial através do Senado⁸. Mas é somente a partir de Caro (282-283 d.C.) que o Senado não mais era consultado na questão da sucessão imperial.

A reforma que permitiu a maior estabilidade do Império, após cinquenta anos de instabilidade, foi realizada na estrutura governamental pelo Augusto Diocleciano (284-305 d.C.), que chegava a Imperador em um momento de crises. Ao anunciarmos crises, estamos nos referindo à constante troca de governantes em um curto período de tempo, uma vez que tivemos vinte Imperadores em cinquenta anos (234-284 d.C.). Realçamos que não estamos de acordo com os autores André Piganiol (1947), M. Rostovtzeff (1962) e André Chastagnol (1985), quando mencionam a crise do século III como se aquela abrangesse todos os setores da sociedade.

Diocleciano visou o estabelecimento de novas políticas, dentre elas observamos a consolidação de uma nova organização administrativa nos trâmites do

⁸ Como podemos observar na tabela 1, que segue em anexo.

governo imperial: a Tetrarquia, a qual seria um governo de quatro governantes: dois Augustos e dois Césares, sendo que cada um governava uma localidade do Império, por exemplo, a primeira tetrarquia foi formada pelos dois Augustos: Diocleciano que cuidava das províncias orientais e do Egito, e Maximiano com os cuidados da Itália e da África setentrional; e pelos dois Césares: Galério que auxiliava nas províncias balcânicas, e Constâncio Cloro na Hispânia, na Gália e na Britânia.

Quando Diocleciano recebe a púrpura Imperial, em 284 d.C., Roma estava passando por um momento de crise na sua linha sucessória; como apontamos, não referendamos a historiografia que crê numa crise do século III d.C. Em contrapartida citamos Carlos Augusto Machado, que em seu artigo *Edifícios e Políticas na Roma Tetrárquica (285-303 d.C.)* demonstra que características dos reinados anteriores à Tetrarquia continuaram sendo aplicadas em meio às inovações que surgiam. (2005:89). Tal período teria se iniciado com o fim dos governos da dinastia Severiana (193-234 d.C.), em 234 d.C., cuja política esteve cada vez mais voltada para o exército, instituição que não deixará de exercer influência em toda a política administrativa romana dos próximos séculos.

Logo após a retirada de Diocleciano em 305 d.C. juntamente com a de Maximiano (286-305 d.C.), uma nova Tetrarquia se forma, na qual está inserido o futuro Imperador Constantino (306-337 d.C.), que, após vencer uma guerra interna em 324 d.C., com seu parceiro de governo Lícínio, também, conhecida como a batalha da ponte Milvio, governou sozinho por 13 anos. Tal Imperador tornou-se o primeiro de uma dinastia que se desenhava nesse novo momento da história do Império Romano, sempre com o apoio dos militares. A era Constantiniana foi marcada pelos governos de seus filhos Constantino II (337-340 d.C.), Constante (337-350 d.C.) e Constâncio II (337-361 d.C.), e pelo sobrinho Juliano (361-363 d.C.), último governante daquela dinastia.

Cabe ressaltar, que tanto Diocleciano quanto Constantino incrementaram a força elástica do Exército Romano, que teria sido instaurada, primeiramente, por Galiano (253-268), em meados do século III d.C. A força elástica, de acordo com Arther Ferril, não sustentava uma posição determinada, tendo a liberdade de buscar a força de ataque do inimigo e derrotá-la logo que possível. (FERRIL, 1989:33). Tal inovação na força bélica romana permitiu a maior entrada de bárbaros em seu corpo, uma vez que era necessário um maior contingente para alcançar tais objetivos.

A constituição de elos dinásticos, estabelecido por Constantino, é rompida após a morte do Imperador Juliano, uma vez que esse imperador não possuía nenhum herdeiro. Amiano, na passagem destacada abaixo, aponta o desinteresse do governante com sua sucessão, pelo menos através de laços sanguíneos; tendo em vista o voto de castidade que fez em seguida ao falecimento de sua mulher.

Em primeiro lugar, ele era notado por sua castidade inviolada, após a perda de sua mulher, é conhecido que ele nunca mais teve um pensamento voltado para o amor, tinha em mente o que lemos em Platão, que Sófocles, um poeta trágico, quando ele era questionado, na grande idade, se ainda tinha encontros com mulheres, disse que havia escapado dessa paixão assim como de um louco e cruel mestre. Também para dar grande força para este princípio Juliano frequentemente repetia os dizeres de um poeta lírico *Bacchylides*, que ele adorava ler, o qual declarava que a destreza do pintor dá face à beleza assim como a castidade dá charme a uma vida de altos objetivos. Ele evitava, com muito cuidado, uma mancha na sua madura força viril, até mesmo seus atendentes mais confidenciais nunca (como sempre acontece) acusou ele, nem teve uma suspeita, de lubricidade. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 4, 2-3).

Conseguimos observar, com esses apontamentos, que no período logo após Juliano não era possível a prática da sucessão imperial por consanguinidade, e quando houve tal possibilidade os militares ratificavam ou não a escolha do parente. Até mesmo porque cada vez mais o estrangeiro, inserido no corpo do Exército romano, participava dessa decisão. Dessa forma, para evitar contestações e sublevações por facções do Exército, era o próprio órgão bélico que elegia o governante Imperial.

O ideal dinástico que vigorava não contemplaria mais os problemas que o Exército estava enfrentando, ao levarmos em consideração o que discutimos anteriormente, e o fato das eleições de Joviano e Valentiniano I terem acontecido no meio da guerra contra o inimigo persa. De modo que não seria possível esperar a decisão do herdeiro, era necessária uma medida imediata. Assim sendo, o contexto bélico exigia uma escolha Imperial que partisse dos militares, uma vez que eram eles que conheciam o que se passava nos *fronts* romanos, podendo dessa maneira tomar a melhor decisão para o Império e seus soldados.

Nessas circunstâncias, e em muitas outras ocorridas anteriormente, os militares eram os responsáveis por eleger o Imperador. Tudo indica que a menor das preocupações dos militares era quanto à *Paidéia* do escolhido, fator esse que

influenciava na escolha de Imperadores de épocas anteriores, e assim para efeito de complementação concordamos com Margarida Maria de Carvalho quando diz que

Paidéia é um conjunto de ações pedagógicas, políticas, filosóficas e religiosas (consideradas por nós como um conjunto político-cultural) que aprimora o discursivo persuasivo (retórico, ou arte da persuasão) daqueles que necessitam demonstrar e impor seu poder. (CARVALHO, 2010:26).

Quando o historiador⁹ militar se remete ao processo sucessório, notamos a intensa movimentação do Exército, não podendo nos esquecer que nesse momento os estrangeiros ocupavam posições, de soldado a general, dentro do órgão bélico romano. Na passagem abaixo, em que Amiano narra à ascensão do Imperador Joviano, chama-nos a atenção o fato de serem quatro generais de origem *bárbara* a escolherem o sucessor de Juliano.

Depois disso não tinha mais tempo para lamentos ou lágrimas. Depois de cuidar para que o corpo de Juliano, tão bem quanto os meios em mãos e as circunstâncias permitiam, na ordem que ele devia descansar no lugar onde havia previamente escolhido, na madrugada do dia seguinte, o que era vinte e sete de junho, com o inimigo cercando-nos por todos os lados, os generais do Exército em assembleia, e tendo chamado os comandantes das legiões e dos esquadrões da cavalaria, eles consultaram sobre a escolha do imperador. Eles estavam divididos entre facções turbulentas, Arintheus e Victor, com os outros oficiais sobreviventes da corte de Constâncio, procuraram por um adequado homem da sua parte; do outro lado, Nevitta e Dagalaifus, assim como os chefes das Gálias, tentaram procurar um homem dentro dos companheiros soldados. (AMIANO MARCELINO, *Hist.* XXV, 5, 1-2).

Sendo assim, nossos estudos se situa numa perspectiva mais ampla que a comparação de dois conceitos de *Realeza*, do Amiano e do Temístio, a luz dos acontecimentos históricos narrados; buscaremos compreender a Identidade e/ou Alteridade entre ambos os autores, assim como, também, procuraremos entender como o elemento estrangeiro, introduzido no mundo romano, estava inserido nesses modelos elaborados pelo historiador militar e pelo filósofo.

⁹ Utilizamos este termo, historiador, levando em consideração que não existem regras absolutas, de validade universal, para a escrita da História; assim, sua narrativa histórica é construída por paráfrases e por suas experiências e não por uma leitura crítica da documentação disponível, como faria um historiador moderno.

Em virtude de melhor analisarmos os pontos por nós destacados, iniciaremos nosso trabalho fazendo um tratamento documental das obras escolhidas para análise e a interpretação de dados biográficos de seus autores. No primeiro capítulo do trabalho voltamos nossa atenção para a história de vida de cada autor, ressaltando tanto os pontos que possuíam em comum, como os que se distanciavam. Dessa maneira, podemos compreender o ambiente em que construíram seus conceitos, uma vez que acreditamos que o presente vivido dos escritores influenciava seus ideais.

Após estudarmos a trajetória de ambos os autores tardo-antigos, nos deteremos no tratamento documental de suas obras, a *Res Gestae* de Amiano Marcelino e os panegíricos de Temístio. Consideramos de grande relevância submeter tais trabalhos tardo-antigos às críticas internas, necessárias a serem feitas. Tal medida será de grande importância para compreendermos como ambos os autores aplicaram seus ideais de *Realeza* ao descreverem os governos pós-Juliano.

A partir desse estudo, analisaremos os conceitos de *Realeza* de Temístio e de Amiano, respectivamente no segundo e no terceiro capítulo. Durante o segundo capítulo partiremos da análise dos panegíricos do filósofo e da discussão historiográfica para compreendermos como o autor entendeu a *Realeza* em seu período. Ao longo da discussão procuraremos observar como a interação dos romanos com outros povos influíram na elaboração de sua concepção sobre a *Realeza*.

Assim como no terceiro capítulo, ao nos debruçarmos sobre a obra de Amiano Marcelino, pretendemos perceber como a confluência de novas identidades, entre romanos e *bárbaros*, convergem no ideal de *Realeza* do militar. Tudo leva a crer que esse conceito em Amiano esteja vinculado ao processo de sucessão Imperial, o qual narra com riqueza de detalhes. Além de recorrermos a toda obra do antioquiano, daremos especial atenção aos livros XXV a XXXI e às passagens em que deixa transparecer seu pensamento a respeito da *Realeza*.

No quarto, e último capítulo, partiremos para uma análise comparativa, na qual buscaremos traçar as confluências e as divergências dos conceitos sobre *Realeza* de dois contemporâneos, sendo um militar e o outro um filósofo. Para tanto nos é imprescindível conhecer muito bem o pensamento a esse respeito dos dois

contemporâneos, Amiano e Temístio. Portanto, teremos condições de analisarmos os constructos identitários que existem entre os dois autores.

Ainda nesse último capítulo, examinaremos como ambos os autores tardo-antigos observaram o governo de dois Imperadores eleitos pelo Exército barbarizado: Joviano e Valentiniano I, mediante a análise pormenorizada dos panegíricos V e VI de Temístio e dos livros XXV a XXXI de Amiano, em que se debruçam sobre tais governantes.

Nosso estudo pretende colaborar para a ampliação das pesquisas político-militares do período, da mesma forma como pensamos que trará novas perspectivas para os trabalhos sobre a Antiguidade Tardia. Logo, acreditamos que a leitura da documentação e da historiografia sobre o tema proposto pode contribuir para a análise político-cultural do período que abrange a Antiguidade Tardia, e o contexto no qual proliferaram os conceitos sobre a *Realeza*, em especial do historiador militar, Amiano, e do filósofo, Temístio.

Cabe salientar que as traduções de trechos da documentação e da historiografia estrangeira, apresentadas e necessárias para a compreensão da análise aqui proposta, são de nossa autoria.

Capítulo I – Temístio e Amiano Marcelino: suas obras e contextos históricos

1.1 A trajetória de vida de Temístio e Amiano Marcelino.

Apresentaremos nesse momento dois autores do século IV d.C., Amiano Marcelino e Temístio, com suas respectivas obras: a *Res Gestae* e os Panegíricos. Ambos os autores dividiram a mesma época, sendo assim, vivenciaram momentos e compartilharam o governo de Imperadores, como os de Constâncio II (337-361 d.C.), Juliano (361-363 d.C.), Joviano (363-364 d.C.), Valentiniano I (364-375 d.C.), Valente (364-378 d.C.), Graciano (367-383 d.C.), Valentiniano II (375-392d.C.) e Teodósio (378-395 d.C.).

A *Res Gestae*, Histórias, e os Panegíricos, orações oficiais, são documentos assaz relevantes para o estudo da Antiguidade Tardia. Documentação essa que será analisada mediante um rigoroso tratamento documental, pontuado por uma crítica interna e externa¹⁰ das obras estudadas, com o qual buscaremos alcançar uma compreensão do pensamento dos respectivos autores desses trabalhos.

Ao longo do estudo investigativo, tencionamos alcançar a objetividade e a subjetividade da documentação aqui analisada. Dessa maneira, ressaltaremos cada aspecto que compõem as documentações, levando-nos a uma melhor compreensão dos ideais desses dois autores tardo-antigos; na mesma medida em que observamos o impacto de suas vivências nos seus escritos.

No decorrer desse capítulo, ao traçarmos a trajetória de vida de Temístio e Amiano, observaremos quais pontos eles possuíam em comum e em quais eles se diferenciavam. Embora ambos fossem gregos de nascimento, suas vivências os levaram a diferentes espaços dentro da corte Imperial Romana do século IV d.C., tendo Temístio feito parte do Senado de Constantinopla, ali estabelecendo suas

¹⁰ Concordamos com Pedro Paulo Funari quando ressalta a crítica externa como sendo aquela em que observa-se a tipologia da documentação, seu lugar de origem, datação, estilo e características lingüísticas, ou seja, o contexto em que foi escrito o documento. E a crítica interna estaria ligada estritamente ao conteúdo exposto pelos autores das obras analisadas.

bases políticas; e Amiano alcançou seu prestígio no Exército romano. Ao compreendermos a vida do militar e do filósofo, poderemos alcançar os elementos subjetivos constituintes de seus trabalhos.

Uma vez que, como ressaltou Keith Jenkins, em seu livro *A História Repensada* de 2004, o passado que conhecemos é sempre condicionado por nossas visões do nosso próprio presente (JENKINS, 2004:33); ou seja, todo texto é produto do seu momento histórico. Logo, através da pesquisa sobre o período vivido pelos autores gregos, juntamente com a análise crítica das suas obras, buscaremos notar a subjetividade contida em seus escritos, e onde ela se converge com os ideais de *Realeza* de Temístio e Amiano.

1.1.1 O filósofo Temístio

A respeito deste filósofo, Temístio, alguns autores da historiografia das décadas de 50, 60 e 70, do século XX, como Glanville Downey (1955), Gilbert Dagron (1968), J.J. Sayas (1972) destaca-o como um dos “representantes mais significativos do século IV d.C., em uma vertente dupla, como literato e perfeito conhecedor do pensamento antigo, e como homem intimamente relacionado com os setores públicos de seu tempo.” (SAYAS, 1972:59).

A vida de Temístio perpassa quase todo o século IV d.C., o ano de seu nascimento é tido como o de 317 d.C., mesmo ano do Imperador Constâncio, tendo em vista que em um de seus discursos (*Disc. 1.18a*) comenta ser contemporâneo desse governante. Quanto ao local de seu nascimento, embora alguns historiadores precisam que tenha sido em Constantinopla, onde se estabeleceu por muitos anos, acreditamos que teria iniciado sua vida na mesma cidade grega do pai, a Paflagonia. Até mesmo porque, Constâncio II, em uma carta, ressalta a preferência do filósofo por Constantinopla mesmo não tendo nascido lá; como podemos observar no trecho que segue:

“Se é justo que quem mais ama seja acolhido e amado, Temístio, que nos ama espontaneamente, preferiu por opção própria nossa cidade a aquela de seu nascimento, e se converteu em cidadão antes em espírito que de nome.” (Carta de Constâncio, 21d, apud. *Discursos Políticos* de Temístio).

A educação de Temístio foi direcionada por seu pai que, além de iniciá-lo nos estudos filosóficos, mandou-o a Neocesareia estudar retórica e filosofia com Basílio, o Velho. Também, foi a figura paterna que lhe legou a devoção por Platão e Aristóteles. (PONCE, 2000:09). Distingui-se, em muitas das obras desse filósofo, sua admiração pelo pensamento aristotélico e platônico. Seu preceptor, Basílio, também o teria ensinado sobre as crenças e práticas cristãs; conhecimento esse que ele soube utilizar a seu favor durante a sua carreira. Ao enaltecer as similaridades e ignorar as diferenças, conseguiu manter boas relações com cristãos, incluindo Imperadores e outros indivíduos importantes. (VANDERSPOEL, 1995:35).

A família de Temístio tinha uma forte ligação com as questões filosóficas, o que podemos perceber através do seu histórico familiar. Temos notícia que seu avô já teria praticado a filosofia como profissão, sendo reconhecido pela corte do Imperador Diocleciano (284-305 d.C.); e seu pai, Eugênio, teria sido admirado por Constâncio II (337-361 d.C.). Com essas informações, há historiadores como Dagron, que acreditam que teria sido mais por uma tradição familiar que por gosto, que Temístio havia se preparado para uma carreira de ensinamentos. (DAGRON, 1968:06).

Ao analisarmos as obras de Temístio, principalmente seus panegíricos, podemos notar que o filósofo vai além da tradição familiar; ele apresenta interesse e dedicação para com a sua profissão. O paflagoniano¹¹ acreditava que a filosofia tinha que se tornar de uso prático, e que a retórica, a arte do discurso persuasivo, era de grande importância se utilizada propriamente para os fins filosóficos (HEATHER & MANCOUR, 2001:03), o que demonstra, magistralmente ao adentrar para a política com seus discursos aos Imperadores, nos quais se utilizou da retórica para expor seu pensamento filosófico aos governantes.

O primeiro discurso de Temístio, em honra ao então Imperador Constâncio II, foi pronunciado no ano de 347 d.C. na região da Ancira. Cidade essa que o filósofo lecionou durante um período de sua vida, assim como, também, teve a oportunidade de lecionar em Nicomédia. Após professar seu panegírico ao governante, recebeu desse o reconhecido Imperial por seu trabalho, tendo a partir desse momento

¹¹ Por ter nascido na Paflagonia, utilizaremos o termo paflagoniano (de quem nasce na Paflagonia) para nos referirmos ao filósofo Temístio.

ingressado na vida política, mais precisamente no Senado de Constantinopla. Dessa forma, notabilizou-se tanto como filósofo como político.

No decorrer da sua trajetória na política, escreveu vários discursos aos Imperadores. Os que chegaram até nós foram os dirigidos aos seguintes governantes: Constâncio II (337-361 d.C.), Joviano (363-364 d.C.), Valentiniano I (364-375 d.C.) e Valente (364-378 d.C.), Graciano (367-383 d.C.) e Teodosio (378-395 d.C.). Há indícios que Temístio teria escrito uma oração a Juliano, porém essa não foi preservada e só a conhecemos através de relatos de outros autores da época e por uma carta resposta do Imperador Juliano: a *Carta à Temístio*. O filósofo político, também, escreveu orações privadas com uma variada temática que não envolvia somente questões políticas. De acordo com John Vanderspoel, os discursos de Temístio, “imperiais ou privados, eram veículos para espalhar suas perspectivas filosóficas aprendidas durante sua vida.” (1995:05).

O filósofo grego pretendia com seus panegíricos reforçar a tradição, pois para o autor, os Imperadores que chegaram ao poder naquele momento estavam muito mais preocupados com sua preparação para a guerra do que com sua educação na tradição clássica, ou seja, de filosofia e retórica. Dessa maneira, ao escrever suas orações, Temístio primou por lembrar aos governantes os princípios morais que eles tinham que expressar. (VANDERSPOEL, 1995:14). Como podemos observar na passagem que segue o filósofo exprime o pensamento de Platão ao príncipe.

“O filósofo, em efeito, não se envergonha do elogio, e sim da adulação, e não nega a dar testemunho da verdadeira virtude, nega a lisonjear a maldade. (...). E para que não creias que estou enrolando, vou citar as suas palavras (de Platão) sem alterá-las em nada. Disse, em efeito, que ‘a vida será esplêndida e plenamente feliz quando surgir um rei jovem, temperante, dotado de boa memória, valente, generoso e desperto.’” (TEMÍSTIO, *Disc.* III, 46a).

Somente em 355 d.C. Constâncio II, em reconhecimento ao trabalho que Temístio estava fazendo, o convoca a participar do Senado de Constantinopla. O Imperador remete ao Senado um discurso de recomendação, onde evidência as razões que o levaram a tomar a decisão de integrar o filósofo ao órgão representativo da cidade capital, Constantinopla. Em resumo, o Imperador alega que a filosofia de Temístio estava de acordo com a representação de realeza do então

governador do Império, e por outro lado a figura do intelectual não cristão revestia de legitimidade a ordem estabelecida. (PONCE, 2000:13).

“Esse homem, ao qual homenageio no presente discurso, não se ocupa de uma filosofia esquiva, e com esforço consegue reunir as partes, e com mais esforço ainda, como quem assim deseja, constituindo no profeta dos antigos saberes e no *hierofante* dos sagrados templos da filosofia: não permite que murchem as antigas doutrinas, e sim as mantém sempre florescentes e luxuriosas, e no que está em suas mãos, incentiva todos os homens a viver segundo a razão e a preocupar-se com sua formação.” (Disc. Constâncio, 20a, apud. *Discursos Políticos* de Temístio).

Com os elogios e argumentos do Imperador, Temístio adentra à carreira pública, participando do Senado de Constantinopla. Nessa função, representou a cidade adotada em diversas missões e discursos; além de ter selecionado alguns candidatos às cadeiras senatoriais. Quando adentrou nos órgãos políticos, muitos filósofos do período o criticaram por aquela atitude, de ação política. Muitos filósofos de sua contemporaneidade o acusaram de falso filósofo e bajulador de Imperadores para seu proveito pessoal. Embora, como ressaltou Vandespoel em seu livro *Themistius and the Imperial Court*, Temístio tenha sido reconhecido por alguns contemporâneos seus, como Gregório de Nazianzo que o chama de ‘rei das palavras’. (VANDERSPOEL, 1995:03-04).

Em uma série de discursos privados (*Disc. XX, XXI, XXIII, XXVI, XIX*), o filósofo se justifica aos seus colegas de profissão que o acusava. Por meio da história da filosofia e das palavras de Platão e Aristóteles, argumenta que não estava fazendo nada que contrariasse a tradição. Acreditamos que, ao aceitar o convite do Imperador Teodósio para ser prefeito da cidade de Constantinopla, as acusações dirigidas a Temístio tenham sido reforçadas.

A despeito das alegações e justificativas que lhe eram dirigidas, o paflagoniano continuou no cargo público, perpassando por diferentes governos. Temístio manteve boas relações públicas com todos os Imperadores que assumiram a púrpura Imperial durante sua vida profissional. Embora não haja muitas informações sobre sua ligação com o Imperador Juliano, supomos que havia um respeito mútuo, na medida em que consideramos a carta que o governante neoplatônico remeteu ao filósofo, e o fato do grego ter continuado na esfera pública.

Uma questão que chama a atenção é a característica de como esses Imperadores chegam ao cargo Imperial. Observamos, durante a iniciação científica¹², que era o Exército romano que indicava o próximo governante no século IV d.C., sendo que esse órgão, assim como toda a sociedade daquele período, contava com a participação de um grande contingente de estrangeiros. De modo que vários soldados *bárbaros* conseguiram alcançar altos postos na hierarquia militar, chegando a generais; o que podemos concluir que muitos desses elementos estrangeiros auxiliavam na escolha do Imperador romano.

Nessa conjuntura de confluência de romanos e *bárbaros*, Temístio se estabelece na política civil desses Imperadores. O foco de interesse do filósofo grego é com as políticas públicas adotadas pelos governantes Imperiais, e durante seus discursos públicos¹³ relembra-os do que é importante para um bom governo. Um tema corrente em suas orações oficiais é a tolerância religiosa, que é para o autor de grande importância à boa convivência de todos, como podemos ver na passagem que segue da sua oração a Joviano:

Seus arranjos sobre o divino vêm a ser, por outro lado, um prelúdio de sua preocupação pelos homens. Só você sabe, aparentemente, que não é ilimitada a competência do rei para obrigar seus súditos, mas que há questões que escapam ao de coerção e estão acima da ameaça da imposição, como a virtude em geral e, muito em particular, o culto da divindade; e sabiamente compreendeu que, entre as qualidades daquele, tem que vir em primeiro lugar o que permitirá que a dinâmica da alma esteja verdadeiramente livre de coerção e seja independente e espontânea. (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 67c).

Diferentemente de seus contemporâneos, que denegriram a imagem do Imperador Joviano, Temístio ressaltou a importância da tolerância religiosa desse governante. Muitos dos escritos do filósofo são panegíricos direcionados a imperadores, e embora consideremos os panegíricos documentos oficiais, repulsivos ou elogiosos, são de fundamental importância para compreendermos as características mais abrangentes dos imperadores na visão do autor; sendo assim nos auxiliam a entender como os mecanismos de construção da *Realeza* se

¹² Acrescentamos que nossa presente pesquisa é fruto de um estudo realizado durante a Iniciação Científica, intitula-se: *A visão de Amiano Marcelino sobre a sucessão do poder imperial romano em um período de 'barbarização' do Exército*, sob a orientação da Profª Drª Margarida Maria de Carvalho, e contou com o apoio financeiro da FAPESP, processo de número 2007/59521-9.

¹³ Quando nos remetemos a discurso imperiais, discursos públicos, discursos políticos ou orações estamos nos referindo aos panegíricos proferidos ao Imperadores, pelo filósofo Temístio.

desenvolveram no pensamento do filósofo. Podemos observar, a partir dessa constatação, a valorização de Joviano pelo autor filósofo. Tudo indica que Joviano, apesar de ter sido cristão, foi tolerante com outros tipos de manifestações religiosas.

Essa política, de que todas as formas de religiões merecem respeito, auxiliou Temístio em sua relação com o poder Imperial, uma vez que os Imperadores cristãos podiam contar com essa característica do filósofo para se legitimarem perante a elite tradicional romana. Como vimos, essa teria sido uma das razões pela qual Constâncio II teria chamado o filósofo grego para participar do Senado. O panegirista não poupou esforços em seus discursos para dissuadir Imperadores de continuarem com uma política de perseguições, sejam para com os cristãos ou para com os pagãos.

Dessa forma, podemos observar que Temístio, como filósofo, tinha uma preocupação sobre a melhor conduta governamental e, igualmente, com o reflexo de ideias do universo político-cultural do seu tempo. Notamos, em suas orações, que trabalhou diretamente com o tema da *Realeza*, ressaltando o caráter político-filosófico da sucessão Imperial¹⁴. Sendo tal conceito, do filósofo grego, que buscaremos analisar e comparar com a visão de *Realeza* do autor militar Amiano Marcelino.

1.1.2. O militar e estrategista Amiano Marcelino

Assim como Temístio, Amiano Marcelino também era grego, embora esse fosse proveniente da província de Antioquia, localizada na Síria. Amiano nasceu entre os anos de 325 e 330 d.C., no seio de uma família não cristã e partícipe da elite de sua cidade. Durante a leitura de sua obra observamos que o autor demonstra grande respeito e veneração pelo local de seu nascimento, embora tivesse escolhido Roma para escrever sua obra. Em uma passagem no início do seu texto, descreveu Antioquia como sendo a ‘cidade conhecida em todo o mundo.’ (XIV, 8, 8).

¹⁴ Ao discutirmos o conceito de realeza nesses autores estamos considerando, também, seus ideais de sucessão imperial.

O escritor tardo-antigo revela em seu texto um conhecimento da cultura clássica latina, o que nos leva a acreditar que teria recebido uma educação formal durante sua juventude antes de ingressar no Exército romano; o que podemos observar pelo fato de Amiano ter escolhido o Latim para escrever sua narrativa, mostrando assim que dominava a língua dos Imperadores romanos. Da mesma forma que, ao tomar essa decisão, ratificou sua admiração por Roma.

Em sua juventude, Amiano ingressou no serviço militar e, pelo seu *status* na sociedade romana, integrou um regimento de alto prestígio social: os *protectores domestici*. Historiadores, como E. A. Thompson (1947:02), N. J. E. Austin (1979:12-13;129) e Gilvan Ventura da Silva (2007:168) nos apontam que um *protector domesticus* estava ‘a serviço dos comandantes militares’, sendo ele auxiliar dos quartéis gerais; como também, o responsável pela atualização dos efetivos militares disponíveis, pela supervisão do abastecimento das tropas e pelo desempenho de missões especiais.

Ainda em relação aos *protectores domesticus*, Thompson indica em seu texto que tanto Diocleciano como Constâncio Cloro eram comandantes desse regimento quando alcançaram a púrpura Imperial; assim como Joviano que também era um alto oficial nessa força do Exército romano. (1947:3). Dessa forma, cremos que os participantes desse grupo recebiam muitas instruções e um extenso treinamento, vivenciando desde a elaboração da Estratégia a ser utilizada, até sua concretização. Sublinhamos o alto prestígio que esses oficiais alcançavam, uma vez que muitos obtiveram o cargo de Imperador.

Dessa maneira, é notório o intenso contato de Amiano com a força bélica do Império romano. Em 353 d.C., o antioquiano recebeu ordens para atuar junto ao comandante da cavalaria, Ursicino; sua presença no corpo bélico romano perdurou até o ano da morte de Juliano, 363 d.C. Todavia, estivesse ligado mais à estratégia e à inteligência do que à artilharia (AUSTIN, 1979:13), Amiano tornou-se testemunha ocular de inúmeras batalhas, envolvendo generais Imperadores romanos contra *bárbaros* (CARVALHO; FUNARI, 2007:281).

Pensamos que esses eventos, os quais o militar grego presenciou durante sua vida, tenham influenciado-o na sua compreensão das operações militares e, principalmente, dos acontecimentos políticos da corte Imperial. (TROMBLEY, 1999:17). Assim sendo, ao analisarmos a narrativa *Res Gestae* do militar, devemos considerar sua subjetividade. O que queremos dizer é que, se todo autor é passível

de transferir valores e preceitos para seu texto, Amiano, embora afirmasse uma busca pela verdade, não é uma exceção. Segue abaixo duas passagens do autor antioquiano afirmando a veracidade de sua narrativa:

Até onde pude investigar a verdade, após vários eventos, relatei o que eu mesmo fui permitido testemunhar no curso de minha vida, ou aprendido por meticulosos questionamentos daqueles diretamente envolvidos. (AMIANO MARCELINO, *Hist*, XV, 1, 1).

Estes eventos, do principado do imperador Nerva até a morte de Valente, eu, um soldado formado e um Grego, expus na medida da minha habilidade, sem nunca (eu acredito) conscientemente aventurar-me a depreciar pelo silêncio ou pela falsidade um trabalho que tem por objetivo a verdade. (AMIANO MARCELINO, *Hist*, XXI, 16, 9).

Uma questão que chamou bastante nossa atenção durante a leitura de uma historiografia sobre Amiano Marcelino, das décadas 70 e 80, do século XX, e dos dias atuais, é quanto à imparcialidade do autor militar. Alguns autores, entre eles Santo Mazzarino (1988:58) e Pat Southern e Karen Ramsey Dixon (1996:2), confiam em Amiano e acreditam que, comparado a outros autores, o antioquiano estaria livre de preconceitos religiosos ou pessoais, sendo “seu livro de história o mais insigne¹⁵ e ponderado que o baixo Império produziu”. (MAZZARINO, 1988:58). Destacamos que não compartilhamos desse ponto de vista, o qual o autor tardo-antigo possuiria um caráter imparcial de neutralidade. Consideramos que nenhum escritor seja capaz de se desvencilhar de suas concepções de vida, do seu tempo.

O historiador Jenkins (2004), ao discutir acerca da subjetividade da história e das diferentes interpretações dos fatos por cada um, sublinha que não se deve pensar numa única verdade em história, já que todos os depoimentos que temos acesso remontam expectativas, anseios, visões e sentimentos de seu autor, que de forma alguma pode ser julgada imparcial. Podemos dizer, assim, que são múltiplas as verdades existentes, cabendo ao leitor sua interpretação. Dessa forma, podemos dizer que Amiano Marcelino apresenta na *Res Gestae* a sua versão dos acontecimentos.

A despeito da aparência de imparcialidade e objetividade professada por Amiano, seu trabalho carrega as discretas marcas das principais crises e

¹⁵ Muito distinto; notável, célebre.

desenvolvimento de seu tempo. É importante lembrarmos neste momento que a obra de Amiano Marcelino foi redigida no governo de Teodósio I (378-395 d.C.), no período conhecido como *Renascimento Teodosiano*.

O autor militar se propôs a escrever uma história das sucessões e feitos dos imperadores romanos. Muitos estudiosos acreditam que Amiano procurou continuar a obra de Tácito, mas não teria sido nem seu imitador nem seu epígono, ou seja, discípulo. Seu relato teria começado em 96 d.C. com o reinado do imperador Nerva (96-98 d.C.) e perpassa por todos os imperadores; terminando sua narrativa com o governo de Valentiniano II (378-383 d.C.). O que podemos averiguar através do próprio relato do autor, como destacamos na passagem acima, uma vez que não temos acesso aos 13 primeiros livros de seu trabalho.

Uma das questões que esse historiador militar dá grande visibilidade, ao retratar os governos dos Imperadores Constâncio II (337-361 d.C.), Juliano (361-363 d.C.), Joviano (363-364 d.C.), Valentiniano I (364-375 d.C.), Valente (364-378 d.C.), Graciano (367-383 d.C.) e Valentiniano II (375-392 d.C.), é a relação existente entre romanos e *bárbaros*. O curioso é que Amiano, embora tenha historiadores que acreditam que para o militar um bom *bárbaro* era um *bárbaro* morto (HEATHER, 1999:234), valorizava a permanência do elemento estrangeiro no Exército romano. Uma vez que os soldados romanos sozinhos não dariam conta de proteger toda a extensão do Império, a força auxiliar dos estrangeiros era essencial para a sobrevivência do Império romano.

Nas duas passagens que seguem abaixo, observamos outra característica exposta pelo militar. Amiano classifica os estrangeiros de duas formas: aqueles voluntários que se juntavam às forças romanas, e aqueles que viviam fora do *limes* romano, ainda em estado *silvícolas*¹⁶. No primeiro trecho percebemos os acordos feitos com os estrangeiros que se apresentavam para lutar por Roma; já no segundo, Amiano ressalta o modo selvagem do povo Godo que atacava as fronteiras romanas.

No entanto, ele (Juliano) não podia se calar e destacou quem não deveria sofrer nenhum inconveniente, seriam aqueles que deixaram seus domicílios, em torno do Reno, e foram até ele sobre a promessa que eles não iriam lutar em regiões além dos Alpes. Por isso

¹⁶ *Silvícola* é o bárbaro selvagem, ou seja, o povo que se encontrava fora das fronteiras romanas.

declarou (Juliano) que era para se temer que os *soldados voluntários bárbaros*, que estão acostumados a virem para o nosso lado sobre tais condições, talvez parassem com essa prática, mas sua palavra (a de Juliano) não serviu a nenhum propósito. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XX, 4, 4).

Valente, no final do inverno, apressou-se para Síria e já estava cruzando a fronteira com a Bitínia, quando ele foi informado através dos relatórios dos seus generais que as tribos Godos, ainda intocadas pelo Exército Romano, e por consequência permaneciam *selvagens*, estavam conspirando juntas e fazendo preparativos para invadirem a província da Trácia. Ao saber disso, e em ordem que somente ele deveria alcançar seu destino sem interferências, Valente ordenou que um suficiente reforço da cavalaria e infantaria fosse mandado para o lugar onde a invasão dos selvagens era temida. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVI, 6, 11).

Portanto, considerando as características desse momento e como Amiano as absorveu em sua *Res Gestae*, procuraremos entender como as relações romanas e *bárbaras* interferiram no conceito de *Realeza* do historiador militar, pois eram os estrangeiros que faziam parte do corpo bélico romano que auxiliavam na escolha de futuros governantes romanos. Levando em consideração que a narrativa do antioquiano sobre a sucessão imperial e suas considerações acerca do governo de cada Imperador, demonstra-nos, assim, seu pensamento em torno da *Realeza*.

1.2. Análise das obras do filósofo e do militar:

1.2.1. Os panegíricos de Temístio:

No intuito de alcançarmos nossos objetivos nesse trabalho, pretendemos fazer uma análise crítica dos panegíricos do filósofo Temístio, desde as suas estruturas externas ao seu conteúdo. Sabemos que ao longo do tempo 36 orações foram preservadas, e hoje são divididas em duas categorias: os discursos políticos e os discursos privados. Em decorrência dos nossos objetivos nesse trabalho, daremos maior atenção a suas orações políticas, mas especificamente seus panegíricos aos Imperadores Joviano, Valentiniano I e Valente.

Na presente pesquisa recorreremos à tradução de Joaquín Ritoré Ponce, autor da introdução e das notas da edição publicada pela Gredos, na qual estão compilados os discursos políticos do filósofo grego. Recorreremos, também, à tradução dos discursos privados feito por Robert J. Penella, edição da University of California Press. Pontuamos ainda, que existe outras duas versões das orações de Temístio: uma em Alemão - *Orationes*: Dindorf, W. 1961. *Themistii Orationes*. Hildesheim: Olms -, e a segunda em Italiano - TEMÍSTIO. *Discorsi*. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1995. Ambas bilíngües.

As obras do filósofo não se atêm somente aos panegíricos, encontramos, também, paráfrases de obras aristotélicas, como: *Analíticos*, da *Física*, o tratado *Sobre a Alma*, tratado *Sobre o Céu*, e o livro XII da *Metafísica*. Mas é em seus discursos que percebemos seus ‘programas educativos’, ou melhor, é nos panegíricos que demonstra sua concepção de educação e o papel que ela desempenha dentro da filosofia. Sendo, também, em seus discursos Imperiais que notamos suas concepções político-filosóficas, de modo que partiremos deles para compreendemos o conceito de *Realeza* para Temístio.

Temístio, em toda sua obra discursiva, remete-se a questões referentes às aptidões de um bom governante, principalmente em seus panegíricos aos Imperadores. Desse modo, destaca seus ideais sobre a instituição real, num momento único do Império Romano onde os Imperadores vivem transformações identitárias decorrentes tanto das relações romano-bárbaros, quanto da aceitação de uma nova política-religiosa. Notamos em estudos que essas mudanças ocorridas no Império Romano influenciaram, fundamentalmente, a ascensão Imperial¹⁷.

Sublinhamos que nosso alvo de análise será o conjunto dos Discursos Políticos de Temístio, onde poderemos ter um panorama de seu conceito de *Realeza*. Porém, ao nos debruçarmos nos dois Imperadores do período aclamados diretamente pela força armada romana, Joviano e Valentiniano I, realçaremos os dois panegíricos em que destaca esses governantes, seriam tais: o discurso V – ao

¹⁷ Em estudos anteriores a esse, buscamos analisar a ascensão imperial, e percebermos a estreita relação do exército romano nessa escolha no século IV d.C.. Culminando no nosso trabalho de conclusão de curso entregue a Universidade Estadual Paulista - campus Franca no ano de 2008, e intitulado: *A Visão de Amiano Marcelino sobre a sucessão do Poder Imperial Romano em um Período de Barbarização do Exército*.

Imperador Joviano, pelo motivo de seu consulado; e o discurso VI – O Amor fraterno ou sobre a humanidade no qual se dirige aos irmãos Valentiniano I e Valente.

O testemunho de Temístio pode ser retratado por orações, discursos ou panegíricos. Como documentos oficiais, os panegíricos louvavam ou repudiavam a figura do Imperador, da mesma forma que era comumente o meio pelo qual se divulgavam as teorias políticas dos panegiristas, no caso aqui apresentado, Temístio.

A respeito dos panegíricos, Carvalho nos aponta que:

Os Panegíricos, documentos oficiais que louvavam ou repudiavam a figura de um Imperador, não são meramente exercícios retóricos que não dizem nada; são, portanto, documentos fundamentais para se compreender o regime monárquico do século IV, pois falar do Imperador era o mesmo que falar do governo. (CARVALHO, 2010:90-91).

Alan Cameron, em seus estudos que levou a publicação do livro: *Claudian, poetry and propaganda at the court of Honorius* (1970), pontua que os panegíricos não eram apanágios somente dos administradores imperiais. Famílias abastadas também se valiam dos discursos dos panegiristas para se promoverem no meio político-social. Nesses casos, como o de Claudio, os temas das orações divergiam das comumente retratadas em panegíricos aos Imperadores. (CAMERON, 1970:35).

Os panegíricos¹⁸ eram pronunciados em festas, em ocasião da ascensão de um governante ou por campanhas militares vitoriosas contra os inimigos do Estado: usurpadores ou *bárbaros*. Quem escrevia tais discursos procurava adaptar a retórica à comunicação política. Os panegiristas, dessa forma, difundiam e ampliavam a propaganda imperial, formulando as bases teóricas da política oficial, uma vez que tinham grande afinidade com o Imperador. (GERVÁS, 1991:27).

Em um artigo, Guy Sabbah aponta os panegíricos como um meio de comunicação entre os Imperadores e os cidadãos do Império, já que era através deles que a teoria imperial era divulgada, realçando ainda o caráter insubstituível, política e simbolicamente nas cerimônias e celebrações imperiais. (1984:370). Embora esse historiador esteja analisando os panegíricos latinos, grupo no qual não se encontra Temístio, podemos perceber alguns pontos em comum com os

¹⁸ Estamos sempre nos referindo aos panegíricos endereçados aos Imperadores do Império Romano.

panegíricos confeccionados na parte oriental do Império, como a divulgação das ações imperiais.

Em seu trabalho publicado na década de 70 do século XX, Cameron indica que os panegíricos eram:

“... inteiramente formal, e mais frequente que nunca os panegíricos do Império tardio continham o máximo de retórica vazia e insincera, e o mínimo de duros fatos. Os autores normalmente se confinavam a gêneros de senso comum, e se dirigiam ilesos a assuntos polêmicos: era seguro evitar temas políticos e ater-se ao inofensivo elogio.” (CAMERON, 1970:41-42)

Em nossos estudos em torno do filósofo e panegirista Temístio, observamos características distintas das propostas por Cameron, uma vez que os discursos proferidos pelo paflagoniano, justamente, se posiciona em relação à conduta político-social dos Imperadores romanos. Os discursos públicos de Temístio seguem parâmetros próprios, como ressaltou Vanderspoel, devemos sempre ter em mente que o grego empregou a oratória, também, como meio de representar oficialmente sua cidade adotada, e não somente em louvor aos Imperadores. (1995:13).

Constantemente, o autor dos panegíricos por nos analisados recorre à filosofia e apela às tradições do passado para lembrar os administradores Imperiais, assim como o próprio Imperador, da necessidade de se governar nas estruturas da *paidéia*. Aos filósofos, eram inerente a liberdade de fala e a independência de status, qualidades essas que legitimavam tais pensadores na tarefa de lembrar os Imperadores de como deviam governar seus súditos, o que deveria ser com “brandura e temperança, com benevolência e bondade, e com tolerância e alguma deferência”. (VANDERSPOEL, 1995:13).

Em outro momento de seu livro, Carvalho pontua que cabe a nós compreendermos a retórica utilizada, isto é, analisarmos a linguagem empregada para decifrarmos os jogos de palavras que tem por de trás de seus discursos. (CARVALHO, 2010:91). Sendo assim, buscaremos desmembrar os panegíricos proferidos por Temístio para melhor compreendermos seu posicionamento em relação à *Realeza*.

1.2.1.1. Os Panegíricos

O filósofo escreveu e pronunciou muitos discursos, alguns de ordem pessoal – os discursos privados; e outros de ordem política, sendo esses a que nos propomos analisar, mais detidamente nos que se dirige aos imperadores Joviano, Valentiniano I e Valente. No entanto, fizemos uma leitura de todos e em ordem de pronunciamento seriam os seguintes:

Panegíricos I – Constâncio ou Sobre a Humanidade

Proferido: Ao Imperador Constâncio II, no ano de 347 d.C (após 10 anos do reinado desse imperador); o primeiro de quatro panegíricos dedicados a tal Imperador.

Local: Ancira de Galácia – primeiro encontro com o príncipe.

Discurso: Esse discurso abre as portas da corte imperial ao Temístio, no momento em que proporciona ao Imperador a sanção ideológica que o regime buscava nos círculos helenos.

Já percebemos nesse panegírico os temas que mais instigava o autor e suas características mais singulares. Dentre os assuntos dominantes, encontramos a Humanidade do príncipe, enquanto virtude nuclear da realeza e senhora das demais.

Sinopse: Temístio nesse discurso chama a atenção para a humanidade. Para o filósofo, essa é a virtude principal que congrega todas as outras, e a que diferencia o bom príncipe do tirano. Sendo o Imperador o único que pode compartilhá-la com Deus. Ainda nesse discurso Temístio sublinha que é o amor do príncipe para com seus súditos que legitima o poder do governante. Coloca a imagem do rei da Pérsia como sendo o contrário do ideal.

Ressalta que o Imperador tem que fomentar os prêmios, não os castigos, e deve suprimir a pena capital. O príncipe, como lei viva, supera as imperfeições da lei positiva, e de maneira alguma a clemência estimula o mal. Conclui sua oração dizendo que convém ao príncipe estar rodeado de amigos fiéis.

Panegírico II – Ao Imperador Constâncio, o príncipe é o maior filósofo ou Discurso de agradecimento

Proferido: Ao Imperador Constâncio II, no ano de 355 d.C.

Local: Constantinopla.

Discurso: Resposta de Temístio a sua nomeação como senador pelo Imperador Constâncio II, tendo esse governante escrito um discurso de recomendação direcionado ao Senado de Constantinopla, no qual ressaltou todas as qualidades do filósofo e os motivos pelos quais ele deveria ser integrado no corpo senatorial da cidade de Constantinopla.

Pretende demonstrar nesse panegírico que Constâncio II é um verdadeiro filósofo e que é amparado pela graça divina, sendo confirmado, assim, através de referências de Platão e Aristóteles, sobre a derrota dos Persas e dos usurpadores (Magnêncio e Vetranião), e da própria nomeação de Juliano para César.

Sinopse: Temístio se coloca em dívida para com o Imperador, não economicamente, já que a filosofia não combina com as riquezas materiais. Em todo discurso cita exemplos de momentos e de personagens famosos do passado para legitimar sua aceitação do presente de Constâncio. Também, exalta a filosofia dizendo que essa consiste no exercício da virtude e que Constâncio teria procedido como um verdadeiro filósofo ao ganhar Temístio pelos elogios e não por suborno.

Ainda nesse discurso, ele pontua que na alma do filósofo rei está vigente a realeza, e na do tirano, a tirania. Destaca a capacidade do príncipe de conduzir da desordem à ordem, sendo a desordem caracterizada pelos usurpadores; dessa forma exemplifica com o Imperador Constâncio derrotando Vetranião e com o suicídio de Magnêncio. Encerra dizendo que sua dívida de orador está saldada, embora pudesse se estender em outros pontos do encômio imperial. Celebra a designação de Juliano para César.

Panegírico III – Discurso de embaixada pronunciado em Roma em nome de Constantinopla

Proferido: Ao Imperador Constâncio II; acredita-se que tenha proferido este discurso por volta do ano de 357 d.C.

Local: Em Roma.

Discurso: Temístio teria ido até Roma com a embaixada oficial do Senado de Constantinopla, para prestar uma oferenda ao Imperador Constâncio II. O filósofo representou sua cidade e exaltou-a, equiparando-a em dignidade a Roma, mesmo que subordinada hierarquicamente a capital do Império.

Sinopse: Temístio começa esse discurso ressaltando sua cidade adotiva, Constantinopla, colocando-a como única oferenda digna de Constâncio. Para ratificar seu argumento ressalta o fato de estar proferindo o discurso em Roma e recorre aos ofícios de um filósofo. Ainda no panegírico, pontuou a relação hierárquica das duas capitais e os vínculos históricos que as unem.

Em outro momento do discurso o filósofo grego compara o Imperador aos respectivos fundadores de ambas as cidades: Constâncio e Rômulo, Constâncio e Constantino. Posiciona o governador como o monarca ideal de Platão e da proteção da filosofia. Encerra seu texto pedindo um favor para Constantinopla; tendo a providência confirmada à tutela da cidade a Constâncio.

Panegírico IV – Ao Imperador Constâncio ou Ao amigo da cidade

Proferido: Ao Imperador Constâncio II, no ano de 357 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Temístio pretende, com esse discurso, responder aos Senadores que o havia encomendado uma missão, a qual não pode empreender, e chama a atenção de Constâncio para a sua demora em retornar a Constantinopla, tendo em vista que já havia sete anos que não ia à segunda capital do Império.

A tarefa que foi pedida a Temístio consistia em ir a Milão prestar uma reverência à parceria que se formava entre Constâncio e Juliano, este último como César. Porém, se negou a ir, alegou que poderia ficar doente com a viagem. Por isso, se justificou nesse discurso.

Sinopse: Inicia o discurso explicando, através de exemplos históricos, que não é necessário a presença física no templo para render culto a uma divindade; Deus e o homem estão presentes aonde chegam sua ação. Dessa forma argumenta que o agradecimento pode ser dirigido de qualquer lugar. Sendo a própria Constantinopla o espelho e o templo do príncipe, pelo parentesco fraterno entre o Imperador e a cidade, essa localidade seria o cenário natural para suas celebrações.

Exalta mais uma vez sua cidade adotiva e o vínculo dela com o príncipe. Dessa vez destaca o fato de a própria cidade, sem necessidade de porta voz e representada pelo seu Senado, celebra os mistérios de um príncipe com o qual tem uma relação. Tendo esse vínculo se formado através da derrota de usurpadores e pelo êxito contra povos estrangeiros.

Já no final dessa oração, Temístio comenta a respeito da eleição de Juliano por Constâncio I para César. Para encerrar, ressalta as virtudes do príncipe: temperança, memória, valor, magnanimidade; sendo Constâncio a encarnação perfeita do rei ideal de Platão, na visão do filósofo Temístio.

Panegírico V – Ao Imperador Joviano, pelo motivo de seu consulado

Proferido: Ao Imperador Joviano, no ano de seu consulado 364 d.C.

Local: Em Ancira.

Discurso: Único panegírico que o filósofo dirigiu a Joviano pelo motivo do início do consulado desse Imperador com seu filho Varroniano. A relação entre o então Imperador e Temístio deve ter se limitado a essa oração, uma vez que o governo desse Imperador durou oito meses apenas.

Nesse discurso, Temístio pontua as circunstâncias da aclamação do Imperador, assim como seu tratado com os persas e, o que dá a tônica ao seu discurso, tolerância religiosa de Joviano, num momento em que todos pressagiavam uma reação contra os não cristãos.

Sinopse: Apresenta o discurso como um agradecimento ao príncipe pela acolhida da filosofia, sendo a contribuição dessa a proclamação da linhagem divina do Imperador e sua condição de lei viva. Salienta as circunstâncias da eleição de Joviano, e algumas de suas atitudes, como a de suspender os exílios do regime anterior e decretar a liberdade de culto. Temístio argumenta que, com essa legislação, o príncipe imita uma divindade que fomenta a competência. A Deus agrada a diversidade de cultos. Finaliza sua oração dizendo ao Imperador que Constantinopla aguarda sua chegada.

Panegírico VI – O Amor fraterno ou Sobre a Humanidade

Proferido: Ao Imperador Valentiniano e Valente; proclamado em 364/365 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Proclamado diante do Senado de Constantinopla e na presença do Imperador Valente, Temístio confessa sua incapacidade de se expressar na língua do Imperador, que desconhecia o grego. Celebra, nesse panegírico, o novo reinado de Valentiniano e Valente, e sublinha o amor entre os irmãos. A humanidade nasceria originalmente do amor entre irmão, resultando na manifestação da *philantrópia*. O autor destaca ainda que o amor entre os homens provinha de sua filiação divina comum, do mesmo modo que o amor entre os príncipes irmãos procediam do amor pelo pai de ambos.

Sinopse: Temístio começa sua oração se desculpando por não falar a língua do Imperador, e argumenta que o importante é o conteúdo do discurso e não a língua em que ele está sendo proferido. Continua sua oração estreitando os laços da realeza e da filosofia com o divino e rechaçando quem fala que a tirania é divina. Segue afirmando que Deus se vale da eleição humana para proclamar o príncipe, mas este tem que demonstrar sua filiação divina no exercício da virtude.

Ainda nesse panegírico, exalta a legitimidade de Valentiniano e Valente e a relação fraternal que há entre eles, sendo através dessa harmonia entre irmãos que exercitam a humanidade. Durante a presente oração, Temístio expõe seus pontos acerca da humanidade e dessa estar ligada ao divino, uma vez que a humanidade é o caminho para assimilar a Deus.

Já no final do texto realça que o Imperador vai ser conhecido por sua humanidade e não por suas ações bélicas, e aconselha Valente a ser clemente e não se utilizar de vingança. Ao encerrar seu discurso, o filósofo não deixou de reverenciar sua cidade ao falar que Constantinopla merece o amor dos príncipes.

Panegírico VII – O fracasso dos usurpadores em tempos de Valente

Proferido: Ao Imperador Valente em meados de 366/367 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Temístio vai falar do fracasso dos usurpadores no tempo de Valente e exaltar esse Imperador; sendo seus motivos a clemência do governante e a condenação do usurpador.

Sinopse: Temístio começa seu discurso pedindo desculpas pelo seu atraso, uma vez que não se posicionou durante a contenta com o usurpador Procópio.

Argumenta que a filosofia analisa os feitos, para tanto tem que esperá-los acontecer. Atribui a vitória somente a Valente sobre o usurpador. Cita referências clássicas (Hesíodo) sobre a clemência, e coloca Procópio como o retrato da perversidade. Ainda ressalta os pormenores da revolta: detenções, promessas não cumpridas, espiões e delatores; e não esquece de se desculpar por Constantinopla, já que alguns de seus habitantes apoiaram a usurpação. No restante da oração Temístio vai exaltar a clemência, dando exemplos da tradição clássica e pontuando a importância em momentos de conflito no Império.

Panegírico VIII – Pelos cinco anos de reinado ou Sobre a natureza dos príncipes

Proferido: Ao Imperador Valente, no ano de 368 d.C.

Local: Em Marcianópolis.

Discurso: Temístio escreve esse panegírico em homenagem aos cinco anos de reinado dos dois irmãos, Valentiniano I e Valente, porém só exalta os feitos de Valente. Baseia-se na virtude da liberdade para discorrer acerca da política de Valente. No discurso faz referências às reformas fiscais e à moralização do Exército empregadas pelo Imperador.

Sinopse: Temístio começa seu discurso exaltando as virtudes, a comemoração dos cinco anos de reinados dos Imperadores e confirma a sinceridade de seu louvor. O orador justifica a presença da filosofia na cerimônia, observando que tanto o humano como o divino são intrínsecos à filosofia. Para o filósofo, o príncipe tem que recorrer a seus conhecimentos para exercer a humanidade, de forma que o governador não precisa ser um filósofo, e sim aberto à filosofia. Pontua toda sua oração com exemplos históricos ou filosóficos.

Ele exalta as virtudes da docilidade e sua utilidade, da memória e esquecimento para aplacar o rancor, da mansidão e da clemência para com os correligionários de Procópio e a liberdade onde se posiciona a favor das políticas internas em vez dos triunfos bélicos. Cita exemplos de príncipes magnânimos: Augusto, Trajano e Marco Aurélio.

Temístio remete-se, durante o texto, à política de moralização do Exército exercida por Valente, e compara a necessidade de Deus em ter imperadores com a necessidade dos príncipes em ter homens honrados. Por último fala sobre virtude da temperança.

Panegírico IX – Protréptico a Valentiniano, o Jovem (convite)

Proferido: Ao Imperador Valente e seu filho Valentiniano II, em 369 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Essa oração de Temístio é proferida em razão da nomeação do consulado de Valentiniano II, filho de Valente. O filósofo, nesse discurso, ressalta seus princípios filosóficos em torno da educação do príncipe, tendo esse que exercer a humanidade e possuir a supremacia das letras sobre as armas, ou melhor, ter uma formação tradicional. Ainda nesse panegírico, faz votos de uma continuidade dinástica e uma estabilidade política.

Sinopse: Temístio, em seu discurso, procura mostrar ao jovem Valentiniano que este precisa mais que habilidade no Exército, assim, inicia seu discurso dizendo que o nascimento de um príncipe é assistido pelas musas e que esses futuros governantes são criaturas de Zeus. Tendo seu pai, Valente, confiado na filosofia, o jovem possuía uma legião de mestres.

Para o filósofo, o jovem poderia buscar os ensinamentos da arte de governar com Platão e Aristóteles, assim como com seus familiares, Valente, Valentiniano e Graciano. Ao jovem Valentiniano caberia enriquecer, com a teoria, a sabedoria praticada pelos seus pais que são os modelos do exercício fraterno do poder. No encerramento de seu discurso o filósofo promove a proclamação de Valentiniano II, de forma que Graciano e Valentiniano continuariam com a política fraterna dos atuais Imperadores.

Panegírico X – A Valente pela paz

Proferido: Ao Imperador Valente, em 370 d.C.

Local: Em Constantinopla, perante o Senado.

Discurso: Esse discurso de Temístio é uma reflexão sobre a paz firmada com Atanarico, chefe dos Godos, pelo Imperador Valente. Amiano Marcelino retrata esse episódio no seu livro XXVII. O filósofo defende uma política de assimilação e no exercício da humanidade pelo governante.

Sinopse: Temístio, nesse panegírico, exalta as qualidades humanitárias exercidas pelo príncipe Valente ao firmar a paz com Atanarico. Para o filósofo, a guerra não tem outro fim que não a paz e em sua teoria o príncipe devia somar e não destruir,

ou seja, assimilar os *bárbaros* em seu Império e não destruí-los. Com o tratado, há a vitória da inteligência do príncipe, não o triunfo bélico. A paz se assenta pelo respeito ao nome de Roma. Conclui exaltando a política pacifista, na qual acredita; e diferencia o general do príncipe na medida em que o primeiro quer a aniquilação e o segundo a felicidade dos súditos.

Panegírico XI – Pelos dez anos de reinado ou Sobre os estudos que convêm ao príncipe

Proferido: Ao Imperador Valente. Discute-se se em meado de 373 ou de 374 d.C.

Local: Em Antioquia.

Discurso: Durante esse discurso Temístio agradece as obras realizadas em Constantinopla, em particular o abastecimento de água. Além de ressaltar seus temas comuns como a filosofia, a humanidade e a realeza.

Sinopse: Nessa oração Temístio relaciona o divino com o imperador, uma vez que a ciência do príncipe reconhece a paternidade divina da realeza, sendo a ciência caracterizada pela filosofia. Temístio expõe que é no governo de Valente que a filosofia se expande e ressalta a humanidade como sendo a virtude superior que cabe só a Deus e ao Imperador. Explicita, ainda, as lideranças militares do governante e a providência desse príncipe pacifista para com os *bárbaros*. Termina seu discurso agradecendo as obras públicas realizadas em Constantinopla e pede para que a humanidade do príncipe seja ainda maior.

Panegírico XIII – Erótico ou Sobre a beleza do príncipe

Proferido: Ao Imperador Graciano, no ano de 376 d.C.

Local: Em Roma.

Discurso: Único panegírico dedicado a Graciano, embora em outros discursos esse imperador ainda apareça. Temístio, nesse discurso, procura restabelecer a concórdia entre o Imperador e a aristocracia senatorial. Também, destaca a beleza e juventude de Graciano. O filósofo retoma os tópicos de discursos anteriores, como as virtudes principescas, do filósofo conselheiro e do Imperador humanitário.

Sinopse: Temístio abre seu discurso explicando a doutrina erótica de Sócrates no *Banquete*. Após essa introdução, fala da beleza de Graciano que o filósofo descobre

ao chegar a Roma para proferir seu panegírico, Temístio elogia Graciano por sua prudência, de origem divina, que o auxilia a controlar seus impulsos da juventude. Ainda em seu texto Temístio sublinha a relação de Imperador e filósofo, ressaltando que ao príncipe cabia proteger seus súditos e ser dócil com os bons conselhos. Volta ao tema da humanidade, e exalta que, para o príncipe, a guerra é um dever, e a paz sua inclinação natural. Encerra sua oração saudando a entrada de Graciano na capital, Roma.

Panegírico XIV – Discurso da embaixada ao Imperador Teodósio

Proferido: Ao Imperador Teodósio durante o ano de 379 d.C.

Local: Em Tessalónica.

Discurso: Primeiro discurso proferido para Teodósio, que tem como tema felicitar a eleição do novo Imperador.

Sinopse: Temístio, brevemente, discursa sobre o novo Imperador e as esperanças de seu governo. O filósofo aponta Teodósio como a esperança de um Império sitiado, e que sua aclamação significa a primazia da virtude sobre o parentesco; para Temístio, Graciano demonstra grandeza com essa designação. Termina seu discurso fazendo votos que o novo Imperador ratifique seus privilégios.

Panegírico XV – A Teodósio, sobre a mais régia das virtudes

Proferido: Ao Imperador Teodósio, no decorrer do ano de 381 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Esse discurso foi proferido em circunstâncias excepcionais. Com a chegada de Atanarico à capital Constantinopla, Temístio compõe um elogio da política teodosiana de assimilação dos Godos.

Sinopse: Nesse panegírico, Temístio começa seu elogio à política de assimilação de Teodósio depois de exaltar os temas dóceis de Hesíodo, em detrimento aos assuntos bélicos de Homero e Tucídides; e destaca que os exercícios humanitários do príncipe são semelhantes aos de Deus e garante a prosperidade do Império. Após essas considerações, o filósofo ressalta a clemência do príncipe para com os condenados e seu trato humanitário com os *bárbaros*. Ainda, nesse discurso, sublinha a importância da humanidade e da justiça no *roll* de virtudes do Imperador,

e pontua a necessidade do príncipe de ter colaboradores fiéis. Termina falando da colaboração entre os príncipes: Graciano e Teodósio.

Panegírico XVI – Agradecimento ao Imperador pela paz e pelo consulado do general Saturnino

Proferido: Ao Imperador Teodósio e para o general Saturnino, no percurso do ano de 383 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Temístio retoma nesse discurso o seu tema principal: a humanidade; dessa vez vai descrever a política de assimilação do Imperador através de seu exercício da humanidade. Diferentemente de outros discursos, o filósofo dá destaque a um general, Saturnino, sendo esse o executor da política de assimilação dos godos.

Sinopse: Temístio inicia seu discurso se referindo a uma dívida que tinha com o general Saturnino, e que pretende saldá-la com essa oração. Durante o discurso ressalta a política de Teodósio e a carreira de Saturnino; o Imperador demonstra a superioridade da persuasão sobre a violência. Ainda nesse panegírico Temístio exalta a política pacifista, na qual deveria substituir a guerra pelo perdão, e encerra pontuando as vantagens da paz e da assimilação.

Panegírico XVII – Pela sua nomeação para Prefeito da Cidade

Proferido: Ao Imperador Teodósio no ano de 384 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Temístio escreve esse discurso em agradecimento a sua nomeação como prefeito da cidade de Constantinopla, e ainda justifica e argumenta com seus colegas filósofos que não acreditam que a filosofia tem que estar no meio da ação política. Portanto, Temístio se posiciona contra a visão de seus amigos de profissão, e vai citar diversos casos da tradição clássica que aceita o compromisso com a política para ratificar sua posição dentro do órgão público.

Sinopse: Temístio abre seu discurso enaltecendo o valor que o Imperador Teodósio dá à filosofia, assim sobressaindo a seus antecessores. Ainda, pontua que Teodósio se ateve à política platônica, na qual há a união da filosofia com o poder político. A

indicação à prefeitura da cidade é ponto culminante da carreira política de Temístio que argumenta que sua vinculação com a cidade o obriga a aceitar a posição; assim como a dimensão política da filosofia exige que aceite o cargo. Para tanto, cita exemplos de filósofos comprometidos. Finaliza seu discurso exaltando a humanidade do Imperador.

Panegírico XVIII – A inclinação do príncipe a escutar o filósofo

Proferido: Ao Imperador Teodósio no percurso do ano de 384 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Temístio procura, no decorrer desse panegírico, ressaltar a humanidade de Teodósio, dessa vez aplicada a sua faceta de benfeitor dos súditos através de políticas públicas.

Sinopse: Nesse panegírico Temístio coloca a questão do papel do filósofo, que tem um compromisso com a sinceridade e não com a adulação. Comenta a cobrança que Teodósio fez a Temístio por um discurso sobre sua vitória contra os godos. Exalta ainda a bonança econômica e a prosperidade que o Império está vivendo, assim como as obras públicas realizadas na cidade de Constantinopla.

O filósofo retorna a justificar sua prefeitura. Termina sua oração chamando Arcádio, que estava sobre a tutela de Temístio, para sua instrução filosófica.

Panegírico XIX – Pela humanidade do Imperador Teodósio

Proferido: Ao Imperador Teodósio, tendo sido apresentado em meados de 384 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Último panegírico proferido por Temístio. No fim de sua carreira política o filósofo escreve um discurso enaltecendo a clemência do Imperador Teodósio.

Sinopse: Temístio, no início de sua oração, comenta que Deus enviou o príncipe à terra para exercer a humanidade em sua condição de lei viva. O orador evoca as Musas para que inspirem o Imperador na humanidade. Durante seu discurso o filósofo analisa a virtude da clemência colocando seus pontos favoráveis, principalmente sua vantagem sobre o terror. Temístio finaliza seu discurso comentando que o príncipe é uma criatura celestial e que nasce autodidata, e celebra a oportunidade de louvar o Imperador Teodósio.

Discurso do Imperador Constâncio ao Senado em favor de Temístio

Proferido: Foi remetido ao Senado de Constantinopla pelo Imperador Constâncio II no ano de 355 d.C.

Local: Em Constantinopla.

Discurso: Esse discurso foi remetido por Constâncio II ao Senado de Constantinopla para que esse órgão incorporasse o filósofo Temístio em seu corpo. O Imperador elogia o filósofo e argumenta a importância de ter Temístio, um grego não cristão e filósofo no Senado.

Sinopse: O Imperador Constâncio II inicia seu discurso falando das tarefas do príncipe que lhe compete atender a guerra e a paz, ocupar-se da comunidade e dos cidadãos. O príncipe julgou Temístio digno de ser integrado ao corpo senatorial de Constantinopla, ressaltando, ainda, que ambos estariam ganhando com essa nomeação. Temístio, de acordo com o Imperador, seria o portador da filosofia antiga, o que seria de grande utilidade, tanto na educação dos jovens como na moralização pública. Outro motivo que apresenta é o amor que o filósofo desprende a cidade de Constantinopla, e pontua a hereditariedade filosófica de Temístio, uma vez que, tanto seu pai como seu avô, eram conhecidos por serem filósofos consagrados. Finaliza seu discurso dizendo que honra com essa nomeação a filosofia.

1.2.2. A Res Gestae

A *Res Gestae* é uma narrativa escrita por Amiano Marcelino. Esta obra versa sobre a história de Roma dos anos de 96 a 378 d.C., no entanto, hoje temos acesso a uma parte deste trabalho. Os livros que nos foram legados abrangem os governos de Constâncio II (337-361 d.C.), Juliano (361-363 d.C.), Joviano (363-364 d.C.), Valentiniano I (364-375 d.C.), Valente (364-378 d.C.), Graciano (367-383 d.C.), e Valentiniano II (375-392 d.C.). O antioquiano se propôs a escrever uma história das sucessões e feitos dos imperadores romanos, e focalizou, sobretudo, os aspectos militares dos governos desses príncipes.

A presente investigação utiliza-se de duas traduções da obra *Res Gestae*, tanto a versão britânica de John C. Rolfe, editada pela Loeb Classical de 1982, como a francesa de Edouard Galletier e Jacques Fontaine, editada pela Belles Lettres de 1978. Sendo que Ambas seguem a mesma estrutura e são bilíngues, mas pretendemos, ao compará-las, observar as diferenças para uma melhor compreensão do texto.

O autor Amiano difere do filósofo Temístio na sua maneira de compor sua obra, uma vez que o antioquiano descreveu os acontecimentos da História de Roma através de uma narrativa, ou seja, o militar expôs, descreveu os fatos como os via, detalhando certos eventos e pontuando brevemente outros. Como destacou Timothy D. Barnes, em seu livro *Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality* de 1998, “Qualquer historiador deve se permitir a liberdade de tratar alguns assuntos brevemente e outros mais longamente” (BARNES, 1998:32), e continua sua explanação ressaltando que Amiano utilizou bastante essa liberdade, já que percebe-se no texto do historiador tardo-antigo curtas explicações acerca de determinados assuntos e, em contrapartida, demoradas descrições de outros temas.

O historiador militar dividiu sua narrativa em 31 livros, mas somente 18 deles chegaram as nossas mãos, sendo eles do 14 ao 31. Dentre esses que temos em mãos, narrou os feitos de Imperadores, dando especial atenção as suas ações bélicas. No entanto, enriqueceu sua obra com descrições dos lugares por onde passou, julgamentos ocorridos e descreveu sua compreensão da relação entre romanos e estrangeiros. Ainda, no final do livro XXV, o historiador militar escreve um elogio ao Imperador Juliano, por ocasião do falecimento desse governante; assim como procedeu, também, com os governantes Constâncio II, Valentiniano I e Valente.

Através de uma atenta leitura da obra Histórias de Amiano Marcelino e da historiografia em torno dessa temática, pretendemos compreender a narrativa de Amiano em sua totalidade, ou seja, buscaremos entender o posicionamento do autor e os pontos subjetivos do seu texto. Para tanto, desmembraremos a *Res Gestae* e realizaremos uma minuciosa análise em suas partes. Nesse momento, salientamos que não conseguimos precisar para que público Amiano escreveu sua História, porém tudo leva a crer que sua obra circulou nos altos escalões da administração imperial; assim como os panegíricos de Temístio.

1.2.2.1. *A Res Gestae e seus livros*

Livros I – XIII (96 - 353 d.C.)

Estão perdidos.

Livro XIV (353 - 354 d.C.)

Esse livro é fortemente dominado pelos acontecimentos em Antioquia, cidade natal de Amiano. Narra a tirania de César Galo nessa cidade e sua condenação pelo imperador Constâncio II. Amiano relata ao leitor uma longa crítica aos senadores romanos e ao povo romano, e enriquece sua narrativa com descrições dos lugares e acontecimentos, principalmente os que estão relacionados com a fronteira do Império. Observamos ainda, nesse livro, Constâncio II entrando em guerra contra os Alamanos que estavam devastando uma parte da Gália. Esse povo suplica pela paz que é garantida pelo Imperador.

Livro XV (355 d.C.)

Nesse livro, o autor relata como a morte de César Galo foi reportada ao Imperador, e como Constâncio puniu amigos do César. Ainda nessa parte de sua narrativa observa a tentativa de um comandante da infantaria em ser aclamado *Augustus*, destaca que esse comandante era Silvano, um Franco. O usurpador é assassinado após vinte e oito dias da sua aclamação e com ele todos os seus amigos. Amiano retrata a indicação de Juliano para César, por seu primo o Imperador Constâncio que lhe entrega o comando das Gálias. Ao longo desse livro, o historiador militar descreve episódios que surpreenderam o povo romano, como a deposição do bispo de Roma Libério; e nos expõe um panorama da geografia dos Alpes da Gália, assim como de outras partes dessa região e do percurso do rio Reno. Retrata, ainda, as maneiras e costumes da Gália e os feitos do prefeito do Pretório, Musoniano, no Oriente.

Livros XVI - XVIII (356 - 358 d.C.)

Nesses livros encontramos a narrativa de Amiano sobre as campanhas de Juliano, César, na Gália e na Germânia, com grande vitória sobre os Germânicos em Strasbourg. Encontramos, também, a descrição do autor da campanha do Danúbio pelo Imperador Constancio II. Sendo, nesses livros, o início dum paralelo sistemático entre as ações de Constâncio II e Juliano, que são relatadas até o livro XXI. Ainda ressalta a invasão da Mesopotâmia após falha nas negociações com Rei Sapor da Pérsia. Entre uma passagem e outra, fala de acordos de paz realizados por Juliano, dos méritos do novo César, das difamações e calúnias existentes na corte de Constâncio II, da entrada do Augusto com vestuário militar em Roma, de políticas públicas empregadas por Juliano César, de obeliscos erguidos em Roma por ordem do Augusto Constâncio, de terremotos que devastaram regiões do Império, de reconstruções de fortalezas, de prisioneiros conseguidos por acordos com povos estrangeiros, entre outros assuntos relacionados à guerra e preparação de ataques.

Livro XIX (359 d.C.)

Amiano, nesse livro, dá destaque para o cerco de Amida pelos persas e para o julgamento, em Roma, de traidores do Império. Mas ainda nos traz informações extras, como a praga que assolou Amida por dez dias e que só acabou após chover, e a execução de alguns comandantes romanos em Amida quando os persas conseguem tomar a cidade

Livro XX (360 d.C.)

O antioquiano segue sua narrativa ressaltando as campanhas de Constâncio II no Leste, e detalhando como Juliano é aclamado Augusto pelo exército que está chefiando em Paris. Relata ainda, que embora Juliano tivesse tentado acalmar o episódio perante seu primo Constâncio II, a diplomacia falhou e prepararam-se para guerra civil. Ao longo desse livro, Amiano nos lega detalhes do que estava acontecendo em outros lugares, como: as calúnias dirigidas ao general Ursicino e os

diversos ataques dos persas em fronteiras romanas. Tendo, também, descrito a ocorrência de um eclipse solar.

Livros XXI - XXII (361 d.C.)

O historiador narra, no decorrer desses livros, a morte de Constâncio II; em vista desse acontecimento, não houve guerra civil, e Juliano assume o poder Imperial de imediato, uma vez que já havia sido aclamado por seus homens em Paris. Amiano descreve, ainda nesse capítulo de sua História, acontecimentos de outra natureza que não a militar, como: a vez que Juliano se passou por cristão para ganhar favores de uma cidade. Já a assuntos ligados à esfera bélica, o historiador expõe a quebra do tratado pelos Alamanos; a vitória de Juliano e a interceptação de uma carta que havia sido enviada por Constâncio ao chefe dos Alamanos, tendo sido esse o estopim para a guerra civil, que não se concretizou, embora estivesse sendo posta em ação as estratégias de ambos, Constâncio e Juliano.

Encerra o livro XXI falando das virtudes e as faltas de Augusto Constâncio II; e inicia o livro XXII narrando a limpeza que Juliano aplicou na corte, daqueles que eram fiéis ao antigo Imperador, e das providências tomadas pelo novo governante para a guerra contra os godos e para a restauração da cidade que havia sido devastada pelo terremoto. Quando em Antioquia, Juliano não incomodou ninguém por causa de suas crenças religiosas. Amiano destaca em uma parte de sua narrativa a morte de um bispo de Alexandria, *Georgius* (Jorge), que foi esquartejado e queimado no meio da rua, e não houve condenação para os pagãos que praticaram tal ato.

O elemento religioso não foge a narrativa do militar Amiano Marcelino. Em outra parte do seu texto, descreve a ida do novo Imperador a um oráculo para fazer uma consulta e a denúncia de que cristãos teriam queimado o templo de Apolo. Expõe, também, o sacrifício que Juliano fez a Júpiter.

Livros XXIII – XXIV (363 d.C.)

Amiano continua nesses dois livros sua narrativa acerca dos feitos do Imperador Juliano, dando destaque ao avanço de Juliano sobre a Mesopotâmia. Não deixa de enriquecer seu texto com conteúdos de diferentes naturezas, embora seu maior foco

seja o órgão bélico do Império. Inicia o livro XXIII descrevendo a tentativa de Juliano de restaurar um templo em Jerusalém, e logo parte para os assuntos de guerra, a preparação para a luta contra os persas e, até mesmo, a descrição de ferramentas utilizadas na batalha, assim como também, das províncias dos persas.

No livro XXIV, começa relatando as atividades da guerra em si, a invasão de Juliano na Assíria e a queima de fortalezas e cidades. Ainda nesse capítulo da sua narrativa, informa-nos a respeito das promessas feitas pelo Imperador em pagar determinada quantia de soldo para os soldados. De acordo com o autor, Juliano teria homenageado alguns de seus homens após matarem 2500 persas.

Livro XXV (363 – 364 d.C.)

O autor militar inicia essa parte de sua narrativa com os ataques dos persas às marchas dos romanos que estavam com escassez de grãos. Durante essas investidas dos persas, Juliano morre. Amiano escreve os méritos e os defeitos do Imperador que havia falecido, ou seja, uma avaliação de seu governo. Após a morte do Imperador Juliano, os chefes dos Exércitos se reúnem para decidir quem procederia no poder imperial e escolhe a pessoa de Joviano para ocupar o cargo de Imperador. Também é nesse livro que o autor militar, do século IV d.C., faz um breve anúncio sobre o reinado de Joviano, uma vez que governou por oito meses apenas. Imperador, esse, que assinou um acordo com os persas para que pudessem voltar para casa, já que os soldados se encontravam famintos. Joviano, de acordo com o autor, ao entrar em Ancira anunciou seu consulado com seu filho Varroniano que não tem procedência após a morte do Imperador.

Livros XXVI – XXVII (365 – 369 d.C.)

O autor antioquiano, mais uma vez, narra a eleição de um novo governante, dessa vez a escolha recaiu sobre um general que comandava a segunda divisão dos *targeteers*, Valentiniano. Ao chegar onde se encontrava a cúpula que o havia elegido, Valentiniano faz um discurso a todos os soldados que unanimemente o aclamam. Quando chega a Constantinopla, com o aceite do Exército, chama seu irmão Valente para ser seu colega de governo. Logo, os dois irmãos dividem os

generais e o Exército entre eles. Valentiniano se estabelece no Ocidente, enquanto seu irmão Valente se fixa no Oriente.

Tendo este último, no início de seu governo, combatido a tentativa de usurpação de Procópio, que pediu auxílio ao povo Godo, e através de promessas conseguiu angariar a simpatia de alguns generais romanos. O usurpador perde seus aliados e é derrotado por Valente que manda soldados para deter o rebelde, executando também os amigos de Procópio. Amiano se posiciona a favor de Valente quando da rebelião de Procópio, secretário na corte de Constâncio II e comandante de exército com Juliano, quando esse se declara sucessor dos Constantinos e se proclama Imperador.

Amiano dá continuidade no livro XXVII aos feitos de Valentiniano e Valente, e começa narrando uma batalha contra os Alamanos, na qual um comandante da cavalaria teria feito um ataque surpresa aos Alamanos e destruído com sua força militar. Como em outros momentos, o historiador dedica uma parte de sua obra para descrever as seis províncias da Trácia e seus habitantes.

Ainda nesse livro, Amiano comenta que Valente não teria deixado passar a ajuda dos godos a Procópio impunemente, desprendeu uma guerra contra esse povo. Após três anos de luta, faz um acordo com os Godos, enquanto Valentiniano, com o apoio dos militares, nomeia seu filho Graciano *Augustus*. Dedica o restante desse livro a descrever eventos militares, batalhas com os Alamanos, com os Persas, entre outros.

Livros XXVIII – XXIX (370 – 373 d.C.)

Nesses livros, Amiano volta sua atenção para a corrupção da sociedade Romana narrando julgamentos de traição em Roma e no Oriente. Não deixando de nos transmitir seus conhecimentos sobre a invasão da Panônia e a vitória de Valentiniano e seus generais. No livro XXVIII, Teodósio aparece restaurando as cidades que haviam sido devastadas por selvagens, e Valentiniano aparece fazendo uma emboscada para os Saxões.

O historiador militar inicia a narrativa do livro XXIX com mais uma tentativa de usurpação, dessa vez por Teodoro. Valente o acusa de traição e o condena à morte juntamente com seus cúmplices. Descreve, ainda, o comportamento feroz e cruel do

Imperador Valentiniano, na região ocidental, assim como suas batalhas contra os Alamanos.

Livro XXX (373 – 375 d.C.)

O historiador militar comenta, nesse livro, assuntos relacionados às políticas do Imperador Valentiniano I para com os persas e armênios. No decorrer desse livro, Amiano descreve a destruição infligida por Valentiniano aos Alamanos e o acordo de paz selado por ambos. Tendo nesse livro, também, a descrição que Amiano faz da morte do imperador Valentiniano I, por causas naturais, e não em campo de batalha. O filho de Valentiniano, Graciano, o substituiu. Para encerrar esse livro da sua *Res Gestae*, Amiano expõe os pontos positivos e os negativos do Imperador que acabava de morrer.

Livro XXXI (376 – 378 d.C.)

Amiano aqui nos situa sobre as invasões dos Godos na Roma Ocidental, culminando na batalha de Adrianópolis, na qual pereceu Valente. Também, nos informa sobre os costumes dos Hunos e de outros povos asiáticos, e acerca do tratado firmado com os Godos pelo Imperador Valente, no qual o governante romano cederia pedaços de terra em troca da obediência e auxílio nas guerras romanas. Tal povo, os Godos, não cumpre sua parte no trato e se revoltam contra Valente, levando-os à batalha de Adrianópolis; o Imperador decide não esperar pela ajuda de Graciano. Ainda no seu último livro, o autor descreve a vitória de Graciano contra os Alamanos, a conquista de novos recrutas e a intenção desse Imperador de ir ajudar seu tio Valente. No encerramento de sua obra, faz uma análise dos méritos e defeitos do Imperador que acabava de perecer na guerra contra os Godos, e termina narrando a tentativa do povo vencedor de Adrianópolis de invadir Constantinopla e sendo rechaçado pelo general Júlio.

Assim, procuramos nesse capítulo retratar o contexto histórico dos autores tardo-antigos e o conteúdo de suas obras para que o leitor tenha uma maior

compreensão dos capítulos posteriores. Pois, é a partir desse estudo que analisaremos o conceito de *Realeza* de Temístio e Amiano Marcelino.

Capítulo II - A Realeza em Temístio

“A vida será esplêndida e feliz quando surgir um rei jovem, temperante, dotado de boa memória, valente, generoso e alerta”. (TEMÍSTIO, *Disc.* III, 46a).

2.1. Considerações preliminares

Na tardo-antiguidade observamos uma nova perspectiva na sucessão imperial, principalmente no que concerne à entronação dos Imperadores Joviano e Valentiniano I. Tais Imperadores ascenderam ao poder após a decisão do órgão militar do Império Romano, ou seja, era através da aclamação do Exército que se conhecia o novo governante de Roma e suas províncias. Notamos assim, que a preocupação dos generais não era quanto a *Paidéia*¹⁹ do escolhido, e sim em encontrar alguém capacitado a conduzir os conflitos bélicos travados nas fronteiras do território romano.

Muitas são as implicações decorrentes desse processo aclamatório, como o realce do papel do bárbaro na sociedade romana, o rompimento com uma tradição clássica de escolha de Imperador ou de sucessão consanguínea, a pouca importância que se concede nesse momento a base político-cultural do escolhido para reger o Império Romano. O filósofo panegirista Temístio visa em seus discursos promover os antigos ensinamentos aos novos membros do poder imperial, de forma a garantir a lembrança da tradição e a importância da filosofia.

O paflagoniano, valendo-se da sua condição de filósofo, utilizou suas orações como “lembretes cuidadosos para Imperadores e administradores imperiais da necessidade de se governar em estrita concordância com a *Paidéia*”.

¹⁹ Como havíamos apontado no I Capítulo, compreendemos a *Paidéia* como um conjunto de ações pedagógicas, políticas, filosóficas e religiosas (consideradas por nós como um conjunto político-cultural) que aprimora o discursivo persuasivo (retórico, ou arte da persuasão) daqueles que necessitam demonstrar e impor seu poder. (CARVALHO, 2010:26).

(VANDERSPOEL, 1995:13). Ao lermos seus panegíricos, percebemos, nos entremeios, lembranças de passados gloriosos, exemplos de histórias que marcaram o imaginário dos gregos e romanos, e principalmente a concepção de Realeza tida pelo filósofo.

Em seus discursos, Temístio deixa transparecer muito mais que um simples elogio à pessoa mais importante do Império ou a defesa de sua cidade (adotiva) Constantinopla. O senador-filósofo propôs uma concepção de governo e governante, e buscou, em seus trabalhos, sublinhar os quesitos importantes para fazer uma boa administração. Dessa forma, fez valer seu papel de filósofo e conhecedor da retórica, exaltando as características de um bom governante, ao mesmo tempo em que tecia um elogio ao Imperador em suas obras.

O autor por nos analisado tem um extenso rol de orações, nas quais buscou apresentar diversas questões filosóficas pertinentes à manutenção do poder Imperial; com especial atenção aos valores morais e educacionais importantes a um bom governante. Como sublinhou Downey, em artigo sobre a Educação e Problemas Públicos de 1955, os panegíricos de Temístio preservados nos mostram suas preocupações “em diferentes locais, de diferentes formas, e com o que pode parecer diferentes ênfases, causadas pelos diferentes propósitos em suas orações onde suas ideias são divulgadas.” (DOWNEY, 1955:293). Ou seja, o autor não nos proporciona uma síntese de seus pensamentos e ideais, mas em cada discurso evidencia alguns pontos que permeiam suas inquietações.

O grego aprendeu com seu pai que “a filosofia deveria se tornar de uso prático, e a retórica seria de grande importância quando subordinada aos fins filosóficos”. (HEATHER, 1998:127). Essas lições serviram de base para a construção do pensamento político-filosófico²⁰ de Temístio, como podemos observar em seus estudos e trabalhos onde engrandeceu os pensamentos filosóficos. Para o paflagoniano o caminho para se alcançar grandes realizações e à manutenção de um império saudável estaria no conhecimento e na prática da filosofia.

Testemunhou a administração de oito Imperadores, e para todos esses Imperadores escreveu panegíricos: sendo quatro a Constâncio II, um a Joviano e um a Valentiniano I, seis a Valente, mais um a Graciano e seis a Teodósio, o único que

²⁰ Nesse contexto, entendemos político-filosófico como sendo a confluência desses dois quesitos no pensamento de Temístio, para quem o pensamento filosófico embasou muitos de suas teorias políticas, e vice-versa.

não temos notícias é o discurso ao Imperador Juliano²¹. Nesses discursos ressaltou características significativas dos presentes Imperadores, recorrendo ao passado clássico para se exemplificar. No decorrer de seu louvor aos então governantes do Império Romano, o filósofo grego aproveita o ensejo para expor seu ideal de *Realeza* realçando a postura e a conduta que um administrador imperial deveria possuir e apresentar perante seus súditos.

Durante toda a leitura dos discursos políticos temistianos notamos significativos apontamentos acerca das virtudes e qualidades, e da educação que era necessária para preparar um governante. Como podemos ver na passagem que segue, o panegirista contempla qual seria a melhor formação para um Imperador, aliás explicita as boas experiências que um imperador poderia ter tido durante sua juventude.

Em efeito reconheço claramente em tuas palavras as precisões do divino Platão sobre a arte de governar, ainda que mude sua formulação: que é de grande proveitos para os governados que os reis tenham se desenvolvido previamente, que tenham recebido uma educação rígida e livre de adulações, cultivando os campos, servindo em cargos públicos, dormindo no chão, participando de campanhas militares e crescendo na dureza da vida humana, como Ciro, como Darío, como Numa e como os romanos mais esclarecidos. (TEMÍSTIO, *Disc. VI*, 81b).

Ao afinal, o governante de Roma deveria, na concepção de Temístio, ser versado em filosofia; na qual aprenderia todos os valores morais fundamentais a um Imperador. Como na tardo-antiguidade, em especial no século IV d.C., os homens responsáveis pela nomeação do governante, no caso os militares, ou mesmo aqueles que tentaram restaurar alguma dinastia valeram-se do Exército para legitimar suas escolhas, ou seja, não se preocupavam com a formação educacional do escolhido, cabia, assim, ao novo representante do Império eleger um grupo de filósofos para melhor lhe aconselhar.

“O Imperador deveria ser um filósofo ele próprio, mas se as circunstâncias tornam isso impossível, ele teria que se cercar de filósofos e governar seguindo seus conselhos”. (DOWNEY, 1955:301). Temístio via a filosofia como detentora dos

²¹ O panegírico de Temístio a Juliano não chegou as nossas mãos, tendo se perdido no tempo. Porém, por meio de outras documentações, como a carta de Juliano a Temístio, temos notícias desse discurso proferido ao Imperador Juliano.

conhecimentos divinos, e era somente através da prática filosófica que o Imperador conseguiria alcançar a semelhança de Deus.

(...), aquele que tem a possibilidade de fazer o bem em cima dos demais homens e opta por fazê-lo é uma imagem pura e perfeita de Deus, e representa na terra o mesmo que Ele no céu: governa, por assim dizer, uma parte do império universal e tenta imitar parcialmente o Senhor do universo. (TEMÍSTIO, *Disc.* II, 9b).

“Escolhido por Deus, o imperador é eleito pelos homens”. (DAGRON, 1968:136). Gilbert Dagron aponta nessa frase uma vertente do pensamento temístiano, no qual o Senhor supremo escolhe o próximo governante e utiliza-se da eleição humana para valer Sua escolha; em outros termos, a nomeação do governante imperial, seja pela aclamação militar ou pela indicação do senado, traduz a vontade Divina. Porém, o novo Imperador deverá mostrar pelos seus atos governamentais que a decisão humana corresponde à preferência de Deus.

Não vão acreditar, nobres homens, que os soldados têm competência em uma eleição de tamanha importância, sendo que é do alto que procede realmente o decreto, e no alto que se ratifica a proclamação com a colaboração dos homens. Seguindo esse ato, corresponde a vós (novo Imperador: no caso Valentiniano I) demonstrar que os soldados colaboraram realmente com Deus, pois se é somente do poder que deposita sua confiança, dareis a impressão de haver apoderado do império pelas armas; porém, se sua força residir na excelência da sua virtude, se comprovará que haveis sido escolhidos pelos céus. (TEMÍSTIO, *Disc.* VI, 73c).

“Logo é nisso que consiste sua tarefa de rei, em fazer igual a Zeus, já que é seu servidor e intérprete, e lhe há confiado uma parte considerável de Seu domínio: o ‘rebanho humano’”. (*Disc.* XV, 188b). A atividade prática das virtudes e qualidades reais era essencial na tese do filósofo Temístio, pois somente com o exercício diário dos valores morais o imperador consegue afirmar sua ascensão divina. Para o grego o filósofo possuía todo o conhecimento teórico, mas só o governante tem o poder e a oportunidade de colocá-lo em ação. “A perfeita imagem de Deus está no homem que tem o poder de fazer o bem e escolhe fazê-lo.” (*Disc.* I, 9b).

O sábio Platão sustentava quase em todas as obras que o verdadeiro governante e o filósofo avançam pelo mesmo caminho, pois ambos competem e se esforçam com vista no mesmo modelo, porém um se centra na especulação científica e o outro na atividade

prática: o primeiro se limita a conhecer o Soberano e todo o universo, enquanto o segundo também O imita (e já se sabe que a ação assimila em maior medida que o conhecimento). (TEMÍSTIO, *Disc.* II, 34c).

O autor nos aponta outras características que o governantes divide com Deus:

(...) sempre olhando para Ele e sempre disposto a imitá-lo é, sensivelmente, como disse Homero, “filho e criatura de Zeus”, e também comparte com Deus suas outras vocações: hospitaleiro, protetor de suplicantes, protetor da amizade, provedor de frutos, distribuidor de bens, patrão da justiça, administrador do bem estar, essência da felicidade. (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 64c).

O historiador John Vanderspoel em seu livro *Themistius and the Imperial Court: Oratory, Civic Duty, and Paideia from Constantius to Theodosius*, nos chama atenção a um dado importante: que em termos práticos, essa visão do Imperador como imagem de Deus confere ao governante liberdade de ação. Com o intuito de amenizar as consequências do excesso de liberdade e de promover sua filosofia de bom governo, Temístio adverte os Imperadores a enfatizar as virtudes divinas. (VANDERSPOEL, 1999:124).

Convém sublinhar que, a nosso ver, a filosofia de Temístio não está libertando o Imperador para agir conforme quiser, o filósofo grego ressalta em seus discursos a responsabilidade de governar, e procura em suas falas direcionar os novos administradores imperiais a um bom uso de seu poder. Um fato a ser destacado na teoria do panegirista tardo-antigo é a extrema confiança no caráter da pessoa real, levando em consideração que no conceito aqui analisado o governante é a lei viva, não possuindo nada a limitá-lo a não ser sua vontade de seguir dentro das virtudes reais e alcançar a excelência na arte de governar.

Abordaremos detalhadamente as virtudes consagradas por Temístio, mas antes analisaremos a posição do filósofo no quesito das leis e como é a relação com o governante. Todos os romanos do Império estavam sujeitos às aplicações da legislação, todavia a luz da teoria temistiana a lei humana não conseguia abarcar a totalidade de nuances cabíveis em um crime. Em vista de eliminar essa falha no sistema legislativo, o governante imperial detinha o poder de se impor sobre uma decisão jurídica. Ou melhor, o Imperador estaria em posição de averiguar a situação

e levar em consideração a subjetividade dos acontecimentos para um julgamento mais digno.

Seguindo a tese de Platão, a lei, dada sua incapacidade de entrar em acordo pela infinita diversidade das ações humanas, se limita a prever penas idênticas para delitos desiguais e a realizar declarações de caráter geral. (in: PONCE, 2002:509). Sendo assim, ao governante cabia suprir as deficiências encontradas nas leis. Nesse momento o governante régio tem a oportunidade de se mostrar um imperador escolhido por Deus, já que é no exercício de uma virtude, a clemência, que o chefe do Império intercede num julgamento. Mostra-se, dessa forma, um verdadeiro governante humanitário.

A lei, como um homem austero e arrogante, oferece frequentemente as mesma respostas mesmo que não se pergunte o mesmo. E já que é assim e que a lei, dada essa limitação, pronuncia palavras idênticas a propósito de realidades distintas, o fiscal severo pode ater-se as suas palavras e aferra-se as suas letras. Por esta razão é frequente que a lei condene a morte a quem ela mesma haveria absorvido se pudera adotar uma letra diferente, com o que vem ocorrendo (não sei como) em uma espécie de ilegalidade ajustada ao direito. Sem embargo, o príncipe humanitário desculpa a lei escrita por sua incapacidade e assume pessoalmente tudo o que escapa a legislação, consciente, segundo creio, de que é lei e está acima das leis. (TEMÍSTIO, *Disc. I*, 15a-b).

Ao imperador, convinha saber o momento de se impor em querelas que a lei escrita não alcança; buscando nesse caminho colocar a disposição de seus súditos, sua clemência e generosidade. Com isso, o príncipe conseguiria manter seu governo em harmonia; também, ensina seus filhos, futuros administradores reais, através de seus atos e da repercussão destes na sociedade. Perpetuando, assim, bons exemplos às gerações que o seguiram no comando do império.

(...) todas as pessoas que aplacaste a ira e todas as que concedestes tua clemência: ao jovem, porque era jovem; ao insensato, por sua insensatez; ao manipulado, por sua falta de personalidade. Eles (filhos de Valente) verão a esses homens e ouvirão dizer que, no que dependia deles ou das leis, estariam mortos, mas que, pela intervenção do príncipe obtiveram salvação e proteção. Sem duvida o cometido pelo juiz é inteiramente dentro da lei; mas ao verdadeiro príncipe cabe governar a lei e amansar sua cólera. (TEMÍSTIO, *Disc. XI*, 154a).

Ainda para Temístio a lei, também, adivinha dos céus com o objetivo de auxiliar o monarca na administração imperial. A legislação conseguia impor limites civis aos súditos dentro das fronteiras do império, ou seja, servia ao príncipe em governo. Todos que se encontravam dentro das fronteiras do vasto Império Romano poderiam recorrer ao recurso da lei para sanar sua contenda, ou clamar justiça pela morte de uma pessoa querida. Assim, a lei escrita, embora submissa ao governante, servia de guia à justiça dos homens.

A lei em efeito, que ocupa junto à realeza lugar de honra e há descendido com ela do céu para a salvação dos homens, tem competência sobre os súditos do interior e dentro do limites do império. E a justiça e a legalidade colaboram com o príncipe ante seus súditos, não ante seus inimigos. (TEMÍSTIO, *Disc.* XV, 187b).

A teoria de Temístio abarca muitos detalhes em torno da condição do príncipe e de como deveria ser sua conduta. Nesse percurso apreende os quesitos que compõem seu ideal de Realeza, dentro outros tanto que compunham o cenário político da Antiguidade Tardia. Todos os pontos levantados pelo filósofo interagem entre si, ou seja, uma ação cabível ao bom imperador estará ligada a uma virtude. Como acabamos de ver, o governante é lei viva na descrição do filósofo da antiguidade tardia, mas somente exercerá, com maestria, esse papel quando sustentado pela clemência e humanidade.

O panegirista em cada discurso proferido focaliza uma ou várias questões de seu pensamento sobre a Realeza, sempre conforme o momento que está vivendo. Atém-se às características importantes a ser destacada a cada imperador, uma vez que cada um necessita ouvir a respeito de determinados assuntos. Por exemplo, quando se dirige a Valentiniano I e a Valente, exalta o amor fraterno, demonstrando aos governantes suas preocupações, já que, por serem irmãos, podem tanto se tornarem grandes líderes e atuarem sempre em conjunto, quanto acabarem em uma guerra civil, levando sofrimento ao Império Romano.

Mas é interessante notar que embora cada oração de Temístio tenha uma diretriz diferente, seu ideal de Realeza mantém-se coeso em todos os discursos proferidos a Imperadores Romanos.

O monarca definido por Temístio possui inúmeras particularidades, das quais Stephen A. Stertz sintetiza perfeitamente:

O governante é comparado a Deus, ele é mandado por Deus para o bem da humanidade, o império é a *mimese* do céu; a essência real, a instituição da Realeza, em contraposto a pessoa do governante em si, é divina; ele é lei viva (*nomos empsychos*); sua humanidade e benevolência são elogiadas; se opõe ao tirano em todos os aspectos. (...) o imperador é eleito pelos homens, mas na realidade escolhido por Deus; (...); ele imita Deus e por sua vez é imitado por seus súditos; ele recebe de Deus a ciência do governo; sua justiça é asilo contra as durezas das leis escritas; nasce Imperador e se converte em Imperador por natureza; é comparado ao Sol e a um pastor; harmoniza as forças do estado; ele é rei por suas virtudes e não por outros símbolos; e as tradicionais virtudes imperiais a humanidade, a temperança, a mansidão, a verdade e a justiça. (STERTZ, 1976:350).

Joaquim Ritore Ponce completa a lista de Stertz: “Da tradição romana procede, em troca, o tópico do imperador que vive ao ar livre, serve como soldado e se educa nas dificuldades da vida”. (PONCE, 2000:43). O item destacado por Ponce já foi, por nós, comentado em outro momento, quando analisamos, no ponto de vista de Temístio, quais eram as melhores experiências de vida que um futuro Monarca deveria ter. Para o autor conhecer vários aspectos da dureza da vida, garante um governante forte e sábio, afinal terá vivenciado muitas dificuldades que fortalece o corpo e enobrece o espírito.

O Imperador adquire com a prática da vida os valores importantes para o homem, e principalmente, para um regente do império. Como apontamos na epígrafe para o filósofo grego a felicidade será completa quando o governante for repleto de bom ânimo, moderar suas atitudes e paixões, lembrar das tradições que fizeram seu império, tiver coragem para mantê-lo, ser prodigo e estar alerta. Sendo interessante notar que a frase em destaque no início, encontrada no discurso III em que o panegirista dedica seu trabalho ao Imperador Constâncio, é uma citação que Temístio faz de Platão.

O filósofo paflagoniano herdou de seu pai o amor pelo pensamento aristotélico e platônico, o que podemos observar em toda sua obra. Em vários panegíricos, Temístio cita e comenta passagens de Aristóteles e de Platão como suporte ao seu ideal de *Realeza*. O grego busca, em seus panegíricos, harmonizar a visão de Realeza desses dois filósofos antigos, pois cada um tinha suas singularidades de pensamento.

Vanderspoel nos aponta que para Aristóteles “a posição do governante é igual à de um pai sobre os seus filhos, não um mestre sobre escravos, o que seria tirania”. (VANDERSPOEL, 1999:81). Uma vez que os comandos do pai são

moderados pelo amor, preocupação e virtude, um pai é superior a seus filhos. Um exemplo é quando Temístio coloca o rei Persa Sapor como um tirano, por esse escravizar seus súditos e familiares.

A tarefa de um verdadeiro príncipe não é, em minha opinião, humilhar os erguidos, e sim levantar os tombados para, na medida do possível, ser o mais feliz entre os homens felizes. Em contrapartida, o autêntico tirano não deseja ser o mais afortunado dos homens, e sim o mais afortunado entre homens miseráveis, igual a um carcereiro que tem a seu encargo muitos presos e se contenta e se alegra por ser muito mais afortunado que os que estão nas presas. Por isso sou da opinião que o monarca persa não honra o título de governante, pois só trata a todos os seus súditos como escravos e os convertem em tais, assim como a seus próprios parentes, a seu irmão e a seu filho, a quem há de transferir seu reino. É sensivelmente ridículo quem tem a si mesmo por livre crendo seu irmão um escravo. (TEMÍSTIO, *Disc. I*, 11b-c).

Vale salientar que a posição de Temístio quanto ao povo Persa, a nosso ver, está intimamente ligada ao contexto em que vivia o filósofo, uma vez que os persas eram um dos maiores inimigos do Império Romano. Também, acreditamos ser essa a posição política do panegirista e sua contraposição ao ideal de governante, o qual está pautado nas virtudes divinas e não na tirania.

Já, para Platão, o indivíduo que será governante é um membro dos cidadãos e é selecionado cedo para ser treinado na arte de governar. “Ele governa, não por sua posição natural, como um pai sobre seus filhos, mas porque talento e treino fez dele o primeiro entre seus iguais, os cidadãos”. (VANDERSPOEL, 1999:82). Diferentemente de Aristóteles, Platão acredita que um bom governante é um governante filósofo, e não necessariamente tenha nascido na realeza; podendo ser treinado para seu futuro ofício de condução do império. Numa passagem pouco depois da anterior o paflagoniano reforça a importância do treino desde pequeno.

Isto é, por tanto, o que perde aquele (rei persa): não a terra existente entre os dois rios (Mesopotâmia), e sim a virtude do nosso príncipe, que resplandece ao seu lado. Além do mais, é incapaz de depositar o timão de sua mente a quem, acerca dele, está em situação de governá-lo, e amarrar assim seu barco a um grande navio (o único que pode aproveitar desta vizinhança). Esta seria, sem dúvida, melhor solução que navegar em pequeno bote que carece de timão e dos restantes dos apetrechos, e travar combate nessas condições

com um enorme e poderoso trirreme²², que conta com uma multidão de soldados e uma multidão de remadores e marinheiros, e com um capitão que se há criado no timão desde que usava fraldas. (TEMÍSTIO, *Disc.* I, 12b).

A partir das informações destacadas acima, observamos que Temístio procura nos dois filósofos da antiguidade, Aristóteles e Platão, o sustentáculo para sua teoria da Realeza. Outros pontos importantes constroem o pensamento do filósofo tardo-antigo, como já vimos: a questão da lei, onde o monarca é lei viva, ou seja, está sobre a lei escrita. Outra característica, já apontada por nós, foi quanto ao monarca em relação a Deus, o primeiro seria imagem e semelhança do segundo, buscando para tanto praticar ações virtuosas.

Ainda há muitos itens a serem analisados, como por exemplo: quais virtudes Temístio admirava, e qual se assemelhava mais à divindade; qual o papel e a importância da *philantrōpía* no ideal temistiano; o que diferencia o bom monarca do tirano; entre tantos mais. Sem nos esquecermos de sua política de tolerância religiosa, já que foi por meio desta que o filósofo Temístio conseguiu construir uma carreira política, na qual viu a morte e a ascensão de inúmeros Imperadores.

Dois imperadores dessa lista nos chamam a atenção, ambos indicados pelos militares: Joviano e Valentiniano I. Visto que, tanto um quanto outro, procederam somente do corpo bélico, o que queremos dizer é que nenhum deles pertencia a uma família dinástica. Como pudemos observar, até o momento, Temístio, embora não refutasse a necessidade da escolha pelo exército, não estava inteiramente de acordo com esse método, pois para ele a Paidéia do escolhido deveria ser considerada.

Durante o processo de escolha do novo imperador, e em toda a sociedade romana, reparamos num novo elemento se integrando a cultura romana: o bárbaro. Um ponto a ser levantado, no decorrer do nosso estudo, é como o panegirista tardo-antigo se posiciona em relação ao elemento estrangeiro. Ou seja, como para Temístio o bárbaro deveria ser tratado. Preocupamo-nos aqui, tanto com os que vivem além das fronteiras do Império Romano quanto com os que vivem no interior de Roma.

²² Embarcação grega da Antiguidade, impelida por remos, armados em três pavimentos. (FERREIRA, 2000:688).

Ao que veremos no percurso da presente pesquisa o ideal de Realeza do panegirista gira em torno dessas e de outras questões políticas. A nosso ver, o filósofo utiliza-se do panegírico para expor suas teorias reais e, também, como mural onde apresenta sua consternação com a ciência de governar. O autor desenvolve uma “técnica sutil de transmitir mensagens rigorosamente atuais através da formalidade do louvor.” (PONCE, 2000:43). De forma que tudo nos leva a crer que a ligação está nos elementos constitutivos do pensamento temistiano: as virtudes imperiais; sendo a *philantrōpía*, no ideal de Temístio, a mais divina delas.

2.2. As virtudes e a importância da *philantrōpía*

Temístio discute, em todos os seus panegíricos aos Imperadores, as virtudes esperadas por um governante; seriam as atitudes virtuosas que os diferenciariam dos tiranos. “O governante, tendo sempre presente o interesse de seus súditos, tira as forças de suas decisões da virtude, enquanto o tirano, por ser escravo de suas paixões, só tem presente seus próprios desejos.” (SAYAS, 1972:44). Sayas descreveu com suas palavras o que o próprio Temístio questionou em seu segundo discurso ao Imperador Constâncio:

Precisamente por isso, estimados senhores, estes dois termos, o de governante e o de tirano, estão tão de frente e contrários entre si, e em nenhum caso toleram semelhança ou convergência alguma, como tampouco podem coincidir a mente e o prazer por estranheza mútua, pois se um floresce, o outro consome e enfraquece. E em que sentido se opõem e se diferenciam ambos os termos? Em que ambos representam forma de governo própria dos homens (não uma de cavalos e outra dos homens), mas enquanto que um acompanha a virtude e busca o bem dos súditos, ao outro o acompanha a maldade e só busca o proveito próprio. Por isso, os homens creem o primeiro divino e bem aventurado, e ao outro temem e o maldizem. (TEMÍSTIO, *Disc. II*, 35c-d).

As virtudes descritas pelo panegirista filósofo são inúmeras, dentre elas encontramos a justiça, a clemência, a generosidade, a coragem, a força, a harmonia, a verdade, a temperança, a humanidade entre tantas. A maioria delas já era avistada em outras teorias da época, até mesmo no ideal de Realeza Cristão. No entanto, um elemento novo aparece em Temístio, a *philanthropia*, ou seja, o

amor pela humanidade, como a suprema e indispensável qualidade do governante. (DOWNEY, 1957:268).

Dagron nos aponta que para, o filósofo, o imperador deveria “reproduzir a ordem e a administração divina.” (DAGRON, 1968:138). No objetivo de alcançar tais feitos aqui na Terra o monarca deveria ter uma conduta voltada para o bem, ou seja, suas atitudes deveriam conotar as virtudes imprescindíveis ao bom homem, e mais ainda deveria ser acrescida daquela que lhe assemelha ao divino: a *philanthropia*. Pois essa última é essencialmente divina, uma vez que somente Deus consegue exercê-la com perfeição, porém o governante, na tese de Temístio, é o único que tem condições e está apto a imitá-Lo.

Temístio, em seu discurso sobre o Amor Fraternal direcionado aos irmãos Valentiniano I e Valente, esclarece que é somente através do “exercício constante do bem” que o monarca alcança a assimilação com Deus; pois é impossível para o homem se assemelhar à divindade pelas outras duas características dotadas pelo Divino, seriam elas a vida eterna e a onipotência. Seguindo esse pensamento, notamos a grande importância das virtudes morais apresentadas pelo filósofo tardo-antigo.

(...). Já que nosso patrão comum há concedido a vos a primazia dos mais veneráveis e dignos de toda a espécie humana, não haveis de se comportar, nem entre vos nem conosco, de outro modo de que como quer vosso Pai. E queira seja em paz, com suavidade e humanidade, igual a Ele com suas outras obras e criaturas. (...). Logo não é possível assimilar-se a Deus se um se despreocupar de ser benévolo com os homens. Não cabe imitá-lo com as práticas da arte da cavalaria, do tiro com arco e do arremesso de dardo; nem sequer, por Zeus!, com o domínio dos prazeres do corpo, pois estas bondades da alma são demasiado baixas e, em rigor, terrenas e humanas; só é verdadeiramente divino e celestial ter o poder de fazer feliz aos homens. Nisso consiste a condição divina e por isso não vacilamos aplicarmos esta qualificativo; cuja legitimidade não se verifica se não existe previamente a humanidade. (TEMÍSTIO, *Disc. VI*, 78c-d).

O suporte de toda a teoria temistianiana está nas virtudes, pois sem elas ninguém seria um bom governante, ao contrário, o filósofo reconhecê-lo-ia por um tirano. “As essências características ao governante, como Temístio as listou, são aquelas que seriam familiar a todos os estudantes, antigos e modernos, de teoria política.” (DOWNEY, 1956:268). O que nos leva a pensar que não era um atributo

somente do governante conhecer as virtudes, aqueles que foram instruídos na filosofia, também, as estudava. Como analisamos, o próprio filósofo educador²³ nos mostra que somente o Imperador tem a possibilidade e o poder de praticar intensivamente os valores morais.

Uma questão a ser levantada em torno das qualidades imperiais de Temístio e ressaltada por Sayas, é se as virtudes listadas pelo filósofo “eram as mesmas, e, na mesma proporção, que possuía um homem instruído e virtuoso, ou se exigia ter alguma qualidade especial.” (SAYAS, 1972:46). Da mesma maneira que para o panegirista tardo-antigo o imperador deveria ter uma educação especial e distinta da dos seus súditos, também este deveria possuir um valor moral superior: a *philanthropia*, muito ligada à humanidade e em muitas das vezes as duas se confundem nos panegíricos políticos de Temístio.

Em um discurso dirigido ao imperador Teodósio o filósofo-político sublinha o valor da humanidade para as ações dos príncipes. Sendo essa a única maneira do monarca se assemelhar a Deus, pois demonstrará o mesmo amor pelos humanos. Dessa forma, ambos estarão ligados pelo mesmo sentimento de bem querer pela humanidade.

O que é então o que eu vi em Licurgo para dar a ele tratamento de deus mais que de homem? A suavidade, a justiça, a piedade, e a virtude que é diretora destas: a humanidade, a única com que um rei pode chegar a assemelhar-se a Deus. Após herdar, em efeito, uma Esparta sem leis e asfixiada pela guerra, a equipou por inteira de paz e de bom governo. E tão manso e bondoso foi, que salvou um homem que o enfrentou na assembleia, e o levou consigo quando os lacedemônios já se dispunham a lapidá-lo: acolheu o homem em sua casa e o formou e educou até convertê-lo de um mau cidadão a um homem de proveito. Este governante sabia, sem dúvida, que o bom soberano não tem que devolver o dano que recebe, e sim ficar acima dos criminosos com sua conduta reta: esta é a vitória que corresponde à virtude e à vingança que convém ao poder. (TEMÍSTIO, *Disc. XIX*, 226d/227a-b).

Em outro momento, agora direcionando seu discurso para os irmãos Valentiniano I e Valente, tendo o primeiro sido nomeado pelos militares e o segundo chamado por seu irmão a compartilhar o governo do vasto Império Romano, Temístio deixa claro o significado da humanidade, e como no caso desses dois

²³ Referimo-nos aqui ao fato de Temístio ter exercido a profissão de professor, tanto em Nicomédia (342/343) como em Acira (344/347), antes de se fixar em Constantinopla. (Vanderspoel, 1995:49).

imperadores poderia se desenvolver de maneira brilhante, já que possuíam laços consanguíneos e fraternos. Da mesma forma, se não se vigiassem, poderia decorrer inúmeras discórdias entre ambos, prejudicando assim todo o desempenho administrativo que por ventura pudessem obter; e diante disso esquecerem que sua tarefa é para com o bem estar dos cidadãos e não para com seus caprichos.

É muito apreciado pelos súditos o amor fraterno que existe entre nossos príncipes, do mesmo modo que a maioria prefere para o seu bem-estar e segurança que só uma mente pilote o navio. De fato, temos maior acesso à justiça e nos sentimos mais confiantes em qualquer circunstância pela cercania de suas armas. Mas não é este nosso maior desejo: a fraternidade é um indício de humanidade, e o afeto por quem nasceu dos mesmos pais e da mesma semente constituinte, por assim dizer, o princípio e fundamento do afeto por todos os homens. A natureza, que há concedido ao homem um lugar de privilégio sobre o resto das criaturas, inicia sua tarefa de estreitar os laços entre os da mesma espécie através dos parentes mais próximos e pelo lar, de modo que do amor pelo irmão segue o amor pela família, e do amor pela família o amor pela pátria, e do amor pela pátria o amor pelos homens. (TEMÍSTIO, *Disc.* VI, 76b-d).

A humanidade, também entendida por *philantrōpía*, é classificada pelo filósofo grego como divina e pura. “O imperador que pratica a *philantrōpía* está imitando a divindade e é amigo dela.” (SAYAS, 1972:50). Como já apontamos anteriormente, somente através das virtudes, e, sobretudo, da *philantrōpía* que o monarca pode alcançar a semelhança com Deus. Num panegírico endereçado ao Imperador Constâncio, Temístio explica a composição do termo e sua abrangência perante as outras qualidades morais.

Da beleza de nosso soberano, cuja a contemplação estou sempre disposto e da que me procuro qualificar como um digno observador, belo é sem dúvida seu brilho exterior, mas muito mais indescritível e inefável é toda a frescura e a bondade que vem repleta quem fixa seus olhos a ela. “ali dentro reside”, como disse Homero, “o amor” aos homens, mas não um amor mentiroso e insidioso, sim o amor divino e puro de que está composto o termo *philantrōpía*. Ali reside o desejo de temperança, nele habita a serena verdade, habita a calma, resplandece a justiça e nele se manifesta outras muitas belezas veneráveis, sagradas e divinas. Dirigir de repente e ligeiro os olhos a ela – a *philantrōpía* –, sem antes ter limpado e purificado convenientemente a vista com os remédios da filosofia, não é nem piedoso nem prudente. (TEMÍSTIO, *Disc.* IV, 4:51c-d).

Nessa passagem, como em muitas outras, o filósofo grego realça a virtude divina por excelência. A *philantrōpía* no pensamento temistiano ganha grande importância e vulto. Diferentemente da *philantrōpía* que conhecemos hoje, que está ligada a caridade, para Temístio tal virtude constituía a primazia e a confluência de todas as outras. A qualidade ligada a Deus, pois somente o soberano do universo exerce-a sublimemente, e o monarca para ter sempre seu coração guardado nas mãos de Deus, em outras palavras, ter um reinado abençoado pelos céus, procura a todo o momento estar imbuído da humanidade divina. Dessa forma, o imperador estaria se projetando a imagem e semelhança do divino soberano, pois a partir de suas ações garante a proteção de Deus.

No trecho que segue abaixo, do discurso em comemoração aos dez anos do reinado de Valente, Temístio mais uma vez exalta a humanidade. Colocando-a como a confluência de todas as outras, vai além, sem ela nenhuma outra qualidade que venha possuir o monarca se sobressairia. Mesmo que o governante tivesse virtudes como a valentia, a temperança, generosidade, a justiça e tantas outras, tais não se revelariam sem a presença, também, da humanidade em suas ações. Pois, como bem sublinhou Sayas, “ao configurar a *philantrōpía* como a virtude por excelência as outras virtudes passam a estar dependentes dessa.” (SAYAS, 1972:52).

A virtude da humanidade é sempre uma bela prenda em um cidadão comum, mas no caso do príncipe é um ornamento mais particular e que corresponde por todas as outras virtudes: todas essas estão vinculadas àquela ou nenhuma terá resultados proveitoso, por mais que as tenham. Examina com detalhe cada uma por ela mesma, como quando giras uma moeda, para ver a marca imperial. Vejamos, por exemplo, a chamada “valentia”: se trata sem dúvida de um elogio mais apropriado a um soldado que a um general ao um oficial. E até mesmo em respeito a justiça e a temperança, que nosso soberano se orgulha de possuir em maior medida que qualquer cidadão, afirmo que se em seu caso são visíveis e dignas de apreciação, isso se deve a convergências delas com sua humanidade. (TEMÍSTIO, *Disc.* XI, 146d/147a).

Na teoria do filósofo tardo-antigo, a humanidade deveria permear todas as práticas políticas do monarca, serviria ela como um guia no qual o governante deve se basear na administração de suas funções. Sobre tudo se gostaria de ter o beneplácito celeste, pois Deus pode ter o escolhido por meio da eleição humana, mas serão suas realizações que o revelará como um verdadeiro governante. Podemos dizer então, que para o grego, o imperador tinha grandes

responsabilidades sobre seus atos, onde se observaria o caráter moral do homem mais importante do Império e se condizem com sua posição de escolhido por Deus.

“O político possui, portanto, uma ciência de governo que é superior às leis como, na navegação e segundo a imagem clássica do navio do Estado, o piloto procura o bem da tripulação sem estabelecer normas escritas, sem fazer de sua arte lei”. (PONCE, 2002:512). Ponce se remete nesse momento à condição de lei-viva que permeia o conceito de Temístio, e até mesmo essa estaria interligada a humanidade divina. Afinal, seria por meio da suprema virtude que o governante alcançaria a excelência nessa função de moderador legislativo.

Como já analisamos, a lei para Temístio não abrangia a diversidade dos acontecimentos e seus detalhes e era dever do governante ideal suprir esse déficit. Momento propício para o imperador colocar em prática sua clemência, humanidade, *philantrópia* e mostrar a todos que governa mediante o consentimento divino. Sendo assim, a virtude mais divina e pura atua, também, como modo de correção nas sentenças jurídicas em que se nota incapacidade de alcance da lei escrita.

Temístio sobressalta outros pontos positivos de ter um governante virtuoso no comando de um Império, dentre os quais observamos o exemplo de boa moral que o governante dá aos seus súditos. O monarca procura se assemelhar a Deus e os cidadãos se espelham no príncipe que os regem, dessa forma podemos dizer que no pensamento temistiano “o povo se faz virtuoso com bons governantes”. Como destacou o filósofo na passagem abaixo de um dos panegíricos direcionados a Teodósio.

De fato, a virtude que se vê arrastada aos assuntos públicos floresce e se cultiva muito mais, pois “se cultiva sempre o que honra, e se descuida o que não se honra”. Demonstra-se assim a sabedoria desse dito que “o povo se faz virtuoso com bons governantes”, pois inclusive o vulgar se apressa a buscar o que é objeto de honras. Mas não somente a honra alimenta a virtude, também a solicitude, a assiduidade e a perseverança na tarefa que se empreende. Se a virtude, entretanto, encaminhara-se a subir na tribuna, brilhando só um instante e exibindo uma beleza efêmera e agraz, não poderia incitar a muitos a segui-la. Esta, no entanto, tem de se assemelhar mais a um corredor do fundo que a um velocista, e não deter-se por cruzar a primeira meta, e sim dar muitas voltas no estádio, pois assim poderá fazer maior demonstração de seu poder e do seu brilho. Também podemos ver que os cavaleiros tomam seu tempo para conhecer seus cavalos e determinar a tarefa que há de designar a cada um desses animais. (TEMÍSTIO, *Disc. XV*, 195d/196a-b).

Uma questão ressaltada pelo filósofo grego e que merece nossa atenção é quanto a vencer pela virtude e não pelo derramamento de sangue. Na teoria do panegirista, o brilho de um governante virtuoso bastaria numa disputa com povos de fora da fronteira do império. Se o governante estrangeiro fosse sensato deixaria o melhor e mais virtuoso dos homens governar seu reino, pois que melhor do que aquele que cultiva a humanidade divina para olhar por todos os homens, inclusive para aqueles que não compartilham a mesma origem. A humanidade resplandece a todos e todos a percebem em quem a pratica.

Tão benévolo é teu semblante e tão serena a tua voz e tanta a calma que invade todo o seu rosto! Ninguém que dirija o olhar a ti permanece sem expulsar todo temor de sua alma: inclusive aquele inimigo teu que até agora via com suspeita os acordos de paz e que não se atrevia, desconfiado, a compartilhar tua mesa sem precauções, agora vai desarmado e sem resistência a sua presença e se põe a disposição, seguro de que não vai tratá-lo como inimigo, (...). Em definitivo, quem não havíamos vencido pelas armas não os ganhamos espontaneamente pela confiança que lhes inspira, (...). A boa fama é mais eficaz a um príncipe que a abundância de escudos, submete de bom grado a quem não se curva ante a coerção: uma estratégia inteligente não é tão capaz de vencer uma tropa numerosa como o são a piedade e a humanidade, que não só a vencem, como também a salvam. (TEMÍSTIO, *Disc.* XV, 190c-d/191a).

Da mesma forma, Temístio acredita que é muito melhor o “príncipe cativar com a benevolência do que exercer domínio pelo terror, pois a virtude o converte em soberano com o beneplácito dos súditos, e de outra forma o é contra a vontade dos governados.” (TEMÍSTIO, *Disc.* VII, 96b). O conjunto de qualidades morais propostas por Temístio, principalmente, a *philantrōpía*, quando praticadas pelo governante, consagra sua administração com a benção divina e propaga a felicidade a todos os habitantes de seu império.

2.3. A tolerância Político-Religiosa

Antes de adentrarmos no tema proposto aqui, é pertinente expormos nosso pensamento a respeito do que entendemos por político-religioso, e Carvalho, em seu livro, *Paidéia e Retórica no séc. IV d.C.: A construção da imagem do Imperador*

Juliano segundo Gregório Nazianzeno de 2010, nos auxilia nesse entendimento. De acordo com a historiadora, o homem romano do século IV d.C. não separava a questão política da religiosa. Para exemplificar seu pensamento, Carvalho utiliza um exemplo de seu objeto de estudo, pois indica que Gregório Nazianzeno ao escrever seu *Contra Juliano*, sabia que estava fazendo uma acusação não religiosa, mas concomitantemente política, tendo em vista que Gregório Nazianzeno em seu discurso teve como objetivo criticar uma lei feita por Juliano, que proibia os professores cristãos de lecionarem nas escolas. Diante disso, Juliano tentava solapar as bases educacionais que atingiriam o conceito de Realeza de cristãos.

Em nossa investigação histórica, tal característica se verifica quando notamos a ligação da questão religiosa nos conceitos de Realeza, já que ambos os autores aqui presentes discutem o que é Realeza levando em consideração, conjuntamente, as ações político-religiosa de um governante.

Um debate recorrente nos panegíricos de Temístio é quanto à tolerância religiosa. O filósofo era adepto ao culto de vários Deuses, porém cresceu num Império onde havia vários tipos de filosofia, inclusive de cristianismo, ou mesmo, se é que podemos dizer quando estava ocorrendo a afirmação do discurso cristão. Durante seus estudos teve influência tanto de seu pai que lhe legou o gosto por Aristóteles e Platão, quanto de professores cristãos como, Basílio de Neocesareia. A confluência desses dois estudos ajudou o filósofo tardo-antigo a formular seu projeto de tolerância religiosa.

Embora uma das razões para o filósofo grego ter proferido um discurso a Joviano, clamando pela diversidade de religiões, fosse por receio de uma possível reação as políticas de Juliano contra os cristãos, “Temístio era preocupado com a liberdade de expressão religiosa e promoveu a pluralidade de religiões vigorosamente”. (VANDERSPOEL, 1999:23). Uma vez que observamos, não somente no panegírico V (a Joviano por motivo de seu consulado), essa consternação em torno do culto religioso.

O grego defende, com os mesmos argumentos empregados no discurso a Joviano, a multiplicidade de cultos para Valente, quando esse se põe a perseguir cristãos não Arianos. Denotando, assim, que essa é uma questão que permeia seus ideais, suas aflições. Cabe ressaltar, nesse momento, que somos fruto de nosso tempo, queremos dizer que o filósofo Temístio, também, encontrava-se envolto

pelas construções de seu século; e como já reportamos, ele era um não cristão vivendo em um Império onde se proliferavam correntes cristãs.

Temístio argumenta que Deus teria criado a diversidade, portanto seria desnecessário praticar a violência contra algo que não se pode evitar, está nos desígnios divinos. Aos olhos do filósofo, estava nas mãos do monarca, como lei viva, promulgar uma lei que pusesse fim a qualquer tipo de perseguição político-religiosa.

Todos, sem embargo, dependem de ti e de tua vontade, não só os que fazem parte do exército, mas todos os civis que se encontram entre teus súditos: camponeses, oradores, curiais e filósofos. Pensa que é essa diversidade que satisfaz o Pai do universo: Sua vontade é que os sírios tenham seus próprios ritos, assim como os helenos e os egípcios, cada qual com sua particularidade; e nem sequer dentro dos mesmos sírios todos são iguais, mas diferenciado em pequenos grupos. Ninguém pensa exatamente igual que a seu próximo, mas cada um o faz a sua maneira. Por que fazer então violência com o que não se pode evitar. (TEMÍSTIO, *Disc. V*, 70a).

Todos os Imperadores que Temístio tinha uma proximidade, Constâncio II, Joviano, os irmãos Valentes e Teodósio, eram cristãos e governavam um Império onde a elite campestre permanecia substancialmente não cristã. (HEATHER, 1998:137). Portanto, ter como aliado de governo um filósofo-político que não proferia a mesma religião do governante era manter a ordem dentro do limes romano; pois de outra forma, o monarca poderia ficar sem o apoio de uma parte de seus ilustres súditos.

Como bem destacou Heather, em um capítulo de livro, “para uma serie de bons imperadores cristãos, empregar Temístio era afirmar o comprometimento com a continuidade, vital para atrair o suporte da elite no meio das transformações culturais”. (HEATHER, 1998:138). Tendo em consideração que o século IV d.C. se encontra no meio da Antiguidade Tardia, onde muitas transformações estavam ocorrendo juntamente com a permanência de antigos valores, podemos dizer que era de extrema importância, de acordo com o pensamento temistiano, manter uma boa relação entre as diversas formas de cultos religiosos, seja eles antigos ou novos.

Tendo compreendido que a segurança do governante se dá no exercício da justiça com quem está a tua volta; aos homens mais excelentes que se encontravam dispersos por todas as regiões em

alguns casos os fez retornar, em outros os incorporou em sua equipe e a outros concedeu a liberdade. (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 67b).

A tolerância religiosa, figura nos panegíricos de Temístio, como uma das melhores políticas que um soberano pode adotar. Já que, além de garantir a paz social, essa medida vai ao encontro da vontade Divina, de ser adorado de diversas maneiras. No entender do filósofo, Deus nos deixou livre a escolher como renderíamos tributos a Ele, e qualquer forma de coação religiosa estaria indo contra a liberdade concedida pelo Soberano universal.

O próprio paflagoniano nos aponta na passagem abaixo, de seu discurso ao Imperador Joviano, por motivo de seu consulado, que o Ser supremo permite aos homens agir livremente quanto ao culto religioso. É nesse panegírico que o autor melhor defende seu ponto de vista quanto à diversidade religiosa, o que nos leva a pensar que a política do momento favorecia a discussão dos credos.

(...). Por isso as leis de Quéops e de Cambises²⁴ apenas sobreviveram a quem as promulgaram, enquanto a lei de Deus e a tua permanecem imóvel por toda a eternidade: que a alma de cada qual seja livre para eleger o caminho que creia ser o melhor para praticar sua piedade. E esta lei jamais poderá ser violada, confiscada, nem suplícios e nem torturas: poderão dispor do corpo e talvez matá-lo, mas a alma partirá levando consigo, conforme a lei, sua liberdade de pensamento, apesar de na língua ter sofrido violência. (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 68b-c).

Seguindo o pensamento de Temístio, todos somos irmãos, pois compartilhamos o mesmo Pai. Continuando na filosofia do panegirista, os únicos na natureza a ter consciência da origem Paterna são os humanos, e todos de uma maneira ou de outra se apoiam Nele. Portanto, ao monarca competia manter a vontade divina, uma vez que era sua imagem e semelhança na terra, “como quem é perfeitamente consciente de que a realeza deve ser entendida como supremacia da virtude, e não na sorte.” (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 67a).

Todos discutem sobre a virtude, nos envergonhamos de aprovar o vício, não suportamos a solidão, nos ajudamos mutuamente nas dificuldades, acudimos em situações de perigo sem necessidade que

²⁴ De acordo com a nota do tradutor, segundo Heródoto (II 124, 1) este faraó fechou os templos e proibiu o culto aos deuses. Cambises, de acordo com a mesma fonte (III 27-29), recorreu à violência para proibir entre os egípcios o culto a Apis.

nos chamem, nos cuida uma enfermeira, compartilhamos a propriedade de herança paterna: a terra, o mar, o ar e a água, e também as plantas e os animais, bens que em parte repartimos e em parte permanecem sem distribuição. E para terminar, somos as únicas criaturas sobre a terra que com mais ou menos claridade temos consciência de nosso Pai, pois ainda que sejamos diferentes nos demais aspectos, é Nele em que todos nos apoiamos. (TEMÍSTIO, *Disc.* VI, 77c).

O príncipe, na concepção do filósofo tardo-antigo, por ser o representante de Deus na terra deve cumprir a Sua vontade: deixar os homens livres para cultivar suas crenças. Ainda no discurso a Joviano, Temístio ressalva que há assuntos que escapam a coerção, como a virtude e o culto a divindade. Ninguém se faz piedoso e devoto por temor a prescrições humanas; uma vez que, o impulso da alma está livre de repressão, é independente e espontâneo. Dessa forma, entendemos que o importante, para o autor dos discursos, não é a forma como cultuavam o Divino e sim a cumplicidade de estarem sobre o julgo do mesmo Soberano dos Céus.

2.4. Os Bárbaros

Outra questão, que nos chama bastante atenção nos panegíricos de Temístio, é seu posicionamento quanto aos bárbaros. O filósofo presenciou durante sua vida a confluência de bárbaros que adentravam o Império, uns por vontade de aderir à cultura romana e outros que queriam dominar os territórios do Império Romano, sendo esses últimos combatidos veementemente. Como destacou Jenkins, somos fruto de nosso tempo, e, por conseguinte, notamos a interseção do meio em que vivia o filósofo tardo-antigo em suas orações, à medida que observamos seu posicionamento quanto ao elemento estrangeiro.

Embora muitos contemporâneos de Temístio tivessem um posicionamento hostil com relação a quem não tinha nascido em território romano, o filósofo se mostrou mais interessado numa política de inclusão. Mesmo porque o panegirista prezava a paz, era um pacifista, mas se houvesse necessidade de uma guerra para garantir a harmonia do Império o filósofo aceitava. De acordo com o próprio autor dos panegíricos “está incompleto o governante e o legislador que, competente para guerra, é incapaz de administrar a paz”. (TEMÍSTIO, *Disc.* X, 131a).

Em muitos momentos de seus discursos o filósofo dá a impressão de estar advogando sobre uma causa do que, realmente, dissertando sobre o governo do então imperador. (DAGRON, 1968:103; VANDERSPOEL, 1995:176). Porém, o panegirista conseguia se posicionar diante de uma situação sem perder o motivo de sua oração, e como analisamos em seus discursos, defendeu arduamente as virtudes reais, com especial atenção a humanidade (*philantrōpía*). Seria pela prática de tais valores morais que o monarca se tornaria imagem e semelhança do Divino na terra; para tanto Temístio exemplifica, inclusive com modelos da antiguidade, como o governante deveria se portar em diversas situações.

No que tange o quesito militar, o filósofo era a favor de se manter o Exército disciplinado e pronto para qualquer eventualidade, pois se algum povo resolvesse perturbar a paz do Império os soldados deveriam agir, mas somente se não houvesse outra maneira de resolver a questão.

Agora a paz se expande por quase todas as fronteiras, mas se estende o dispositivo bélico. Nosso soberano sabe, em efeito, que vive uma paz mais sólida os que estão dispostos à guerra. As fronteiras estão guarnecidas de fortalezas, as fortalezas de soldados, os soldados de armas e as armas de beleza e solidez (...). Desse modo, tanto fora como dentro das fronteiras reina a paz entre nós, o temor das armas entre os inimigos, e o temor das leis entre os soldados. O que mantém os citas longe dos romanos não é um rio, nem um pântano, nem uma paliçada, pois daria para contorná-lo, cruzar-lo ou franqueá-lo, (...). O troféu que se ergue por essa vitória não está fabricado em pedra, nem em bronze e nem em ouro, e nem situado em um local, mas reside no interior de todos os bárbaros e de todos os romanos. Nosso soberano levantou-o não sobre uma multidão de mortes e feridas, nem sobre indescritíveis montes de cadáveres, mas somente com sua perseverança e sua firmeza. (TEMÍSTIO, *Disc. X*, 138b-c/139a).

A paz é o prêmio da guerra, e os que se veem obrigados a lutar o fazem para viverem em paz e segurança. (TEMÍSTIO, *Disc. X*, 131a). Como analisamos, para o panegirista, a finalidade maior das campanhas militares é a prevenção e a manutenção da harmonia e do sossego no Império. Sendo assim, o monarca tinha a responsabilidade de manter a ordem e a tranquilidade, para que todos seus súditos vivessem em felicidade, como veremos mais adiante a melhor maneira de atingir tais objetivos é pelo exercício da virtude.

Com relação aos bárbaros, Temístio, assim como Amiano Marcelino, que analisaremos no próximo capítulo, diferencia o estrangeiro de maneira a pontuar

qual povo seria interessante assimilar com o Império Romano, e qual deveria ser aniquilado. O filósofo tem um “grande cuidado em distinguir o inimigo persa do bárbaro cita, o primeiro resolutamente hostil, e o segundo somente indócil.” (DAGRON, 1968:100). No trecho a baixo, o autor ressalva as características que uma “estirpe” estrangeira poderia apresentar; de um lado a ser toleradas e do outro a ser exterminada.

Por que acorda a paz com os citas e a regateia com os persas? Ambas as estirpes são bárbaras e não precisamente amigas do Império Romano. Sem embargo, a primeira é impulsiva e insensata, enquanto que a segunda é manhosa e traiçoeira. A uma, portanto, a tem a seu lado por meio do temor e da advertência, igual “a cólera”, disse Platão, “segue como aliada as advertências da razão”; a outra, em contra partida, deve amputá-la e extirpá-la para que não a importune. (TEMÍSTIO, *Disc.* XI, 148d/149a).

O estudo dos discursos políticos de Temístio nos mostra que cabia ao monarca saber observar e diferenciar “o malvado do insensato, o mentiroso daquele que se deixa enganar, aquele que requer amputação e cauterização daquele que exige piedade e advertência, e distinguir e separa a perversidade da ingenuidade.” (*Disc.* XI, 10:148c). No pensamento temistiano, o governante, ungido por Deus, era governante de todos os homens na terra, e não somente de determinados grupos por pertencerem à mesma região.

Essa é a realidade: quem combate os bárbaros insolentes quando não é mais necessário, somente se ergue soberano dos romanos, porém quem os submete para depois usar a benevolência, se reconhece como soberano de todos os homens, e especialmente daqueles que concedeu proteção e salvação quando poderia tê-los aniquilados por completo. (TEMÍSTIO, *Disc.* X, 132a).

No que concerne à postura que o governante deveria ter com relação aos bárbaros, o filósofo tardo-antigo, diferentemente de seus contemporâneos, prega uma política de assimilação. Para Temístio, todos poderiam ser salvos com a benevolência e a humanidade do governante, ou melhor, adotando o bárbaro, o monarca estaria exercendo sua *philantrōpía*, e mostrando os melhores caminhos aos outros povos ignorantes. Como também, agregaria novos súditos aptos a contribuir com o Império Romano, através do pagamento de imposto e do serviço militar.

A história já nos há oferecido no passado muitos exemplos dessa classe, e não somos os primeiros a experimentar que os criminosos, uma vez obtido o perdão, passam a ser úteis as vítimas de seus crimes. Olha se não, a esses gálatas que vivem no Ponto! Estes, em efeito, depois de abrirem espaço, através das armas, até o interior da Ásia e devastar toda a região do rio Halis, se assentaram no território que seguem habitando até hoje. E sem embargo, não os aniquilaram Pompeu nem Lúculo (mesmo podendo fazer), nem Augusto, nem os Imperadores que os seguiram, mas que, uma vez obtido o perdão por seus crimes, passaram a formar parte do Império. E agora ninguém chama de bárbaros os gálatas, mas romanos em seu sentido pleno, pois mesmo tendo mantido seu antigo nome, seu estilo de vida é o mesmo que o nosso. Pagam os mesmos impostos que nós, participam das mesmas campanhas militares que nós, reconhecem as autoridades como todos os demais e obedecem as mesmas leis. Com estes olhos nos direcionaremos aos citas dentre em pouco. Ainda está recende seus golpes, mas em pouco tempo os associaremos, sem dúvidas, as nossas mesas, e compartilharemos com eles o exercício da milícia e das responsabilidades públicas. (TEMÍSTIO, *Disc. XVI*, 211c-d).

Através do cumprimento da virtude o monarca estaria apto, não só a distinguir as características alheias, mas também, a conquistar todos. Em suas orações, Temístio, sempre ressalta a importância da virtude para o monarca e os benefícios que pode trazer a seus súditos com as práticas dos valores morais; dentre esses, o que mais nos chama a atenção, é a capacidade de resolver as querelas sem a necessidade de uma guerra. Afinal, através de sua virtude, o governante pode conquistar a todos, sem necessidade da força física, já que os homens em geral, romanos ou não, o aceita de boa vontade e com admiração.

Em efeito, sem abrir mão do aço, mas somente com a firmeza da alma, pôs de lado uma parte, não muito pequena, de bárbaros vizinhos, até então desobedientes e rebeldes, e conseguiu sujeitar a povos mais desleais que os antigos tetalios, de modo que, todavia, hoje mantém diferenças entre si, mas estão reconciliados e se entendem com os romanos: funda em sua natureza o trato com eles mesmos, e na necessidade o trato com nosso soberano. E estão submetidos não por lanças, ou arcos, mas, o que não deixa de ser surpreendente pela aberta tolerância com que os deixa (o então Imperador, no caso Valente) viver. (TEMÍSTIO, *Disc. XI*, 149d/150a).

Se pensarmos na teoria de Temístio do governante humanitário, notamos que para o panegirista o governante deveria cuidar do bem-estar de todos os humanos, e não somente nos habitantes de Roma, ou nos da Grécia e assim por diante. Como

apontamos anteriormente, para ser reconhecido pela Divindade o monarca deviria agir como Ele, e o único meio é na prática da *philantrōpía*, da humanidade. Ou melhor, através do amor²⁵, o Imperador ganharia o respeito e a admiração de todos os homens.

Assim como, Eros e Afrodite, que por possuírem a melhor arma, o amor, tornava seus “trunfos melhores e mais imediatos que os de Ênio²⁶” (*Disc.* XIII, 19:177b), o monarca, na concepção temístiana, também, poderia usar tais atributos para vencer suas contendas com os inimigos. Considerando que era um caminho pacífico, Temístio o preferia a guerra. Downey ressalta, ainda, que o filósofo tardo-antigo, com sua visão de “fraternidade universal” estava “apto a argumentar que a conciliação com a absorção era superior a conquista pela força.” (DOWNEY, 1955:305)

O bom governante não tem nenhuma necessidade de lança, pois basta sua virtude para dominar e submeter os povos mais selvagens de maneira voluntária, o que é sempre preferível à força. Os bárbaros, em definitivo, te favorecem com presentes em vez de se entregarem a rapina; e sua famosa cólera desaparece com o encanto que o jovem os vence. (TEMÍSTIO, *Disc.* XIII, 176c-d).

Assim, o *bom governante*, no conceito de Temístio, tem que exercer sua humanidade em todos os momentos, especialmente por ser o escolhido por Deus e ser a lei-viva na terra. Em outras palavras, o governante, bem versado, deve saber como utilizar seu cargo para manter a paz e a harmonia em seu Império, promulgando leis imprescindíveis à manutenção da ordem e do bem-estar de todos. Deve, também, exercer a todos os momentos as virtudes que cabe ao monarca, dessa maneira resplandecerá sobre todas as regiões da Terra; e o mais importante, confirma a escolha Divina, pois se torna imagem e semelhança do ser Supremo do universo.

Acreditamos, dessa maneira, que Temístio é fruto de seu tempo, pois deixa transparecer a todo o momento, em seus discursos, a diversidade cultural existente em sua época. Também, nos chama a atenção a imagem que constrói de Deus, que

²⁵ Não estamos nos referindo aqui ao amor entre homens e mulheres, mas sim ao Amor fraternal, aquele depreendido a um irmão, ao próximo. *Philantrōpía*.

²⁶ Em nota, o tradutor nos esclarece que Ênio é uma Deusa da Guerra que fazia parte do habitual séquito de Ares; e em Roma era identificada por Bellona.

a nosso ver é uma figura metafísica sobre a qual o governante deve se basear, aproximando-se da perfeição.

Capítulo III – O conceito de Realeza de Amiano Marcelino

3.1. Considerações Preliminares

A obra de Amiano Marcelino, que sobreviveu até os dias atuais, abrange um quarto de século: do fim do governo de Constâncio II (337-361 d.C) a ascensão do Imperador Valentiniano II (378-392 d.C.). Como bem destacou Louis Valensi, em um artigo de 1957, entre soldados e bárbaros os personagens principais dessa narrativa são os Imperadores e seus governos. Assim, observamos uma inúmera quantidade de características relevante sobre o poder imperial na obra do autor militar.

Uma vez que Amiano não abordou o tema da *Realeza* diretamente, e tendo em vista que acreditamos na impossibilidade de se escrever um texto totalmente imparcial; ou seja, concordamos com a ideia que todo escritor, antigo ou contemporâneo, deixa transparecer em seus escritos seus ideais e conceitos; assim, ao estudarmos a *Res Gestae* de Amiano, ficamos atentas aos elementos que constituem o pensamento do antioquiano em relação à *Realeza*.

Uma questão que chamou bastante nossa atenção, durante a leitura do trabalho de Amiano, foi a importância que o autor concede às virtudes dos imperadores, e, além dos elementos morais de cada governante, o historiador, também realça significativamente a fortuna²⁷ de cada um. Em dados momentos de sua escrita, o antioquiano sublinha as características do poder imperial, o qual é inerente à pessoa do Imperador; nessa perspectiva nem todos os administradores do Império o possuía em grande escala.

Outros pontos que merecem ser destacados, e observados na História do autor militar, estão relacionados com a sucessão Imperial, uma vez que o corpo bélico romano assume essa função, e aos bárbaros. O elemento estrangeiro ganha, nesse momento da tardo-antiguidade, grande destaque no meio político-cultural do Império Romano, auxiliando até mesmo na eleição de novos governantes. Para

²⁷ Nesse contexto histórico entende-se Fortuna por Sorte, ou seja, por uma força que determina ou regula tudo quanto ocorre, e cuja causa se atribui ao acaso das circunstâncias ou a uma suposta predestinação (divina).

Amiano, existiam dois tipos de bárbaros, os adaptáveis, estes poderiam combater ao lado de soldados romanos, e os não adaptáveis, que deveriam ser eliminados.

Ao analisarmos as virtudes importantes para o autor, o que compreende por poder e sucessão imperial, como também o seu pensamento em torno do elemento bárbaro, conseguimos compreender o ideal de *Realeza* do militar Amiano Marcelino. No decorrer do estudo da *Res Gestae* do historiador da antiguidade tardia, observamos que esses elementos se interagem entre si, ao mesmo tempo em que estão formulados pelos preceitos apreendidos por seu autor.

Amiano acreditava que todo “imperador deveria evitar qualquer tipo de excesso” (SEAGER, 1986:21), para impedir que se torne um tirano. Um imperador que se deixa tomar pelas paixões, sem autocontrole de suas emoções, pode ser dominado pela vingança e crueldade, os mais vis dos vícios. O próprio historiador militar, em uma passagem dedicada ao Imperador Valentiniano, relata a ferocidade de uma pessoa que não consegue ter uma atitude moderada.

Para Valentiniano, quem era naturalmente selvagem, quando a amargura (que é um inimigo a conduta justa) cresce nele depois da chegada do supracitado Maximinus, não tendo ninguém para dar um conselho melhor ou para contê-lo, foi levado como que por ondas e tempestades de um ato cruel a outro; a tal ponto que, quando ele estava numa paixão, frequentemente sua voz e expressão, seu porte e sua cor, mudavam. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXIX, 3, 2).

No que concerne o bom caráter dos governantes, o autor militar concorda com as quatro virtudes proferidas pelos filósofos: prudência, sabedoria, justiça e coragem, e juntava a esses elementos morais outras habilidades externas como a arte da guerra, autoridade, boa sorte e liberalidade. Sendo que, o único em sua narrativa a possuir todas essas qualidades reunidas foi o Imperador Juliano (361-363 d.C.), seu maior exemplo de governante.

Ele era um homem verdadeiramente a ser contabilizado juntamente com os espíritos heróicos, distinguido por seus feitos ilustres e sua inata majestade. Para tanto existe, na opinião dos filósofos, quatro principais virtudes, moderação, sabedoria, justiça e coragem e correspondentes a essas também algumas características externas, como o conhecimento da arte da guerra, autoridade, boa sorte, e liberalidade, estas como um todo e separadamente eram cultivadas por Juliano com constante zelo. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 4, 1).

Amiano tem um apreço enorme pelo Imperador Juliano. O autor faz um memorial para o antigo imperador, podendo ser caracterizado como um panegírico em meio a sua narrativa. Deixa a entender que de todos os Imperadores que viu passar pelo poder, Juliano foi o melhor; pelas virtudes mostradas e, principalmente pela sua boa fortuna. Característica, essa, marcante para o historiador tardo-antigo.

3.2. *As Virtudes*

O que denota atenção ao imperador Juliano é sua determinação, nas palavras do próprio autor aqui estudado “ele impôs moderação a si mesmo” (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XVI, 5,1). Nessa perspectiva, notamos o grande apreço que Amiano tinha pelo autocontrole de uma figura pública, ou seja, que cuida do interesse de todos os homens. Pois, através da moderação a pessoa controla seus impulsos e instintos, mantendo-se sempre em equilíbrio de corpo e alma.

O militar contrapõe, em vários momentos de sua narrativa, a tirania com as virtudes. Vemos assim, uma valorização das qualidades morais de um ser humano, ao passo que a crueldade é inaceitável. “As virtudes associadas à moderação são altamente prestigiadas, enquanto os vícios que são sintomas de excesso são criticados.” (SEAGER, 1986:18).

A temperança, a clemência, a humanidade, a generosidade e a equidade são algumas das características de caráter ligadas à moderação que Amiano destaca; elementos morais que no exercício do autocontrole podem ser alcançadas com maestria cada uma delas. Vale ressaltar que, embora o autor pontue esses elementos para todos os homens, o imperador é o mais observado e cobrado, uma vez que cabe a ele a administração de todo um Império.

Na narrativa do autor antioquiano, encontramos muitos relatos das virtudes dos vícios que poderiam acometer um homem, principalmente quando descrevia o pós-morte de uma figura importante do Império, no caso os governantes do vasto território romano. Nesse momento de seu trabalho, Amiano faz um balanço das qualidades e defeitos dos Imperadores, embora em toda sua obra encontramos sua opinião em torno desse assunto.

✓ Temperança

Pelo o que podemos observar na obra do historiador tardo-antigo, com a temperança, o homem pode refrear seus apetites desordenados, evitar, assim, o excesso de atos inapropriados, em especial no que tange os regentes do Império Romano. Um soberano temperante tem a firmeza de conter suas paixões e instintos de vingança, e de praticar todas as virtudes que lhe cabe.

E o imperador (Constâncio), ficou parado até que todos ficassem em silêncio, após, continuou com seu discurso com maior segurança: “Desde então”, ele disse, “sua alegre aclamação (Juliano) demonstra que, também, eu tenho a aprovação de todos, deixamos esse jovem homem de tranquila força, cujo comportamento temperante deve ser imitado mais que proclamado, ascenda para receber as honras conferidas a ele pelos favores dos Deuses. Sua excelente disposição, treinado em todas as boas artes, eu acredito tê-lo descrito por completo pelo fato que eu o escolhi. Portanto com o imediato favor do Deus do Céu eu vou investir-lo com os robes imperiais”. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XV, 8,10).

Em outras palavras, o autor militar explicita e exalta a qualidade do homem, principalmente do príncipe, de se manter em equilíbrio, ou melhor, sempre no controle de suas ações. Sem deixar se dominar por qualquer tipo de vício. A tal ponto que enaltece a simplicidade do Imperador Juliano, tendo em vista o relato de Amiano quanto à permanência do governante em compartilhar a comida e a cama com seus soldados, mesmo após a sua aclamação.

Além disso, esse tipo de autodomínio se tornou ainda maior através da sua (Juliano) moderação em comer e dormir, a qual ele observava estritamente em casa e fora dela. No tempo de paz a frugalidade de seu viver e sua mesa animava aqueles que poderiam julgar corretamente, como se pretendesse, em breve, reassumir a capa de filósofo. E, em suas várias campanhas, ele era visto, frequentemente, dividindo a comum e escassa comida, e outras vezes de pé como um soldado comum. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 4, 4).

✓ Humanidade

Pensar no bem-estar dos que compartilham um objetivo comum, cuidar para que todos recebam o que é de direito, o justo. A humanidade é muito respeitada pelo

autor militar, em sua narrativa ela se coaduna com a moderação, porque sem uma a outra se torna impraticável.

Quando narra a ascensão de Graciano pelas mãos de seu pai Valentiniano I, Amiano descreve, *ipsis litteris*, o discurso proferido pelo mais velho, ou assim alega. No qual descreveu todas as obrigações do novo colega no exercício de suas novas funções, demonstrando a importância de observar as necessidades alheias e aplacá-las, respeitando a todos assim como em sua casa se dirige respeitosamente a seu pai e avô. Cabe notar, que tais palavras são proferidas por Valentiniano I, governante, que na obra do antioquiano se apresenta com requintes de crueldade.

“Como estou (Valentiniano I) acostumado a pensar, o que costumo fazer, quando considero seu (Graciano) caráter e suas inclinações, embora ainda não estejam completamente desenvolvidos. Quando ele adentrou nos anos da juventude, desde a qual foi instruído nas artes liberais e na busca da hábil realização, vai pesar com justiça imparcial o valor das ações certas ou erradas; ele vai se comportar de modo que os homens de boa vontade saberão que ele os entende; ele buscará ações nobres e estará sempre perto dos padrões militares; ele vai suportar sol e neve, geada e sede, e horas de vigília; ele defenderá seu campo, sempre que houver necessidade; ele arriscará sua vida por seus companheiros de perigo; e, o que é seu primeiro e mais alto dever de lealdade, ele saberá amar seu Império como ama a casa de seu pai e avô.” (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVII, 6, 9).

O autor militar ressalta em vários momentos a pretensa humanidade de alguns Imperadores, e julga severamente quem assim se comporta. Entre algumas passagens de crítica a esse tipo de comportamento, notamos aquela em que descreve o acordo de paz entre Romanos e Persas, realizado pelo então Imperador de Roma Joviano.

Mas a paz que foi garantida sobre uma pretensa de humanidade causou a destruição de muitos, que, atormentados pela fome até o último suspiro, e passaram despercebidos pelo exercito, e foram, por não serem qualificados a nadar, engolidas nas profundezas do rio, ou se eles dominassem o poder do fluxo e alcançasse a margem oposta, foram tratados pelos Sarracenos ou Persas (quem, como eu disse anteriormente, haviam sido encaminhados pelos Germanos), e ou eram cortados como tantos rebanhos, ou eram conduzido para o interior para serem vendidos. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 8,1).

Em sua narrativa, Amiano censurou muitos homens falsos em suas atitudes por parecerem virtuosos, ou que agiram de acordo com seus próprios preceitos de humanidade, porém poucos compreendiam essa qualidade moral. Juliano é um dos poucos, ou o único, que foi exaltado nessa arte.

✓ Generosidade

A generosidade, também, faz parte do rol de virtudes ligadas à moderação, pois alcançá-la demonstra comprometimento com as pessoas a seu redor. O autor da *Res Gestae* enobrece essa qualidade, e mais uma vez a contempla no Imperador Juliano. Num trecho do livro XXV, que segue logo abaixo, Amiano demonstra a grandeza de ser generoso.

Existem muitas provas de sua generosidade. Entre estas estão a sua leve imposição da tribuna, a diminuição do dinheiro devido à coroa, o cancelamento de muitas dividas acrescidas no decorrer do tempo, o tratamento imparcial de disputas entre impostos e particulares, a restauração de impostos e terras em várias partes do território, excetuando aquelas que altos oficiais previamente alienaram através de um tipo de venda legal; além disso, ele nunca estava ansioso para aumentar sua fortuna, a qual ele achava que estava mais segura nas mãos de seus donos; e, ele usualmente comentava a resposta de Alexandre, o Grande quando era perguntado onde estava sua riqueza, “nas mãos de meus amigos.” (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 4, 15).

Em outras palavras o Imperador generoso sabe dividir as taxas e impostos, consegue administrar um Império sem sobrecarregar seus habitantes. Sempre pondera o volume de impostos, necessários para proporcionar as melhores condições de sobrevivência, tanto para o governante quanto para o governado.

✓ Clemência

Outra característica moral, que ganha o cenário na narrativa do historiador tardo-antigo, é a clemência. Elemento esse que auxilia os governantes, que a tem, a

exercer seus poderes Imperiais com justiça e brandura, evitando abusos e severidade os quais podem beirar a crueldade.

Por quais altas qualidades ele era distinto em sua administração de justiça? É claramente por muitas indicações: primeiro, porque, levando em consideração circunstâncias e pessoas, ele era inspirador, mas livre de crueldade. Segundo, porque verificou o vício a partir dos exemplos de alguns, e, também, porque ele mais frequentemente tratava os homens com a espada do que realmente a usa. Finalmente, para ser breve, é bem sabido de sua misericórdia com alguns inimigos declarados que conspiraram contra ele, corrigiu a severidade de sua punição por sua suavidade inata. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 4, 8-9).

Na obra *História*, do militar antioquiano, encontramos dois casos distintos que chamam bastante atenção: em um deles, o autor pondera as atitudes de um prefeito de cidade, *Olybrius*, com sua conduta no âmbito do privado; sublinha que uma não condiz com a outra. Dessa maneira, deixa a entender que as virtudes deveriam ser praticadas por completo, sem distinção de ambientes ou pessoas.

Após uma séria e longa dispersão dos assuntos de Roma, forçado a isso pela grande massa de eventos externos, eu voltarei a um breve comentário sobre esse tema, começando com a prefeitura de *Olybrius*, que era excessivamente pacífica e suave; por ele nunca se permitiu sair de uma conduta humana, mas era sempre cuidadoso e ansioso para que nenhuma palavra ou ato seu parecesse duro. Ele punia a calúnia severamente, e cortava seus lucros sempre que possível, totalmente e imparcialmente distinguia a justiça da injustiça, e mostrava-se clemente com aqueles a quem eles governavam. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVIII, 4, 1).

Em outro momento de seu trabalho, nosso interesse desperta quando o antioquiano descreve a crueldade de Valentiniano I, pois assinala que o Imperador deveria ter se espelhado em antigos e bons homens e “imitado as instâncias de humanidade e misericórdia nativa ou estrangeira” (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXX, 8, 4). O mais curioso é que Amiano cita o exemplo de um Persa, demonstrando, dessa forma, seu grande conhecimento na cultura de outros povos. Embora o autor aqui estudado professe uma não aceitação dos bárbaros, percebemos no decorrer de sua obra, como na passagem a seguir, que algumas das características estrangeiras poderiam ser usufruídas. Nesse caso podendo ser imitada por um Imperador Romano.

E, ele ainda (Valentiniano I) poderia ter contemplado muitos exemplos de antigos homens, e poderia ter imitado nativo e estrangeiro casos de humanidade e justa clemência, as quais os filósofos chamam de as melhores irmãs das virtudes. Sobre isso será suficiente mencionar o seguinte. *Artaxerxes*, o poderoso rei dos Persas, que com inata suavidade corrigiu várias punições que aquela nação cruel sempre praticou, tendo algumas vezes cortado o turbante do culpado, no lugar de sua cabeça; e invés de cortar a orelha por várias ofensas, como era o hábito dos reis, ele raspava os fios pendurados de suas cabeças. Esse caráter moderado o fez ganhar contentamento e respeito de seus súditos, e através do unanime suporte deles realizou dignos feitos, que são celebrados por escritores gregos. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXX, 8, 4).

✓ Equidade

De acordo com o pensamento de Amiano Marcelino, cabe ao administrador Imperial distinguir quando uma lei está sendo justa ou não em cada caso. Para tanto, o governante que exerce a clemência consegue mais eficazmente impor a justiça em seu espaço de governo. Ainda de acordo com o historiador militar, o Imperador deve deixar a cargo das leis o julgo dos delitos cometidos dentro do território romano, porém deve fiscalizá-las com o intuito de impedir uma injustiça, uma vez que nem sempre o regulamento abrange todos os casos. Se caso, em sua avaliação, descobrisse uma punição indevida, poderia, o Imperador, rever a pena.

Quando abordado (Juliano, César) pelos parentes de uma moça que havia sido violada, ele ordenou que o violador, se condenado, deveria ser banido; e quando reclamaram da indignidade sofrida já que ele não foi condenado a morte, o Imperador meramente retruca: “a lei pode censurar minha clemência, mas é certo para um Imperdador com muita disposição misericordiosa ascender sobre todas as leis.” Quando ele estava se preparando para a campanha, muitas pessoas apelaram a ele, com queixas; mas ele usulmente recomendava a eles a procurarem os governadores da provincia para os seus julgamentos. No seu retorno ele iria inquirir o que havia sido decidido em cada caso, e com sua suavidade natural iria atenuar o punimento das ofenças. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XVI, 5, 12-13).

Mais adiante na narrativa do militar antioquiano, encontramos outra passagem que denota a influência do Imperador nas leis do Império Romano.

Instancias similar leva a acreditar, como ele constantemente afirmava, que a antiga deusa da Justiça, quem *Aratus* levou para o céu porque ela estava desgostosa com os vícios da humanidade, retornou a terra durante seu reino, se não fosse que, por vezes, Juliano seguisse sua própria inclinação, em vez das exigências das leis, e por vezes escurecia as muitas glórias de sua carreira. Ele, também, corrigiu algumas das leis, removendo ambiguidades, para que mostrem claramente que elas demandam ou proíbem de se fazer. Mas uma coisa foi desumano, e deveria ser enterrado em silêncio eterno, nomeadamente, que ele proibiu professores de retórica e literatura de praticarem suas profissões, se eles fossem seguidores da religião Cristã. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXII, 10, 6-7).

No trecho acima, podemos analisar, também, o quanto o religioso e o poder imperial se associavam. Em outra perspectiva podemos observar que na visão do autor, os Deuses confiavam nos homens para efetuar seus desígnios com excelência, inclusive aqueles em quem depositavam a confiança do governo de muitos homens.

Nessa visão, notamos, também, a preocupação do autor quanto à participação dos Deuses nos acontecimentos humanos. Em outros momentos de seu trabalho, Amiano descreve a ação da Fortuna, essa estaria ligada a muitos acontecimentos importantes relacionados ao percurso dos homens, principalmente no que concerne às atitudes de homens importantes do Império Romano.

3.3. A questão político-religiosa no pensamento de Amiano Marcelino

Ainda no segmento destacado da obra *Res Gestae* anteriormente, examinamos uma crítica ao Imperador Juliano. Embora detivesse o auxílio dos Deuses, e nesse momento ressaltamos o papel da Deusa da Justiça: Astreia²⁸, o então governador do Império Romano fez uma lei proibindo professores cristãos de lecionarem retórica e literatura.

Outro aspecto que se destaca no referido episódio é o posicionamento de Amiano frente à religiosidade da época. Mesmo tendo mostrado suas convicções aos Deuses antigos em inúmeras passagens, o autor recrimina as ações contra os

²⁸ Asteria é a Deusa da Justiça.

cristãos, como esta de proibi-los de lecionar e outra, logo em seguida a este relato, onde atrocidades cometidas a religiosos cristãos ficaram sem punição.

Jorge, bispo de Alexandria, juntamente com outros dois, são arrastados pelas ruas por não cristãos de Alexandria, os cortado em pedaços, e queimado até virar cinzas; e ninguém foi punido por isso. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXII, 11).

Thompson, em seu livro *The Historical Work of Ammianus Marcellinus* de 1947, analisa a obra do historiador tardo-antigo; e um dos pontos destacados pelo autor contemporâneo é a Admiração que Amiano dispensa a Juliano. Nas palavras de Thompson “enquanto o verão passava e Amiano conhecia mais sobre Juliano, sua admiração por ele cresceu até eventualmente ele o considerar o maior Romano de seu tempo.” (THOMPSON, 1947:05).

Algumas características marcantes de Juliano despertavam grande respeito no antioquiano, entre elas encontramos “sua liderança militar, (...); seu desejo de reduzir as taxas e de reformar a administração; a castidade nada romana do Imperador ao rejeitar qualquer contato sexual após a morte de sua mulher.” (MELLOR, 1999:121).

A afeição de Amiano pelo Imperador Juliano é tamanha que o autor militar o compara a um grande imperador do passado: Marco Aurélio.

Eu que devo dizer (e nenhuma palavra enganosa adorna meu conto, mas a fidelidade irrestrita ao fato, composta por claras evidências) será quase pertencente ao domínio de um panegírico. Por alguma razão uma grandeza de vida parece ter comparecido nessa juventude, desde seu nobre berço até seu último suspiro. A passos rápidos ele tornou-se notável em casa e no exterior que em sua visão ele era estimada como um segundo Tito, filho de Vespasiano; no seu glorioso progresso com suas guerras muito parecido com Trajano; suave como Antonio Pio; e na busca da verdadeira e perfeita razão das coisas em harmonia com Marco Aurélio, na emulação das quais ele moldou sua conduta e caráter. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XVI, 1, 3-4).

Mesmo exaltando ao máximo Juliano, Amiano não deixa de tecer suas críticas a seu Imperador favorito de seu tempo. A maior delas é quanto ao excesso do governante às práticas religiosas, em outras palavras, o militar censurava o gosto do Imperador Juliano pelos sacrifícios de sangue, sua grande superstição em torno das

divindades e dos presságios. Como destacou Ronald Mellor, Amiano, também, condenou em Juliano a sua intolerância contra os cristãos.

As leis que ele (Juliano) promulgou não eram opressivas, declaravam exatamente o que era para ser feito ou não. Houve algumas exceções, como por exemplo, a dura lei em que proibia retóricos e gramáticos Cristãos de lecionarem, mas se consentissem adorar as divindades não cristãs eles estariam aptos a continuarem ensinando. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 4, 20).

Durante a leitura da obra *Res Gestae*, de Amiano Marcelino, não percebemos nenhuma intenção do autor em descrever as religiões. Em determinados pontos de sua narrativa sublinha um fato ou outro ligado ao Cristianismo, tais descrições se encontram quando há a interferência direta na política do reino. O historiador não se preocupa em expor os cultos ou as querelas vividas pela cristandade nesse momento.

Guy Sabbah, em capítulo sobre Amiano Marcelino, chama a atenção para uma questão importante: o historiador militar da tardo-antiguidade não crítica nem responsabiliza a religião dos cristãos, suas crenças, mas sim “o abuso dela por príncipes autoritários e fanáticos ou por homens ambiciosos agitando intrigas.” (SABBAH, 2003:68).

No decorrer do estudo da obra *Histórias (Res Gestae)*, observamos uma concordância com esse pensamento, pois o autor está mais interessado nos atos praticados pelos cristãos, ou em relação a eles, do que em sua crença, quando relata algo sobre o cristianismo. Assim, como descrito anteriormente, Amiano demonstrou indignação com a lei que proibia retóricos cristãos de lecionarem.

No percurso de nosso estudo, notamos que o historiador militar valorizava, em grande medida, as virtudes e o caráter dos governantes, podendo ser esses cristãos ou não. Ou seja, mais valia a atitude para com os outros homens do que a crença praticada, a ponto de recriminar cristãos e não cristãos pelo fanatismo. Posto isso, podemos dizer que Amiano se posicionava a favor da tolerância religiosa e o mais interessante foi escrita e divulgada no período em que o Imperador Teodósio oficializa o cristianismo ortodoxo.

3.4. Os bárbaros

No percurso de nosso trabalho, nos atentamos à questão dos estrangeiros participando da vida militar romana. Pois em seu discurso, Amiano Marcelino, sublinha em diversos momentos os aspectos que compõem o elemento *bárbaro*, cabe destacar que essa visão é na perspectiva do autor antioquiano aqui apresentado. Nota-se, também, que a preocupação com o estrangeiro está ligada às políticas tomadas pelos governantes do Império, hora elogia a posição tomada por esses líderes, hora as critica.

Antes de entrarmos na discussão acerca das medidas tomadas por cada Imperador e como o historiador militar as viu, julgamos apropriado analisarmos o que se fala a respeito do *bárbaro*. Tal elemento se destaca em diversas áreas do conhecimento: da lingüística, da filosofia, da História, da antropologia entre outras.

Um estudo dum professor de Língua e literatura latina, da Universidade de Liège, Michel Dubuisson, discute sobre os usos e as conotações adquiridas pela palavra. Em seu argumento, ressalva que “na linguagem corrente das línguas europeias modernas, a palavra “bárbaro” é, sobretudo, usada como adjetivo, e a palavra “barbárie” corresponde a um julgamento de valor pejorativo que implica duas dimensões distintas. (DUBUISSON, 2001:01).

Nos estudos da contemporaneidade, outros sentidos se agregam a esse elemento, dentre eles o do *bárbaro* visto em relação ao *outro*, de forma que “não nos qualificamos de Bárbaro, mesmo se, como disse Lévi-Strauss, sermos hoje o bárbaro de alguém.” (DUBUISSON, 2001:01). Ou como escreveu o filósofo Francis Wolff, estaria num “estágio arcaico de *socialização*”. (WOLFF, 2004:24). Wolff, ainda no que concernem os *bárbaros*, conceituou de mais duas formas distintas.

Em destaque está um dos usos mais antigo do termo que estaria ligado à falta de civilidade, em que “o bárbaro pertence não somente a um estágio anterior de socialização ou de história política, como também a um estágio anterior da *cultura* humana.” (WOLFF, 2004:22). Termos esses que seriam usados àqueles de comportamento selvagem, desumano. Acrescenta uma terceira conotação ao termo *bárbaro*, seria aquele num “estágio arcaico de *cultura*.” (WOLFF, 2004:24).

Verificamos na obra *Res Gestae* de Amiano Marcelino, que o autor possuía uma dupla visão em relação aos estrangeiros. Em determinados momentos

de sua narrativa, diferencia-os entre *bárbaros* não adaptáveis aos costumes romanos, sendo aqueles que viviam fora do *limes* Romano; e os *bárbaros* voluntários, que estariam construindo uma identidade étnica com os romanos. Abaixo, destacamos duas passagens da História, de Amiano.

No primeiro trecho ressaltado aqui, Amiano nos esclarece sobre os estrangeiros que procuravam o serviço militar romano para servir, mas colocavam algumas condições. Dentre essas, podemos observar a que se destaca logo abaixo, onde os *bárbaros* tinham a promessa de seus comandantes de que não lutariam perto de onde haviam nascido.

No entanto, ele (Juliano) não podia se calar e destacou quem não deveria sofrer nenhum inconveniente, seriam aqueles que deixaram seus domicílios, em torno do Reno, e foram até ele sobre a promessa que eles não iriam lutar em regiões além dos Alpes. Por isso declarou (Juliano) que era para se temer que os *soldados voluntários bárbaros*, que estão acostumados a virem para o nosso lado sobre tais condições, talvez parassem com essa prática, mas sua palavra (a de Juliano) não serviu a nenhum propósito. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XX, 4, 4).

Agora, neste segundo momento, o historiador tardo-antigo exalta seu posicionamento quanto àqueles que viviam do outro lado da fronteira do Império romano e que muitas vezes tentaram, com sucesso ou não, invadir os territórios romanos. Como podemos visualizar, para Amiano, esses povos atacavam as fronteiras romanas, sem escrúpulos, esses eram considerados *silvícolas*. Condição essa, ainda em concordância com o militar, de homens sem o mesmo aparato político-cultural dos romanos.

No final do inverno, quando Valente apressava-se para chegar à Síria, relatórios de seus generais chegam a suas mãos, no momento em que se encontrava na fronteira com a Bitínia. Neles continha a notícia que as tribos Godas, as quais, naquele tempo, ainda não haviam sofrido nenhum ataque e, portanto, muito *silvícola*, estavam conspirando juntos e fazendo preparativos para invadirem a província da Trácia. Ao saber disso, e em ordem que somente ele deveria alcançar seu destino sem interferências, Valente ordenou que um reforço suficiente da cavalaria e infantaria fosse mandado ao lugar onde a invasão dos *silvícola* era temida. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVI, 6, 11).

Um estudioso da década de 60, do século XX, Pierre-Marie Camus, evidencia, de modo geral, o conceito expresso por Amiano sobre os *bárbaros*, no caso os não adaptáveis à cultura romana: seriam eles “orgulhosos e incultos, levam uma vida primitiva e brutal, amam a vingança, ignoram a piedade.” (CAMUS, 1967:116). Acreditamos que esse pensamento não esteja muito longe do que verificamos. Antes de maiores considerações a esse respeito, cabe inserir uma passagem do livro XIX do historiador militar.

Estavam conosco duas legiões de Magnêncio, recentemente chegadas da Gália, composta por bravos, ativos homens experientes em batalhas de campo aberto, porém, para o tipo de guerra a que fomos compelido, eles eram inadequados e um grande obstáculo. Por enquanto eles não ajudavam nem na artilharia, nem na construção de fortificações, algumas vezes eles faziam impetuosas saídas e, após lutarem com grande confiança, retornavam em números reduzidos. Finalmente, quando seus oficiais lhes proibiram de irem adiante, barrando os portões, eles rangeram os dentes como bestas. Contudo, nos dias que se seguiram sua eficiência foi conspícua. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XIX, 5, 2-3).

No enxerto acima, observamos que o autor da *Res Gestae* exalta as qualidades físicas, necessárias numa batalha, dos estrangeiros alistados no Exército Romano, mas os exime de qualquer qualidade moral que possa aproximá-los dos romanos. Porém, eram essenciais no auxílio à proteção das fronteiras do território romano, a ponto de ganharem projeção na hierarquia militar.

Embora Amiano, em inúmeros fragmentos de seu texto, demonstre uma aversão aos *bárbaros*, em outros momentos mostra que tem grande conhecimento da cultura estrangeira, como observamos naquela passagem em que utiliza um exemplo Persa para indicar qual teria sido o melhor caminho para o César Galo. Também, podemos perceber outra abordagem do elemento de fora do *limes* romano.

Em nota, Thompsom, atém-se a um fato assaz interessante: o historiador antioquiano usa a palavra *barbari* quase exclusivamente aos Germanos, e nem tanto aos Persas. Uma das possibilidades seria a aproximação de Amiano com esse reino durante sua formação quando jovem, em Antioquia²⁹; e sua aversão exacerbada dos

²⁹ Ver mapa em anexo 3.

Germanos por ser em decorrência das sangrentas batalhas, contra tais povos, presenciada pelo militar.

Ao descrever os atos praticados por alguns estrangeiros, expõem todas as características humanas que despreza. Dessa forma, a partir do oposto, o autor sobressalta os pontos importantes na conduta dos homens de bem, e, sobretudo, indispensáveis aos príncipes, ou melhor, valoriza as virtudes e os elementos morais caros a todo homem. Logo abaixo, destacamos uma passagem da obra de Amiano em que descreve a destruição de uma cidade por estrangeiros, modelo de atos indignos.

Mas, mal a passagem estava aberta e sem nossos homens a vista, os bárbaros aprisionados, em desordem e sem obstáculos, espalharam devastação sobre todas as vastas planícies da Trácia, começando com as várias regiões onde flui o Danúbio, enchendo todo esse território com a maior confusão de roubos, assassinatos, derramamento de sangue, fogos e uma vergonhosa violação dos corpos de homens livres. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXXI, 8, 6).

No que descreve tais ações, de povos *bárbaros*, o historiador militar deixa transparecer o que lhe é essencial no caráter de um homem: sua misericórdia, seu equilíbrio, sua humanidade, sua equidade e, acima de tudo, seu autocontrole. Qualidades essas que busca enxergar nos Imperadores, pois são os governantes os maiores exemplos do seu povo, a ponto de serem os mais cobrados quando não as exerce. Amiano Marcelino é um dos que aponta às vezes em que o Imperador deixou de praticar uma virtude, e os condena por tal falta.

3.5. *A questão da Sucessão e do Poder Imperial*

Em estudos anteriores³⁰ estudamos os meandros da sucessão Imperial na obra *Res Gestae* de Amiano Marcelino, num Império Romano onde o Senado perde

30 Na Iniciação científica, que também contou com o apoio da FAPESP, estudamos A Visão de Amiano Marcelino sobre a sucessão do Poder Imperial Romano em um período de barbarização do Exército, título de nosso trabalho de conclusão de curso que teve como orientadora a professora doutora Margarida Maria de Carvalho.

a prerrogativa de legitimar o Imperador eleito³¹. No percurso de nossa análise, percebemos que o poder de eleger o próximo governante legítimo, no século IV d.C., estava nas mãos do corpo bélico romano.

Nossas observações foram além, em dado momento compreendemos que os estrangeiros inseridos no seio do Exército Romano, também, auxiliava na eleição do futuro administrador do Império Romano. Também, os *bárbaros* externos ao *limes* romano opinavam nesse quesito, como é o caso do usurpador Procópio que procurou a ajuda dos Godos para reforçar suas chances de ascender ao poder Imperial.

Depois de vencido Procópio na Frigia, e a fonte do conflito interno cessar, Vitor, comandante da cavalaria, foi mandado aos Godos, com ordem de buscar claras informações do porque um povo amigo dos Romanos e limitados por tratados de paz de longa data deram suporte a um usurpador, que estava fazendo guerra contra um legítimo Imperador. Eles, para se desculparem por suas ações com uma forte defesa, apresentaram uma carta de Procópio, na qual ele afirmava que ele havia assumido a soberania que lhe era devido por ser quase relacionado com a família de Constantino; e eles sustentaram que seu erro era perdoável. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVII, 5, 1).

No que concernem os estrangeiros alistados no Exército romano, notamos a ascensão destes a importantes postos da hierarquia militar, chegando ao comando de tropas inteiras³². Com esse trunfo nas mãos puderam argumentar em decisões relevantes para todo o Império Romano, como quem o governaria. Ao narrar a elevação de Joviano ao poder imperial, Amiano deixa transparecer em sua narrativa que quatro generais de origem estrangeira estavam presentes na hora de consagrá-lo Imperador de Roma.

Depois disso não tinha mais tempo para lamentos ou lágrimas. Depois de cuidar do corpo de Juliano, tão bem quanto os meios em mãos e as circunstâncias permitiam, uma vez que ele devia descansar no lugar onde havia previamente escolhido. Na madrugada do dia seguinte, que era vinte e sete de junho, com o inimigo cercando-nos por todos os lados, os generais do exército em assembleia, tendo chamado os comandantes das legiões e dos esquadrões da cavalaria, consultaram sobre a escolha do imperador.

³¹ Ver anexo 1

³² Como destacou J.H.G.W. Liebeschuetz em seu livro *Barbarians and Bishops: Army, Church, and State in the Age of Arcadius and Chrysostom*, de 1990, p.22.

Eles estavam divididos entre facções turbulentas, Arintheus e Victor, com os outros oficiais sobreviventes da corte de Constâncio, procuraram por um adequado homem da sua parte; do outro lado, Nevitta e Dagalaifus, assim como os chefes das Gálias, tentaram procurar um homem dentro dos companheiros soldados. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 5, 1-2).

Liebeschuetz explica, em um de seus livros, *Barbarians and Bishops: Army, Church, and State in de Age of Arcadius and Chrysostom*, de 1990, a origem desses comandantes militares que auxiliaram na proclamação de Joviano Imperador. Arintheus, Vitor e Nevitta seriam Germanos de nascimento, mas ao adentrarem no corpo bélico do Império Romano tornaram-se braços direitos dos governantes. Ganharam tamanha visibilidade que, como vimos, tinham legitimidade para indicar o próximo governante de todo território romano. Assim, “Joviano foi nomeado por alguns soldados como digno do poder imperial” (XXVI, 6, 3).

Diferentemente de Joviano, Juliano é muito exaltado na narrativa do historiador militar. Amiano enaltece todas as boas qualidades do Imperador Juliano, desde seu temperamento moderado a sua fibra nas batalhas, as quais obteve gloriosas vitórias. Dessa maneira, conseguiu manter os *bárbaros* do outro lado da fronteira.

Juliano, extasiado por seu sucesso, sentia agora grande aspiração. Tendo sido testado por tantos perigos e, nesse período, a propícia Fortuna dá a ele toda a glória e prosperidade, como governante incontestável do mundo Romano. Somando essa aos registros de suas vitórias, de modo que a partir do momento que foi o único governante, nenhum conflito interno o perturbou, assim como nenhum bárbaro cruzou as fronteiras. Porém, todos os povos deixaram de lado a ânsia de repetidos ataques, desastrosos e passíveis de punição, e sentiram um desejo maravilhoso de louvar. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXII, 9, 1).

Com um olhar mais atento, notamos que para Amiano Marcelino manter o Império seguro, quanto a novas investidas de outros povos, era uma forma de assegurar a força do poder imperial, e na opinião do autor antioquiano o Imperador Juliano teria conseguido o feito com maestria, visto que ganhou a confiança dos soldados através das inúmeras batalhas vitoriosas conquistadas ao longo de sua carreira militar.

Outro ponto notório na elevação de Juliano e, também, na do Imperador Valentiniano I, é no que tange a aceitação de todos os soldados. Sendo esse um

dos quesitos que, para o autor, reforça o poder adquirido pelos novos Imperadores. No caso de Juliano, esse foi aclamado por todos os seus homens, enquanto ainda havia um Imperador legítimo em Constâncio II, com tais acontecimentos Juliano ganha força e poder para enfrentar seu tio, contudo a morte do então Imperador evitou o confronto. Assim, Juliano tornou-se Imperador tanto pela vontade do Exército como pela sucessão dinástica.

Os soldados detinham força o suficiente para muitos acreditarem que o mais digno para Constâncio II teria sido abdicar do governo, em vez de defendê-lo sem misericórdia. No trecho que segue, verificamos não somente o enorme poder dos militares, mas também uma crítica ao derramamento de sangue entre romanos e a falta de piedade do Imperador Constâncio.

E, como alguns homens-pensantes corretamente acreditavam, isso teria sido uma notável indicação do verdadeiro mérito de Constâncio, se ele tivesse renunciado seu poder sem derramamento de sangue, em vez de defendê-lo impiedosamente. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXI, 16, 12).

Já no caso de Valentiniano I, após a escolha da cúpula militar, o então Imperador fez questão de se legitimar perante os soldados. Somente ficou satisfeito quando todos os presentes se manifestaram a favor de seu governo. Durante seu discurso, Valentiniano prometeu escolher um companheiro para dividir a administração do vasto território romano e assim manter as fronteiras protegidas. Com o poder a ele investido nomeou seu irmão Valente para governar junto com ele o Império.

Um ponto marcante na observação do poder Imperial é quanto a sua interação com os bons costumes e com a fortuna. Ao narrar o discurso de Valentiniano aos soldados, o então Imperador ressalta a importância de encontrar um companheiro de caráter sóbrio, moderado, para enfrentar dignamente todos os perigos, tantos os do poder imperial, quanto os da vida privada.

“A Fortuna que ajuda os bons propositos (assim esperos – Valentiniano I), na medida que eu posso apreender, me dará, após cuidadosa procura, um homem de caráter soberbo. Como nos ensinam os filósofos, os mais numerosos e grandes perigos não se encontram, somente, no poder imperial, mas os vemos, também, nas relações da vida cotidiana. Assim sendo, um homem prudente admite um estranho numa amizade somente após tê-lo testado, e não testa-

o depois de admiti-lo numa amizade.” (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVI, 2, 9).

Logo no início de seu governo, Valente depara-se com uma tentativa de usurpação de seu poder. Procópio, o proponente ao cargo de Imperador, alega ser o sucessor legítimo da casa de Constantino, ou seja, busca legitimar seu ato por meio da ligação dinástica. O que naquele momento pouco interessava.

“É seu prazer, meu bravo povo, que toda essa multidão de espadas Romanas seja levantada para estranhos? Uma base Panoniana deveria tremer e espezinhar o mundo para ganhar um trono que nunca se quer em seus sonhos conseguiriam! Não! Sigam, em vez, a linhagem real, uma que pegou em armas com grande justiça, não em ordem de se apoderar do que é de outrem, mas para restaurar sua antiga majestade.”³³ (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVI, 7, 16).

Num primeiro momento, Procópio conseguiu angariar alguns seguidores, até mesmo do Exército, como mostra a passagem acima. Um fato bastante curioso dessa usurpação foi a busca pela ajuda dos Godos, um povo *bárbaro* que vivia fora do *limes* romano, embora possuísem acordos de paz com o povo vizinho: os romanos; mais notório foi terem apoiado o usurpador. Como vimos anteriormente, essa ajuda denota a importância que os estrangeiros estavam adquirindo no Império romano.

Mesmo com o auxílio dos povos *bárbaros*, Procópio não conseguiu seu intento, e os Godos foram cobrados após a derrota do usurpador. A vitória de Valente valoriza de sobremaneira o poder de legitimação imperial contida nas mãos dos militares do Império Romano. Da mesma forma, a defesa de Amiano a favor do Imperador Valente demonstra que, para o historiador tardo-antigo, a decisão bélica contava mais que laços dinásticos.

Assim, no que permeia o conceito de Realeza de Amiano, observamos o destaque dado às qualidades bélicas do proponente ao cargo de governador do Império. Pois, manter a segurança do território governado era primordial no pensamento do antioquiano. Porém, não exige que a pessoa escolhida deveria

³³ Essas foram as palavras de Procópio, usurpador do tempo de Valente, para convencer os soldados e cidadãos a abraçarem sua causa, de usurpar o trono de Valente, uma vez que era, a seu ver, descendente de Constâncio.

apresentar as virtudes necessárias a um bom governante, excluindo todas as características ligadas a crueldade e a tirania.

Depois da perpetração desse ato ímpio, que agora começou a despertar o medo dos outros, também, como se dessem rédea livre para a crueldade, muitas pessoas foram julgadas culpadas com uma mera sombra de suspeita. Destes alguns foram condenados a morte, outros punidos com a confiscação da propriedade e retirados de suas casas para o exílio, onde, não tendo sobrado nada além de lágrimas e reclamações, eles viveram da caridade alheia; e desde que a regra constitucional havia dado lugar ao capricho cruel, abastadas e famosas casas foram fechadas. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XIV, 1, 4).

3.6. Outras características inerentes à Realeza de Amiano

A partir da análise da obra de Amiano Marcelino, descobrimos que o militar, durante sua narrativa, esboça seu conceito de *Realeza*. Pois, ao relatar, apoiar e/ou criticar certas condutas dos Imperadores, deixa submetido seu pensamento entorno do direito e do dever do governante para com seu Império.

Como estudamos, o historiador tardo-antigo prezava os valores morais e militares. Para Amiano, ao mesmo tempo em que o governante fosse hábil no serviço militar, tanto na linha de frente quanto no planejamento, deveria, também, possuir um conjunto de virtudes. Em sua concepção, através do comportamento moderado, do autocontrole, o governante seria capaz de atingir as qualidades morais desejáveis ao administrador do Império Romano.

Além das virtudes expostas acima: moderação, temperança, humanidade, equidade, generosidade e clemência, encontramos outros valores, igualmente importantes na esfera da *Realeza*, na narrativa de Amiano. Como a coragem, fraternidade e a solidariedade, todas voltadas ao contexto bélico, a segunda, também, se destaca em outras esferas da sociedade romana tardia.

Em muitos momentos Amiano exalta a coragem de alguns Imperadores. O mais elogiado nesse quesito é seu governante modelo: Juliano. Como podemos perceber na passagem que segue, na qual ressalta a coragem e a fortuna do ainda

César Juliano, no desenrolar dos acontecimentos da Gália, batalha em que saiu vitorioso e aclamado.

No percurso dos fatos que ocorriam no mundo Romano, Juliano foi admitido César pelo Augusto (no caso Constâncio II). Instigado pela sua energia inata, ele sonhava com o alarido da batalha e com o abate dos *silvícolas*. Torcia por uma brisa favorável da Fortuna, que pudesse ajudá-lo na sua preparação para reunir os pedaços da província. Portanto, desde os seus grandes feitos, ele mostrava coragem (Juliano) e boa Fortuna que o auxiliaram na sua tarefa na Gália, suplantando, assim, muitas realizações dos antigos governantes. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XVI, 1, 1-2).

Ao proclamar seu filho, Graciano, Augusto, Valentiniano pede para que o Exército o aceite. No ínterim de sua proclamação, os soldados demonstram aceitação da decisão tomada pelo governante. Na continuação, Valentiniano sublinha as responsabilidades do novo cargo de seu filho, e dentre ela sustenta a importância da fraternidade, do peso de ser companheiro do pai e do tio.

“Observe, meu caro Graciano, você agora usa, como todos nos esperávamos, o robe Imperial, conferido a você sobre os auspícios favoráveis do meu desejo e de seus companheiros de armas. Portanto se prepare, considerando o peso de suas tarefas urgentes, em ser um companheiro de seu pai e de seu tio, seja destemido (sem medo) para fazer seu caminho com a infantaria sobre o gelo do Danúbio e do Reno, para manter seu lugar perto de seus soldados, para dar seu sangue, com toda consideração, por aqueles sobre seu comando, e para pensar nada alheio ao seu dever, que afeta o interesse do Império Romano.” (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVII, 6, 12).

O que chamou nossa atenção no percurso da pesquisa da obra *Res Gestae* foi a posição do não cristão; Amiano Marcelino, com o cristianismo, que estava em discussão na sua época. O autor não discute pontos específicos da teologia cristã, porém crítica qualquer má atitude contra uma pessoa só por pregar o culto ao Cristo. O militar, também, recrimina a intolerância com que os cristãos discutem suas questões teológicas.

Nesse ponto compreendemos que o antioquiano prezava mais a prevalência das virtudes, não importando o credo ou a naturalidade do indivíduo. Quanto a esses aspectos, vimos anteriormente a crítica feita às leis promulgadas contra os cristãos

pelo Imperador Juliano; ou mesmo tempo, Amiano se utilizou de uma atitude persa para mostrar ao César Galo como devia se comportar.

Ainda no que tange às divindades, notamos que, embora os Deuses auxiliassem na escolha dos futuros governantes do Império Romano, como o autor sublinha quando da eleição de Valentiniano I³⁴, dependia exclusivamente do então Imperador ter uma boa conduta, pautada nas virtudes. O exemplo de qualidades morais não vinha dos céus e sim dos antigos imperadores, dentre eles: Marco Aurélio.

Em outros momentos, acompanhamos no texto de Amiano suas críticas às condutas grosseiras de qualquer partícipe do Exército. O autor militar culpa tais atitudes como responsáveis pela ruína da fortuna dos povos *bárbaros*. Como podemos perceber no trecho descrito abaixo.

Também, quando ele foi aos outros, que estavam parados do lado dos Standards e na extrema retaguarda, ele disse: "Observem, companheiros de armas, o dia tão esperado chegou, forçando-nos a lavar as manchas dos velhos tempos e restaurar a honra devida a majestade de Roma. Esses são os silvícolas que a loucura e a excessiva insensatez levaram-os a ruína de suas fortunas, condenados como eles estão a serem oprimidos por nosso poder. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XVI, 12, 31).

O historiador antioquiano recriminou os atos de crueldade praticados por alguns Imperadores Romanos, colocando como próprio de quem detinha uma conduta bruta, sem controle por suas atitudes. A passagem abaixo nos elucida bem esse caso.

Em Valentiniano, que era naturalmente bruto, a amargura (que é um inimigo a conduta justa) aumentou nele após a vinda do referido Maximino, não tendo ninguém para lhe dar um melhor conselho ou impedi-lo, foi carregado como que por ondas e tempestades de um ato cruel a outro; a tal ponto que, quando ele estava numa ardência frequentemente sua voz e expressão, sua atitude e cor, mudavam. De sua crueldade nos temos o testemunho de várias de evidências. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXIX, 3, 2).

³⁴ Nas palavras de Amiano Marcelino a escolha do novo Imperador teria se dado "sob a inspiração dos poderes do céu Valentiniano foi escolhido sem uma voz dissidente, como sendo todos os requisitos adequados." (XXVI, 1, 5).

Mais uma vez afirmamos que, para Amiano Marcelino, o modelo de governante é Juliano, pois esse possuía o autocontrole necessário para manter seu temperamento, assim como antigos governantes de Roma. Juliano, como apresenta Amiano, sabia reconhecer a justiça e a praticava com louvor; sua única crítica a tal governante era quanto à intolerância para com os cristãos e, em algumas vezes, o fanatismo com que praticava seus ritos a divindades.

Assim, concluímos que o conceito de *Realeza* do historiador militar Amiano, se caracteriza por uma confluência de elementos, dentre eles a boa moral, ou seja, o exercício diário das virtudes, a coragem, a fraternidade, a solidariedade, a boa administração bélica, a tolerância político-religiosa.

Capítulo IV – O Conceito de Realeza de Temístio e Amiano Marcelino e seus constructos identitários

4.1. Considerações preliminares

Como bem destacou Jean Michel-Carrié na introdução de seu livro *L'Empire romain em mutation*, de 1999, o mundo antigo vivia uma nova experiência. Dentre elas observamos a confluência de antigos valores morais e de conduta se misturar com as novas configurações e necessidade do Império Romano. Em meio ao século IV d.C. vemos novos parâmetros na disposição sóciopolítica de Roma, na qual o Exército ganha ainda mais destaque, o estrangeiro se sobressalta no serviço militar romano e o culto aos Deuses começa a dividir seu espaço com a adoração do Deus Cristão.

Ou ainda, como disse outro historiador um pouco antes de Carrié, um novo espírito se manifesta em áreas bastante diversas da sociedade romana, Marrou em 1977, com seu livro *Décadence romaine ou Antiquité tardive*, traça um panorama geral acerca da Antiguidade Tardia. Tal conceito, como ressaltamos no início do nosso estudo, aborda um amplo período da História que entremeia a dita Antiguidade Clássica com a Idade Média, e procura explicar um momento peculiar da história onde antigo e novo se misturam formando uma nova Roma.

No decorrer desse processo, vemos cada vez maior a necessidade de bárbaros nas linhas de frente do corpo bélico do Império, devido ao tamanho do território a defender e os frequentes ataques em suas fronteiras, os romanos buscaram seus reforços nos próprios povos combatidos, ou seja, nas tropas auxiliares.

Como já explanamos anteriormente, em relação ao estrangeiro no Exército romano, notamos que alguns deles conseguiram alcançar altos postos na hierarquia militar, chegando a serem braços direitos de Imperadores, ou mesmo auxiliando na escolha desses para o cargo de maior importância na administração romana; pois cabia ao Exército a decisão de quem tomaria as rédeas do Império. Nesse

momento, observamos que se não eram os militares a aclamarem o próximo Imperador, eram eles os legitimadores do poder Imperial.

Outra característica marcante desse momento é quanto à religiosidade do período em questão, notamos que no que tange esse assunto muito se tem pesquisado e muito há que ser descoberto ainda, porém cabe nessa investigação histórica sabermos que foi uma época de grandes discussões político-religiosas. Vemos a presença dos Deuses não cristãos e de seus ritos, nitidamente na pessoa do Imperador Juliano; assim como assistimos a afirmação³⁵ do cristianismo e de seus defensores, que debatiam e defendiam veementes suas crenças, muitas das vezes entre eles próprios, já que não havia um consenso.

Nessa conjuntura, plena de ideias híbridas, que se insere os panegíricos de Temístio e a obra *Res Gestae* de Amiano Marcelino. Ambos os autores são do Império Romano Oriental, o primeiro da região da Paflagonia, hoje pertencente à região da Turquia; já o segundo nato na Antioquia, que atualmente compõe a Síria³⁶. Sendo assim, entendemos que tais trabalhos são frutos de seu tempo, apresentando aspectos característicos do momento e das vivências de cada um dos autores.

Ainda nesse quesito, notamos que por terem sido criados na parte oriental do Império, falam, escrevem e compreendem a língua grega. Mas, por diferentes caminhos tomados em suas trajetórias de vida, Temístio compôs seus discursos em seu idioma nativo, enquanto Amiano escreveu sua narrativa em Latim, a linguagem empregada pelo Exército Romano. O filósofo, embora direcionasse seus discursos aos Imperadores de Roma, não o fazia na língua latina alegando pouca fluência nesse idioma. Em dado momento chega a se arrepender de não ter se dedicado mais a língua oficial.

Jamais imaginei, príncipes, que iria necessitar do idioma oficial, sempre acreditei ser suficiente manusear fluentemente nossa língua grega. Nesse momento, se estivesse em minhas mãos, mudaria de língua com os que se expressam com fluência no seu idioma para que não tivéssemos que nos comunicar através de outrem. (TEMÍSTIO, *Disc.* VI, 71a).

³⁵ Não vemos afirmação do discurso cristão como ascensão do Cristianismo nesse período.

³⁶ Ver mapa em anexo 2.

Embora o filósofo tenha feito essa afirmação, acreditamos que ele tenha estudado o Latim, mas provavelmente não se sentia apto a redigir seus arrazoados naquele idioma.

Os dois autores tardo-antigo aqui trabalhados, possuem outras características em comum. Tanto um como o outro tiveram uma formação dentro da cultura clássica e da retórica; nasceram e foram criados dentro dos costumes não cristãos, embora acreditemos que, de certa forma, tiveram contato com os diversos cristianismo da época, pois todo esse conjunto político-religioso fazia parte de seu tempo; provinham de famílias abastadas, às quais deram todas as condições para crescerem nas profissões escolhidas por cada um deles.

O pai de Temístio, Eugênio, também filósofo, lhe legou uma grande admiração pelos filósofos gregos Aristóteles e Platão, e sabemos que seu avô foi reconhecido na corte de Diocleciano pela mesma profissão. Com tais antepassados, e com muito estudo, tendo seu pai e diferentes tutores como professores, Temístio se destaca em seu ofício, angariando a atenção dos monarcas, os quais o convidaram a participar de seus governos.

Quanto à família de Amiano Marcelino, pouco sabemos. Thompson (1947) contempla a questão da descendência do autor da *Res Gestae*, e sugere que o historiador descende de uma família nobre, tendo pouco a se preocupar com dinheiro, teria chegado a essa conclusão por trecho da obra do militar que destaca a sua preocupação com a posição dos *curiales*, e de outra passagem que demonstra seu pouco contado com árduas atividades. (THOMPSON, 1947:02).

Na casa de guarnição tivemos um descanso, e quando estávamos nos preparando para ir adiante e eu já estava me sentindo inapto ao excesso de caminhada, como um cavaleiro eu estava desabitado, (...), desgastado pelo extremo cansaço. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XIX, 8, 6).

Porém, como já sabemos, os dois autores escolheram carreiras distintas para se dedicarem. Temístio se tornou, assim como seu pai e avô, um filósofo e panegirista, tem em seu nome obras filosóficas e diversos discursos, públicos ou particulares. Enquanto Amiano aproveita seu status social e adentra na vida militar no seio dos *protectores domestici*, órgão com grande prestígio social; em outras épocas, alguns dos comandantes dessa ordem militar alcançaram o maior cargo

administrativo: o de Imperador de Roma; foi o caso de Diocleciano, Constâncio Cloro e Joviano.

Em seus diferentes trabalhos, eles se destacaram: um chegou às altas cúpulas do Senado de Constantinopla e adentrou na prefeitura dessa região, por convite do Imperador Teodósio, esta cidade foi adotada pelo filósofo, a qual defendeu arduamente em seus panegíricos. O outro, defensor ferrenho de Roma, cidade a qual se instalou para terminar seu trabalho, até onde sabemos não adentrou para vida pública, embora tenha escrito uma obra nos parâmetros ditados pela política.

Os dois advogavam a favor dos Deuses, todavia Temístio acreditasse num Deus supremo o que não nos parece ser o caso de Amiano, de forma divergissem da maioria dos Imperadores que presenciaram no poder. O único governante que praticou o culto aos Deuses, como eles, foi Juliano, e, no entanto, não encontramos, nesse quesito em específico, uma concordância dos autores tardo-antigos com todos os métodos empregados por este Imperador não cristão.

No que se referem à *Realeza*, buscamos entender o ponto de vista dos dois, do filósofo Temístio e do militar Amiano Marcelino, uma vez que encontramos em seus escritos preocupações semelhantes, destacando uma esfera de pensamento do momento vivido por eles. Sublinhamos que muitos autores da Antiguidade Tardia se detiveram nessa questão, não sendo privilégio nem do paflagoniano, nem do antioquiano, porém como mencionamos previamente faz-se original a ideia aqui desenvolvida: a comparação do conceito de Realeza de Amiano Marcelino e de Temístio. Assim, compreendemos que não estamos abordando um todo, mas sim um fragmento do que se pensava a respeito da conduta de um governante imperial no século IV d.C.

Abordamos, nos capítulos anteriores, o que cada um dos autores aqui estudados entendia por *Realeza*. Tanto Temístio como Amiano, possuem suas particularidades, porém é possível identificar pontos em que seus ideais convergem, já que, como analisamos acima, tiveram um início de vida bastante semelhante. Ou melhor, por compartilharem uma cultura e identidade comum. (SABBAH, 1978:350). Da mesma forma, encontramos divergências em alguns segmentos desse ideal.

Antes de adentrarmos nas convergências e divergências do filósofo e do militar em relação ao conceito da *Realeza*, cabe ressaltar que ambos escreveram

em momentos diferentes. Enquanto Temístio se dirigia diretamente a pessoa do Imperador, na época de seu reinado, o autor militar escreveu sua História anos após o governo daqueles que eternizava com suas palavras. Tudo leva a crer que Temístio escreveu no calor do momento e precisava medir suas palavras para não perder sua posição; enquanto que Amiano teve a liberdade de registrar os fatos com mais reflexão do que o filósofo, pois os narrou anos depois dos acontecimentos. Dessa forma, analisamos entre outras características ideológicas como cada um se posicionou, tendo em vista a diferença de tempo em que redigiram seus escritos.

Um estudioso da obra de Amiano Marcelino, Sabbah, analisa em seu trabalho, *La Méthode d'Ammien Marcellin: Recherches sur la construction du discours historique dans les Res Gestae* de 1978, a influência que os discursos de Temístio tiveram nos escritos do militar antioquiano. Dentre seus apontamentos, ressalta que os discursos do filósofo eram “designados como um testemunho político impossível de ser negligenciado por um historiador” (SABBAH, 1978:349); continua seus estudos detalhando as coincidências de expressões e a presença de exemplos análogos.

Nesse momento, não nos voltaremos às semelhanças dos escritos de ambos os autores, no entanto buscaremos observar a correlação deles no que tange o pensar a *Realeza*. Em torno desse quesito, encontramos alguns pensamentos intrínsecos tanto em um quanto no outro, como é o caso das virtudes e da tolerância religiosa.

No tocante às qualidades morais necessárias a um bom governante, percebemos que os dois gregos concordam. Ambos acreditam que o Imperador deveria ficar distante dos vícios, pois estes poderiam levá-lo à crueldade e à tirania, aspectos abomináveis em administradores imperiais. Salientam características como a humanidade, bem presente no pensamento temistiano, a temperança, a moderação, a clemência, a generosidade, a equidade, entre outras. Dessa forma, observamos o desenhar de constructos identitários entre Amiano e Temístio

Para Temístio, “A vida será esplêndida e feliz quando surgir um rei jovem, temperante, dotado de boa memória, valente, generoso e alerta”. (TEMÍSTIO, *Disc.* III, 46a). O filósofo tomou emprestadas essas palavras de Platão, e buscou a todo tempo levá-las aos monarcas, lembrando-os sempre de suas responsabilidades

para com seus súditos. Da mesma forma, vemos na narrativa de Amiano, anos após, a valorização de semelhantes virtudes.

Ele era um homem (Juliano) verdadeiramente a ser contabilizado juntamente com os espíritos heróicos, distinguido por seus feitos ilustres e sua inata majestade. Para tanto existe, na opinião dos filósofos, quatro principais virtudes, moderação, sabedoria, justiça e coragem e correspondentes a essas também algumas características externas, como o conhecimento da arte da guerra, autoridade, boa sorte, e liberalidade, estas como um todo e separadamente eram cultivadas por Juliano com constante zelo. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 4, 1).

Nessas medidas, acreditamos que seus ideais giravam em torno dos mesmos valores de boa conduta. Os dois, filósofo e militar, acreditavam na ascensão imperial por meio da escolha divina; Deus escolheria o futuro governante na terra por intermédio dos homens responsáveis pela eleição imperial. Porém, cabe salientar que, para Temístio, era uma intervenção direta do Deus supremo enquanto que em Amiano há somente uma inspiração dos Deuses.

Assim, cabiam aos então detentores do poder imperial atuarem em conformidade com as virtudes, demonstrando, aptidão para o serviço designado, cuidar das pessoas que vivem em seu domínio.

Nos discursos de Temístio, tais caracteres são abordados diretamente, e o autor vai adiante mostrando que o Imperador deveria ser a imagem e semelhança de Deus na terra, para tanto deveria se espelhar nas qualidades do Soberano universal. Pois, os monarcas eram os únicos capazes de colocar em exercício as virtudes divinas, principalmente a *philantrōpía* ou humanidade, que só podiam ser apreendidas pelos filósofos, não aplicadas.

Somente ele (Constâncio II) sabe com exatidão que se deve honrar a Deus assimilando a Ele, na medida do possível, o próprio pensamento. Esta é a autêntica reverência, este é o grande hino, esta é a oferenda que corresponde ao príncipe: não o bronze, a prata e o ouro, mas sim converter a própria alma em uma imagem de Deus. Esta é, também, a aspiração do filósofo, mas a carência de poder realizar tal aspiração lhe dá um aspecto insatisfatório. (TEMÍSTIO, *Disc.* I, 9b).

Diferentemente, Amiano não aborda o tema diretamente, mas deixa entrever em seu texto suas preocupações e o seu entendimento sobre os valores morais esperado a um imperador. Percebemos na leitura da *Res Gestae*, que o autor abomina a crueldade, e sendo assim contrapõe as atitudes virtuosas com as ações excessivas dos imperadores, demonstrando quais considerava dignas ao bom príncipes e quais o tornava cruel, um tirano. Para o militar, os Deuses inspiravam a escolha do governante na terra, porém era exclusivamente responsabilidade do escolhido se manter à altura do cargo designado a ele.

Notamos uma minúcia que diferencia o pensamento dos dois autores gregos, enquanto Temístio acredita que o monarca deveria se espelhar no Senhor dos céus, Amiano, diferentemente, coloca o monarca como responsável pelo seu autocontrole e, no máximo, dá exemplos de antigos imperadores bem-sucedidos, como Marco Aurélio. Dessa forma, acreditamos que para o antioquiano o Imperador não era a imagem e semelhança de nenhum Deus. Cabe destacar, que não percebemos em nenhuma passagem de Amiano a referência de um Deus supremo, superior a outros Deuses.

Ao narrar certos acontecimentos, o historiador deixa entrever que os então Imperadores poderiam ter o auxílio dos Deuses; exemplo disso é o caso de Juliano, guiado pela Deusa da Justiça, Astreia; embora, como podemos observar, Amiano aponta que o Imperador Juliano ignora o apelo à ajuda vinda dos céus e promulga uma lei que afetou todos os professores cristãos. Logo, podemos dizer que, na perspectiva do militar, era dever do governante se coadunar com os desejos divinos.

Durante a análise dos ideais de cada autor grego, notamos que ambos eram contra a violência em torno da religiosidade. Tanto Temístio como Amiano se posicionam a favor de uma Tolerância Religiosa, isto significa ser um traço identitário muito importante. O filósofo defende abertamente em seus discursos aos Imperadores a relevância para o bem social de se manter uma postura de respeito a todas as formas de adoração a Deus.

E com isso atua a imitação de Deus que com toda a intenção fez da piedade inclinação comum a natureza humana, mas a forma de praticar o culto a deixou a vontade de cada um. Quem, pelo contrário, introduz a coação arrebatou a liberdade que Deus nos há concedido. (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 68a-b).

De forma um pouco peculiar, vemos Amiano defender a liberdade de culto. No que tange à religiosidade, o militar procurou se abster, mesmo porque não era sua intenção fazer uma história da religião. Mas como fruto de seu tempo, o autor acaba por mostrar em alguns pontos de seu trabalho seu posicionamento em torno dessa questão. Um exemplo marcante é sua crítica ao Imperador Juliano, governante esse que o militar tardo-antigo nutria uma intensa admiração.

Amiano discorda de algumas atitudes tomadas por Juliano, como a promulgação da lei que impede cristãos de lecionarem, ou quando simplesmente não dá atenção a um caso de assassinato de um cristão pelas mãos de não cristãos, deixando os culpados sem a devida punição. Tais descrições por parte do historiador militar nos leva a pensar que era importante a interferência dos administradores imperiais nos quesitos da fé, para a manutenção da paz interna; porém, era necessário respeitar os cultos e as escolhas de cada um.

Tudo indica que um dos mais fortes constructos identitários entre Amiano Marcelino e Temístio seja a tolerância religiosa.

Dessa forma, percebemos que ambos os autores tardo-antigos se pronunciaram a favor da liberdade de culto. Pois, ao que tudo indica as obrigações dos governantes do Império Romano, na visão dos autores gregos, girava em torno do bem estar da população, para tanto na prática constante das virtudes e outros atributos condizentes com o cargo de Imperador.

No que concerne à questão do elemento estrangeiro, notamos que há convergências e divergências entre os dois escritores: Temístio e Amiano Marcelino. Ambos demonstram em seus escritos uma preocupação quanto à política aplicada ao *bárbaro*. Enquanto o filósofo esboça uma linha de raciocínio parecida com a utilizada na defesa da multiplicidade de cultos religiosos, o militar rechaça uma política aberta de assimilação e tolerância dos não romanos.

O historiador contemporâneo Peter Heather, em seu capítulo *The Barbarian in Late Antiquity: image, reality and transformation*, de 1999, contempla a imagem que os romanos faziam dos bárbaros. Para o autor britânico, Temístio sublinha no discurso X, A Valente pela paz, a autoimagem da elite romana, a qual “seriam mais racional que os bárbaros de além fronteira”. Sendo que a racionalidade nesse contexto significa a “habilidade individual de controle das paixões do corpo pelo exercício do intelecto.” (HEATHER, 1999:236).

No trecho do discurso de Temístio, referido por Heather, encontramos mais que o exposto pelo historiador britânico. O filósofo grego aponta os elementos característicos dos bárbaros, como a rebeldia e a arrogância, a cólera e os apetites insaciáveis, mas não isenta um romano de possuir tais características. Mais adiante, destaca o dever do monarca de “salvar os bárbaros, ou aqueles que seriam diferentes dos romanos, e respeitá-los na ideia de que formam parte do Império.” (TEMÍSTIO, *Disc. X*, 131d).

Platão, em definitivo, me parece admirável nesse ponto, mas ainda mais quando nos ensina que em cada alma existe um princípio de semente da guerra e da paz, e quem é capaz de viver em paz consigo mesmo também o é com seus inimigos externos, enquanto que a quem se resulta impossível concordar uma trégua consigo mesmo dificilmente se satisfaria com um armistício entre diferentes povos. Em cada qual existe, em efeito, um princípio bárbaro, tremendamente arrogante e rebelde. Refiro-me à cólera e aos apetites insaciáveis, cepas enfrentaram a razão como os citas e os germanos estão com os romanos. Portanto, do mesmo modo que essas paixões, quando se levantam contra nossa melhor parte, não são possíveis nem convenientes extirpá-las de todo, pois a natureza há plantado-a na alma para nosso proveito (corresponde à virtude torná-la submissa e dócil a parte racional). É igualmente tarefa dos monarcas que honras seu nome não cortar a raiz, na hora de submeter os bárbaros rebeldes, de tudo que é parte integrante da natureza humana, mas, diminuindo sua arrogância, salvando-os e respeitando-os na idéia de que formam parte do Império. (TEMÍSTIO, *Disc. X*, 131b-d).

Nesse ínterim, compreendemos que, para Temístio, era possível adaptar o estrangeiro entre os romanos, bastava ensinar a racionalidade romana detentora de um autocontrole capaz de submeter, às paixões do corpo, a racionalidade da mente. Como Heather, conseguimos perceber nessa passagem os atributos distintivos entre romanos e bárbaros no conceito temistianiano: a racionalidade. Para o filósofo grego, a diferença marcante entre o povo descendente de Roma e os outros povos está na capacidade de autodomínio.

Quanto a Amiano, percebemos duas concepções sobre o elemento bárbaro: uma vai ao encontro da de Temístio, quando Amiano faz uma separação entre os próprios elementos estrangeiros. Para o militar uns são adaptáveis ao Exército romano e outros não são, os adaptáveis são aqueles que possuíam a capacidade de negociar com os romanos, como exemplificamos nas passagens XX, 4, 4 e XXVII,

5,4, no que diz respeito aos não adaptáveis exemplificamos com as passagens XXVI, 6, 11 e XXXI, 16, 8 quando Amiano ressalva sua ojeriza a esses últimos.

O envolvimento do historiador tardo-antigo no corpo bélico do Império Romano é nítido em toda sua obra, assim como sua repulsa pelos não romanos que perturbavam a ordem do Império em que vivia está clara. Embora Amiano denigre o *bárbaro*, ele, também, está preocupado com a manutenção do contingente militar para a defesa do *limes* romano. Sendo assim, notamos seu interesse em angariar e manter os soldados que lutavam pela causa do Império Romano, sejam eles romanos ou não.

Como destacou Pat Southern e Karen R. Dixon em seu livro *The Later Roman Army*, de 1996, o recrutamento daqueles nascidos em diferentes povos ocorria de três formas distintas, sendo elas: por vontade própria, onde estrangeiros se alistavam mediante acordos; condições de acordos de paz e como prisioneiros de guerra. (SOUTHERN e DIXON, 1996:70). Na passagem que segue abaixo, o militar antioquiano nos indica uma das condições impostas pelos romanos para firmamentos de tréguas: a entrega de reféns aptos ao serviço militar. Além dessa observação, podemos notar que era uma prática benéfica ao Império Romano.

Depois de uma longa discussão, ao que tudo indica para o interesse do Estado, concordaram com uma trégua. Assumindo as condições propostas pelo acordo, os Saxões deram como refém muitos homens aptos ao serviço militar para, assim, estarem autorizados a partir, sem impedimentos. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVII, 5,4).

Dessa maneira, acreditamos que, para Amiano era interessante a utilização dos serviços militares estrangeiros, até mesmo em comandos como vimos anteriormente, porém não era a favor de uma política de assimilação. Uma vez que, para o antioquiano os bárbaros que não aceitassem e aderissem aos costumes romanos sem questionamentos, deveriam ser expulsos e/ou mortos.

Naquele tempo, a salutar e rápida eficiência de Júlio, chefe em comando das tropas para além de Taurus, foi notável. Pelo que aprendeu com os fatídicos acontecimentos na Trácia, através de secretas cartas de seus líderes, que eram romanos (caso raro nesses tempos), ele deu ordens para chamarem todos os Godos, que haviam sido admitidos e estavam espalhados por várias cidade e campos, aos subúrbios com a promessa de receberem a remuneração que lhes fora prometida. Aí, sobre mobilização, nesse

mesmo dia todos deveriam ser mortos. Este prudente plano foi realizado sem confusão ou atrasos e, assim, as províncias orientais foram salvas de grandes perigos. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXXI, 16, 8).

Dessa maneira, percebemos uma diferença entre os pensamentos dos dois autores gregos, no que se refere à postura diante dos bárbaros. Enquanto achava que o governante deveria se importar com todos os homens habitavam a terra, o militar achava que o governante deveria se preocupar somente com aqueles que contribuiriam com a manutenção do Império romano. Em nossa opinião, o pensamento de Temístio é típico de um funcionário da corte imperial que ocupa uma posição nos meandros das organizações públicas, enquanto que o militar Amiano Marcelino atuava nos campos de guerras, presenciando diretamente os ataques dos povos bárbaros inimigos (não adaptáveis ao domínio político romano).

Outro constructo identitário a ser destacado é o fato dos nossos autores estarem muito próximos ao poder imperial: Temístio sempre esteve perto dos imperadores, de Constâncio II a Teodósio, e o agente do serviço de inteligência militar Imperial, de Constâncio II e Juliano. Tal fato nos conduz pensar que ambos reforçavam a idéia de manutenção do território político-geográfico romano.

Assim, em meio a essa efervescência do momento, percebemos convergências e divergências no pensamento de dois autores da Antiguidade Tardia: um militar, Amiano Marcelino, e um filósofo, Temístio.

Uma questão que nos atrai nos textos estudados é a posição de ambos os autores na eleição de Joviano e Valentiniano I, pois os dois Imperadores citados foram escolhidos pelos militares. Dessa forma, é curioso notar como os conceitos da Realeza, aqui estudados, se aplicaram nesses governantes que ascenderam de maneira distinta ao cargo de Imperador.

4.2. O Imperador Joviano

O Imperador Joviano nasceu no ano de 331 d.C. na região da Ilíria, mais especificamente em Singidunum, tendo morrido no ano de 364 d.C. com apenas 33

anos de idade. Como assumiu o comando do Império em meados de 363 d.C., só pode governar somente oito meses o território romano. Acerca da sua administração pouco se tem notícias; sabemos que buscou rever certas decisões tomadas pelo seu antecessor, Juliano, e é possível dizer que seu feito mais conhecido foi o acordo de paz firmado com os Persas, doando algumas das províncias romanas.

No entanto, encontramos em um historiador da contemporaneidade, Noel Lenski, uma profícua discussão sobre como se deu a indicação de Joviano ao cargo de Imperador. Lenski, em seu texto, *The Election of Jovian and the Role of the Late Imperial Guards* publicado no ano de 2000, debate diferentes percepções da narrativa de Amiano sobre a escolha de Joviano, dentre essas há os que acreditam numa deliberada mudança dos acontecimentos por parte do antioquiano, no intuito de não demonstrar a unanimidade na escolha do sucessor de Juliano.

Outros acreditam que Joviano teria “se beneficiado de um coup d’état”, partindo da compreensão de que, para Amiano, Joviano não foi um Imperador legítimo. A eleição teria ocorrido sobre forte stress, já que os Exércitos se encontravam em guerra contra os Persas, dessa forma não houve uma “escolha apropriada, nem por razões dinásticas nem por uma deliberação madura de um conselho propriamente constituído de líderes militares e dignitários civis.” (HEATHER, 1999:107).

Contrariando as duas análises citadas, Lenski sugere uma nova interpretação à questão da escolha de Joviano para o governo do Império Romano. Para o estudioso há um elemento que deve ser analisado: a questão da Guarda, ou seja, todos os grupos militares de elite que formavam a guarda do Imperador, dentre elas os *Protectores Domestici*. Tal grupo possuía grande prestígio, uma vez que todos os participantes eram próximos do imperador tendo o conhecido pessoalmente.

Ainda de acordo com a teoria de Lenski, tais guardas recebiam forte treinamento e eram promovidos com muita frequência a comandos de tropas, ou melhor, a altos postos na hierarquia militar. Nessa conjuntura, houve diversos *Protectores* que ascenderam ao cargo de Imperador de Roma, como é o caso de Diocleciano, Constâncio I, Maximiniano Daia, Joviano, Valentiniano I e Valente. O intrigante é o porquê Amiano não comenta a indicação de um Imperador por seu próprio grupo, se assim aconteceu, já que pertencia aos *Protectores Domestici* na época de aclamação de Joviano.

Durante esse atraso, o que foi quase imperceptível considerando a importância do problema. Antes das várias opiniões serem avaliadas, alguns soldados cabeças quentes (como sempre acontece em crises extremas) escolheram um imperador na pessoa de Joviano, comandante das tropas da casa, que foi aclamado por uma mínima consideração pelos serviços de seu pai, Varronianus. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 5, 4).

Independente de quem tenha pronunciado o nome de Joviano, o novo governante foi legitimado. Tanto Amiano, quanto Temístio concordam quanto à conjuntura que aclamou Joviano Imperador.

Ambos ponderam a situação crítica do momento – a ameaça persa; valorizam a ascendência paterna do escolhido, seria filho de Varroniano, homem reconhecido entre os militares e por suas virtudes; e também destacam a indicação primeira de Salústio, tendo sido só após sua recusa que se escutou o nome de Joviano. Nas palavras de Amiano a pessoa de Joviano foi escolhida por “cabeças quentes”, e nas de Temístio teria sido uma decisão espontânea pelo herdeiro da virtude.

(...), nossos soldados preferiram, na hora de dar seus votos, o parentesco de alma ao de corpo³⁷ e proclamaram o sucessor da púrpura quem herdara a virtude, e isso não em tempo de ócio nem de paz, nem em uma situação propícia a lisonjas, recomendações e subornos, mas tomando seus votos nas espadas e nas lanças em pleno apogeu de Ênio³⁸. Foi uma decisão espontânea, uma proclamação sem dolo que exigia a situação e que arrastava a necessidade; e, o que é mais surpreendente, em uma assembleia celebrada em terra estranha, fora do território romano, pelo bem do Império Romano. (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 65d).

Afora toda a polêmica, sobre quem teria indicado Joviano, o governo desse Imperador teve uma curta duração, visto que morreu após oito meses de sua elevação ao cargo de Imperador de Roma. Porém, cabe sublinharmos os pontos marcantes destacados por Amiano e Temístio, uma vez que teceram comentários a tais Imperadores. O militar dá grande destaque ao acordo de paz firmado com os

³⁷ Alusão a Procópio, secretário do estado e tribuno de então, além de parente de Juliano, que haveria de encabeçar uma revolta mais para frente contra os sucessores de Joviano, tema que será objeto de futuros discursos de Temístio. Segundo Amiano (XXVI, 6, 1 ss.) havia rumores que Juliano o havia designado seu sucessor. (nota do tradutor).

³⁸ Deusa da Guerra e companheira de Ares. Cf. *Ilíada* V 333, 592. (nota do tradutor).

persas, onde Joviano teria cedido terras romanas como garantia; já o filósofo procura defender uma política de tolerância religiosa, pois Joviano revogou a lei descrita por Juliano que proibia os professores cristãos de lecionarem nas escolas. Mas, vale ressaltar que outros pontos concernentes à administração do Império por Joviano, também tiveram sua atenção nos relatos do antioquiano e do paflagoniano.

Iniciaremos nossa análise com um tópico da política de Joviano que lhe relegou uma péssima imagem, seu tratado com os Persas muito combatidos pelos romanos. O panegirista, em seu discurso em homenagem ao Imperador Joviano, tece um elogio ao governante pela paz garantida com os Persas, embora em orações posteriores Temístio pontuou a necessidade de se recuperar os territórios perdidos.

Eu não considero esta lei (sobre a tolerância religiosa) menos importante que o armistício com os persas, pois graças a esse deixamos de combater os bárbaros; graças a tal lei viveremos sem conflitos entre nós mesmos. (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 69c).

Tal acordo não recebe o mesmo prestígio na obra de Amiano. O antioquiano desaprovou em todas as instâncias a medida tomada por Joviano. O então Imperador na visão do historiador grego tomou uma decisão precipitada e não considerou as conseqüências de seu ato. Como o próprio autor narra a tomada da cidade de Nisibis após a proclamação da paz.

No dia seguinte, Bineses, um dos mais iminentes persas, apressava-se a cumprir as ordens de seu rei, que urgentemente demanda o que havia lhe sido prometido (pelo Imperador Joviano). Por consequência, com o aval do Imperador Romano, ele entrou na cidade e hasteou a bandeira de seu povo no topo da cidadela, anunciando, assim, a todos os cidadãos que deveriam partir de sua terra nativa. E, quando todos os cidadãos já haviam recebido o comando de deixarem seus lares de uma vez, com lágrimas e coração aberto, eles imploraram para que não fossem deportados de sua terra nativa. Declararam que, sem a ajuda das provisões e dos homens do Império, sozinhos estariam aptos a defenderem-se. Confiavam que a Justiça iria ajudá-los a lutarem pela morada de seus ancestrais. Tudo foi falado em vão, para os ventos, uma vez que o Imperador (como pretendia, enquanto movido por outros medos) não desejava incorrer na culpa do perjúrio. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 9, 1-2).

Essa questão legou uma imagem péssima do governo de Joviano, pois embora Temístio tivesse elogiado a medida, não se sabe se por uma política pacifista do filósofo ou se por estar diante do Imperador quando proclamou seu panegírico, a historiografia ficou marcada pelos discursos daqueles autores tardo-antiguidade que, como Amiano Marcelino, criticaram veemente tal atitude joviniana.

Além desse elemento marcante, encontramos outras características que permeiam a ascensão e o governo de Joviano. Como por exemplo, a nomeação do filho do Imperador, Varroniano (mesmo nome do pai do governante), ainda uma criança, para o cargo de cônsul e parceiro de administração.

Temístio o reconhece em seu discurso e o homenageia, porém se dirige somente ao Imperador de Roma e, no fim de seu discurso, retorna a dar atenção ao cônsul Varroniano. Ao apontar que desde pequeno se parece com o pai, possuidor de “animo! Imperturbável! Como parece a ponto de se dirigir à audiência!”. (Disc. V, 71b).

Amiano, diferentemente, destaca outra visão da personalidade do novo parceiro de governo e filho do Imperador Joviano, o descreve como uma criança chorona e sem nenhum traquejo para ocupar um cargo de tamanha responsabilidade. Com essa atitude podemos dizer que o militar desaprova a escolha de um menino, ainda na idade infantil, para o posto de cônsul; ao que nos parece lhe desagradava o governo de Joviano. Nas palavras de Amiano:

Quando o imperador entra na cidade de Ancira, depois de prontos os arranjos necessários para a sua procissão, na medida em que as condições permitiam, ele assumiu o consulado, tomando como companheiro seu filho Varroniano, que ainda era uma criança; e seu choro e sua obstinada resistência de ser carregado, como usualmente, na cadeira imperial, eram um prenúncio do que ocorreu hoje (morte de Joviano). (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 10, 11).

Nesse sentido, percebe-se que os dois autores possuem pontos de vista bem diferentes, tudo indica que Amiano Marcelino assistiu de perto o que relatou e Temístio, além de possuir preocupações típicas de um panegirista, parecei estar longe do acontecimento.

Varroniano, nem se quer é citado quando da morte de Joviano para assumir o cargo de seu pai. Um novo conselho de militares se formou no intuito de decidir o destino de Roma, mas uma vez. Porém, a conjuntura era diferente da anterior, não

havia a iminência de um ataque Persa dessa vez, sendo assim puderam deliberar mais sobre o assunto, decidiram pelo chefe dos *targeteers* Valentiniano. Vale ressaltar que o escolhido para suceder o Imperador Joviano, prosperou no governo de seu antecessor, pois uma das poucas decisões que Joviano tomou valorizou seus antigos companheiros da guarda Imperial, dentre eles Valentiniano I. (VANDERSPOEL, 1995:147; LENSKI, 2000:509).

O filósofo grego, em seu discurso ao governante ilírio, sublinhou a atitude do Imperador de lembrar os seus antigos colegas, trazendo eles de volta do exílio e/ou incorporando-os em sua equipe de governo. Assim, destaca a virtude do Imperador Joviano ao não se sobrepor aos seus antigos companheiros, pois deveria se entender a Realeza como supremacia da virtude.

Apesar, em efeito, de haver ascendido de uma ordem sem demasiada notoriedade até a mais elevada de todas, não há renegado quem eram teus iguais, nem há olhado com receio quem antes te precedia, nem há depreciado a quem antes já tinha como inferior, mas, mesmo tendo suplantado a todos tão amplamente em fortuna, há mantido com todos teu comportamento de sempre, como quem é perfeitamente consciente de que a Realeza deve ser entendida como supremacia da virtude e não da sorte. (TEMÍSTIO, *Disc. V*, 67a).

O militar se posiciona vagamente a esse assunto, quando ao final de sua narrativa do governo de Joviano sublinha que esse escolheu seus oficiais com muito cuidado. Tanto Vanderspoel quanto Heather e Mancur realçam o fato do alto comando permanecer praticamente o mesmo na administração de Joviano, já que dos quatro generais presentes na sua eleição somente não se tem notícias de Nevitta. (VANDERSPOEL, 1995:147; HEATHER & MANCUR, 2001:151).

No discurso do antioquiano sobre o Imperador Joviano, notamos um traço distinto da narrativa dos demais Imperadores. Em sua obra, Amiano sempre dedica uma parte aos méritos e defeitos dos até então governante de Roma, isso toma forma no fim da narrativa de cada governo, porém tal fato não acontece em relação a Joviano. O militar tardo-antigo escreve no máximo um parágrafo com esse teor, e mesmo assim o máximo de elogio que faz a Joviano é quanto a sua moderada educação, sua natureza doce e seu cuidado na hora de selecionar oficiais.

Nesse mesmo parágrafo, continua sua descrição do governante colocando os defeitos, em sua maioria ligada aos excessos ligados ao corpo, como por exemplo: ser mulhereço, bebedor e comilão, o que em sua concepção não condizia com uma postura digna do detentor do Poder Imperial. Na realidade, notamos que Amiano não escreveu se quer um livro para o governo de Joviano, há somente seis partes do Livro XXV sobre esse governante e sua administração, diferentemente do que ocorre com os outros Imperadores que aparecem na narrativa do militar.

Também ele era devoto da doutrina Cristã, e às vezes a homenageava. Ele era moderadamente educado, de natureza doce, e (e pelo que aparece das poucas promoções que fez) era inclinado a selecionar os oficiais do estado com muito cuidado. Mas ele não era moderado na hora de comer, dado a muito vinho e mulheres, faltas que ele deveria ter corrigido em respeito à dignidade Imperial. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 10, 15).

Nesse momento Amiano ressalta a crença de Joviano, a doutrina Cristã. A fé do Imperador ia de encontro com a do militar e a do governante anterior, pois ambos, o antioquiano e Juliano, eram não cristãos, assim como Temístio. Porém, mais uma vez reforçamos que o filósofo procura em seu panegírico a Joviano pontuar a importância de uma política de tolerância religiosa.

O mote principal de Temístio em seu discurso V – ao Imperador Joviano – era sobre a pluralidade de religiões existente e a necessidade de compreender a liberdade de crença concedida por Deus. O panegirista procura mostrar a importância duma política de tolerância religiosa para a manutenção da paz interna do Império, pois em sua visão os romanos poderiam causar mais dano entre si do que aqueles provocados pelos persas.

Ainda nessa oração, Temístio apresenta a liberdade de culto como um ato divino, pois, para o autor, Deus teria concedido ao homem a liberdade de escolher a melhor forma para praticar o culto religioso. Dessa forma, podemos dizer que o paflagoniano tenta a todo o momento incutir na política de Joviano uma consciência de tolerância, ressaltando que com essa política o Imperador alcançaria a imagem e semelhança de Deus. Mas seu discurso não teria alcançado totalmente o seu objetivo, pois o Imperador Joviano faleceu logo após o pronunciamento desse panegírico.

Mas não é assim em teu caso, divino príncipe. Porém, mesmo exercendo como Imperador em todos os demais terrenos e almejando neles a perfeição, estabelece por lei que o relativo ao culto é competência de todos os homens. E com isso atua a imitação de Deus, que intencionalmente fez da inclinação a piedade algo comum a natureza humana, mas a forma de praticar o culto a deixou a vontade de cada um. Quem, pelo contrário, introduz a coação arrebatada com a liberdade que Deus há concedido. (...) que a alma de cada qual seja livre para eleger o caminho que creia melhor para praticar sua piedade. (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 68a-b).

Ao longo da nossa análise, podemos perceber certas distinções entre o pensamento do militar e do filósofo, no que concerne ao governo de Joviano. Ao conciliarmos esses dois quesitos, notamos que os dois autores perceberam de forma distinta a realeza no Imperador Joviano. No que tange aos ideais de Amiano, Joviano teria ascendido ao poder por um desejo da Fortuna, “O, Fortuna de Roma! (...) você arrebatou o elmo das mãos de um experiente piloto e o confiou a um inexperiente jovem. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXV, 9, 7).

O antioquiano não vê em Joviano nenhuma das qualidades que preza num bom governante; como destacamos alhures, o pouco elogio que tece a esse governante é quanto a sua moderada educação e capacidade de escolher bons homens para lhe auxiliarem. Em sua maior parte, destaca a péssima decisão, tomada pelo Imperador, nos rumos da guerra contra os persas e, além disso, pontua a falta de autocontrole de Joviano, que era dado as paixões do corpo: comida, bebida e mulheres; o que era contraditório ao ideal de Realeza de Amiano Marcelino.

Em contrapartida, Temístio se posiciona de maneira distinta quanto à *Realeza* que observa no Imperador Joviano. Em seu panegírico, o paflagoniano agradece o novo Imperador por ter reincorporado a filosofia na corte e explica a Joviano a contribuição desta, com a afirmação de que o rei é a lei viva, lei divina. Num outro momento, Temístio destaca que a ascensão de Joviano foi graças a sua dignidade real.

O interesse do discurso e o motivo da celebração é, em efeito, bendizer a denominação desse ano, que acolhe a feliz parceria integrada por um pai e um filho que é seu companheiro de púrpura, assim como demonstrar que essa magistratura ganhou convosco maior prestígio que essa há contribuído a vós, pois um a assume

como premio de sua dignidade real e o outro como prelúdio a ela, (...). (TEMÍSTIO, *Disc.* V, 65a).

Embora Temístio tenha ressaltado em seu discurso algumas atitudes favoráveis de Joviano, como sua acolhida da filosofia, as lembranças dos seus antigos colegas, sua disposição à tolerância religiosa, deixa de mostrar outros pontos marcantes na caracterização de seu governante ideal, entre eles a *philanthrōpía*, humanidade, virtude elementar no conceito de *Realeza* do filósofo. Dessa forma, acreditamos que Temístio tenha prestigiado o novo Imperador, como lhe cabia, e aproveitou para defender o respeito aos diversos cultos, mas que não viu em Joviano um modelo de príncipe.

Assim, após pontuarmos as percepções de ambos os autores tardo-antigos, observamos que nem um deles elevou Joviano a um modelo de seus conceitos de *Realeza*, porém possuem opiniões distintas no que concernem aos elementos da administração desse Imperador. Enquanto um, o antioquiano, procura enxergar somente o viés da perda militar, o outro, o paflagoniano, destaca os benefícios de sua ação na Pérsia e tende a observar seu potencial como governante.

4.3. O Imperador Valentiniano I

Logo após o falecimento do Imperador Joviano, o alto comando e os oficiais civis se reuniram em Niceia para, mais uma vez, escolherem o sucessor Imperial. Diferente da reunião anterior, essa houve uma maior discussão em torno dos candidatos, pois, não existia nesse momento, uma preocupação com um iminente ataque Persa. Muitos foram cogitados ao cargo, porém decidiram por um Panoniano pertencente à guarda imperial, assim como seu antecessor.

Valentiniano foi o escolhido. Como se encontrava distante no momento, na Assíria, o consistório mandou um recado à pessoa eleita e, uma semana depois, Valentiniano chegou a Niceia para receber a púrpura imperial. Em 25 de fevereiro de 364 d.C. foi aclamado, recebendo todas as honrarias. Lenski sublinha em seu livro, *Failure of Empire: Valens and the Roman State in the Fourth Century A.D.* de 2002, algumas características do novo Imperador que se semelha ao antigo governante,

por exemplo, o fato de ambos terem ascendido ao topo do poder Imperial pela reputação dos pais. O pai dos dois, de Joviano e de Valentiniano I, se destacará no comando dos protectores domestici (LENSKI, 2002:21).

Destacamos, ainda, a existência, entre os militares presentes na reunião eletiva, de generais bárbaros, ou melhor, que haviam nascido em terras estrangeiras, mas que teriam adotado Roma. O que nos faz perceber a confluência das interações sóciopolítico-culturais que estavam ocorrendo naquele momento do IV século d.C., já que não percebemos uma distinção no peso das decisões de um militar genuinamente romano e um de ascendência bárbara.

Na descrição de Amiano, o sucessor de Joviano teria sido escolhido pela cúpula bélica juntamente com um grupo de oficiais civis, por “inspiração dos poderes celestes e por unanimidade, Valentiniano foi escolhido como o homem adequado e que preenchia todos os requisitos” (XXVI, 1, 5). O antioquiano, anteriormente, comenta que estavam à procura de uma pessoa de comprovada dignidade para o cargo de Imperador. Sendo assim, compreendemos que o militar tardo-antigo teria visto na pessoa de Valentiniano a dignidade Imperial que procuravam.

Quando recebeu as veste púrpura e o diadema, diante de todos os soldados, Valentiniano pronuncia um discurso, o qual inicialmente, de acordo com a narrativa de Amiano Marcelino, ninguém queria ouvir, mas no decorrer de suas palavras o novo Imperador ganha o apoio de todos os presentes. Em seu pronunciamento, Valentiniano ressalta a importância de escolher um colega com igual poder para lhe auxiliar no governo do vasto território Romano.

Assim para alcançarmos todas as oportunidades, a necessidade demanda a escolha de um companheiro com igual poder, eu nem duvido nem disputo essa demanda de variadas razões, uma vez que eu próprio, como homem, também, temo o excesso de cuidados e as várias mudanças de circunstâncias. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVI, 2, 8).

Valentiniano cumpre sua promessa feita diante dos soldados, e escolhe como companheiro de governo seu irmão Valente. O então Imperador aclamado pelos militares ignora os conselhos do comandante de cavalaria Dagalaifus, o qual expôs duas opções, da seguinte maneira, nas palavras de Amiano: "Se você ama os seus

familiares, excelente imperador, você tem um irmão; se é o estado que você ama, procure outro homem para vesti-lo com a púrpura." (XXVI, 4, 1).

O autor militar, nesse momento, descreve a elevação de Valente a Augustus. Assim, fica explícita a autoridade de Valentiniano, uma vez que ninguém ousou contrariar a decisão do então Imperador, quando esse escolheu o irmão como colega.

Hans Teitler, em um capítulo de livro intitulado *Ammianus on Valentinian: some observations* de 2007, sustenta que embora Amiano destaque muitos dos aspectos negativos de Valentiniano, principalmente a crueldade do governante, o autor militar, também, percebe alguns elementos positivos no Imperador panoniano, como coragem e autoridade (TEITLER, 2007:64), como vemos na hora em que discursa aos soldados e quando aponta seu irmão para dividir as funções imperiais.

Temístio, em seu único discurso que ressalta Valentiniano, sublinha o amor fraterno como um caminho para *philantrópia*, a humanidade, característica marcante no ideal de Realeza do paflagoniano. O filósofo tem em sua autoria seis panegíricos a Valente, porém somente no primeiro desses discursos homenageia o Imperador Valentiniano, também. Já o militar escreve do livro XXVI ao XXX sobre o governo dos irmãos, e em meados do livro XXVII observamos um novo personagem na narrativa do antioquiano, Graciano³⁹.

Por Temístio fazer um discurso em homenagem a Valentiniano e Valente, no início do governo dos dois irmãos, pouco podemos perceber sobre os aspectos característicos do governo do primeiro. Porém, notamos alguns elementos que permeiam a conjuntura da época e as aflições do filósofo, por exemplo: enaltece sua própria profissão, aponta o pouco conhecimento do Imperador, distingue a tirania, aclama todos como filho de Deus e sobressalta o amor fraterno, provavelmente não só porque era um dos objetivos de Temístio, mas por ser um discurso dirigido a dois irmãos.

Temístio inicia seu texto aos novos Imperadores lamentando não se expressar na língua oficial, o Latim, ao que tudo indica era a única conhecida pelos detentores do poder Imperial. Dessa maneira, ressalta a falta de preparação de

³⁹ Filho de Valentiniano I, consagrado Imperador no ano de 367 d.C., aos seus 17 anos, governou até 383 d.C.

Valentiniano e Valente, uma vez que não tinham conhecimento da língua grega, muito falada em partes do território romano. Mas, culpa a si mesmo pela inaptidão de se comunicar diretamente com o príncipe.

A nosso ver, Temístio estava preocupado com o governo desses dois príncipes, uma vez que não detinham conhecimento algum em filosofia, retórica ou da tradição clássica. Tudo indica que, a aflição do filósofo esteja ligada à fama desse novo Imperador Valentiniano I, a qual o militar Amiano indicou no seu texto, Valentiniano possuía uma crueldade que poderia caracterizar-se numa tirania. Tal preocupação é perceptível no discurso de Temístio aos dois governantes: Valentiniano e Valente, a começar pelo título do panegírico: Ao amor fraterno ou À *philantrōpía*, tendo pontuado em toda a oração os benefícios da filosofia e do amor fraterno que leva à *philantrōpía* e à imagem e semelhança de Deus.

Em seguida, o filósofo destaca o vínculo de simpatia e parentesco da realeza e da filosofia, tendo em vista que ambas foram enviadas por Deus com missões idênticas: atender e corrigir os homens. Nesse momento de seu discurso, Temístio sublinha a incompatibilidade da tirania com a filosofia, e por assim dizer com a Realeza. Na visão do panegirista, é dever do governante manter a ordem dentro do Império, nessa perspectiva diferencia a tirania com um governo bem sucedido.

Assim são as coisas. Desde o princípio, príncipes, existe entre a realeza e a filosofia um vínculo de simpatia e parentesco, pois Deus enviou ambas a terra com idêntica missão: atender e corrigir os homens, uma ensinando o bem e a outra proporcionando-o. (...) jamais havia considerado a filosofia amiga da tirania, (...) a tirania não tolera a filosofia. (...) uma feliz monarquia não emprega seu imenso poder em exercer arbitrariedades, mas que procede durante toda a eternidade de acordo com as leis que ela mesma estabelece e mantém inalteradas para a salvação dos seres. (TEMÍSTIO, *Disc. VI*, 72a-d/73a).

Todavia o panegirista não tinha escrito uma oração direcionada a Valentiniano, percebemos, no pouco em que se dirigiu ao governante, uma grande preocupação quanto à escolha de seu companheiro de governo. Pois, indicar um irmão ou parente para dividir a administração do Império, poderia acarretar tanto numa catástrofe, como em casos anteriores, quanto uma bendita união. Tendo em vista que, um dos caminhos para alcançar a humanidade e assim se assimilar a Deus, provém do amor fraternal.

A fraternidade é um indício de humanidade, e o afeto pelos que nasceram dos mesmos pais e da mesma semente constitui, por assim dizer, o princípio e o fundamento do afeto por todos os homens. (...) de modo que o amor pelo irmão se segue o amor a família, e o amor pela família o amor a pátria, e o amor pela pátria o amor aos homens. (TEMÍSTIO, *Disc.* VI, 76c-d).

Como bem destacou Vanderspoel, Valentiniano e Valente receberam de Temístio epítetos apropriados a *philantrōpía*, “como ‘os graciosos’, ‘o amigo’, ‘o hospitaleiro’, ‘ouvinte dos suplicantes’, ‘o guardião da cidade’ e ‘o salvador’”. (VANDERSPOEL, 1995:160). Nesse ínterim, percebemos que o filósofo procurou enaltecer os governantes, mas não deixou de expor seu ponto de vista sobre determinados assuntos que lhe interessavam.

A questão principal do discurso VI do Temístio, como o próprio nome diz, se concentra no amor fraterno e na humanidade. Buscou, a todo instante, pontuar as qualidades de ter um irmão como companheiro na administração de um império tão vasto, sem deixar de sublinhar que o amor que há entre eles pode se estender a todos, e dessa forma alcançam o Supremo celeste.

Em contrapartida, o militar Amiano descreve o governo de Valentiniano e Valente com maiores detalhes, mesmo porque escreveu sua obra anos após o governo dos dois Imperadores, ao contrário de Temístio que redigiu seu panegírico no calor dos acontecimentos enquanto os governantes ainda eram vivos. Nessas perspectivas, analisamos que o autor militar da tardo-antiguidade tem uma maior liberdade de crítica.

Em um trecho do livro XXVII, o historiador antioquiano discute a natureza da crueldade, e aponta especificamente Valentiniano como detentor dessa falta de caráter. Na concepção de Amiano, o Imperador panoniano tem uma reputação de crueldade, que consegue um ínfimo controle no início de seu governo. Essa atitude descontrolada do governante acabou por prejudicar muitos homens, nas palavras de Amiano.

Valentiniano era conhecido por ser um homem cruel, e embora no começo de seu reinado, no intuito de diminuir sua reputação de implacável, ele algumas vezes se esforçou para manter seu ímpeto feroz subordinado ao controle da mente, mas o impulso, guardado e na espreita, pouco a pouco irrompeu sem restrições e causou a

destruição de muitos homens; e foi aumentada por surtos intensos de raiva. Os filósofos definem raiva como uma longa e continuada, algumas vezes permanente, úlcera da mente, usualmente causada pela fraqueza do intelecto. (AMIANO MARCELINO, *Hist.*, XXVII, 7, 4).

Porém, ao analisarmos o texto de Amiano, observamos que o militar além de levantar os aspectos negativos do governo de Valentiniano consegue distinguir as qualidades existentes no Imperador. O autor da *Res Gestae* dedica uma parte de seu livro XXX à exaltação das virtudes de Valentiniano, embora o faça após detalhar a crueldade, a ganância, a inveja e a covardia do Imperador.

Os atributos de Valentiniano exaltados por Amiano Marcelino, no final do trigésimo livro, são substancialmente relacionados à força bélica do governante, por exemplo: prima pela disciplina militar; mostra habilidade e cuidado quando em guerra; inventor de novos tipos de armas; e reconhece o certo e o errado num concílio. Outras questões, também, chamam a atenção do militar, como a postura sóbria do Imperador, sem sentimentos obscenos; o cuidado com a concessão de cargos, não privilegiava seus parentes; e a neutralidade de Valentiniano em assuntos religiosos.

Como bem destacou Helena Amália Papa, em seu trabalho *Os Arianos na visão de Basílio de Cesareia: um conflito político-religioso no século IV d.C.* de 2006, o Imperador Valentiniano, embora fosse adepto do cristianismo ortodoxo⁴⁰, “estava mais preocupado em reunir forças do Exército nas fronteiras do que participar das discussões teológicas do período.” (PAPA, 2006:53-54). O mesmo não se verifica com seu irmão Valente, adepto do cristianismo ariano⁴¹, presenciou vários embates entre cristãos ortodoxos e cristãos arianos.

Ao ponderarmos todas as questões aqui levantadas, sobre o governo de Valentiniano, percebemos que ele não alcançou o ideal de *Realeza* sugerido por Amiano Marcelino. Uma vez que o governante não soube se moderar, ou seja, não foi capaz de controlar seu temperamento forte e cruel, e na perspectiva do autor militar o Imperador detinha poucas virtudes, que compunham o conceito de *Realeza*

⁴⁰ Como base no estudo de Papa, entendemos que ‘ser adepto do cristianismo ortodoxo’ era acreditar no dogma niceno, o qual acreditava que Jesus teria sido gerado da mesma substância do Pai. (Papa, 2006:50).

⁴¹ Ainda segundo Papa, ao contrário do credo niceno, os arianos, no geral, acreditavam que Jesus não fora gerado da mesma substância do Pai. (Papa, 2006:50).

do antioquiano. Dentre essas qualidades, encontramos a aptidão de Valentiniano à guerra, sua conduta modesta e sua tolerância religiosa.

No que concerne à visão do filósofo, o novo governante foi escolhido pelos céus e inicia seu governo com uma grande atitude, pois, ao escolher seu irmão para dividir a administração do vasto Império, mostra ser possuidor do amor fraternal, e consequentemente da humanidade, quesito importantíssimo no conceito de *Realeza* do filósofo. Porém, não encontramos nesse panegírico as outras características que permeia o ideal do panegirista, o que nos indica que não alcançou o conceito de Realeza de Temístio.

Logo, cada autor deu preferência ao que lhes convinham. No entanto, cabe notar que o filósofo Temístio e o militar Amiano escreveram em momentos diferentes e lugares distintos. O panegirista discursa no momento do acontecimento, diante do próprio Imperador homenageado, e por ter se estabelecido em Constantinopla, seu foco de atenção ficou na região do Oriente. Já Amiano escreveu sua História anos após o governo de Valentiniano, o que lhe possibilitou ter um panorama geral dos acontecimentos antes de narrá-los.

Assim, notamos uma divergência no que concernem as características atribuídas a Valentiniano pelos autores gregos. Amiano descreve os feitos militares e a conduta do Imperador nas guerras, sua passagem por cidades e como aplicava sua justiça, ressalta em muitos momentos a crueldade com que Valentiniano tratou esses assuntos. Em contrapartida, Temístio buscou destacar o lado humanitário do governante, pois acreditamos que o filósofo tinha receio da atitude dos Imperadores em não corresponder às características daquilo que entendia como Realeza.

Considerações Finais

Na presente dissertação, buscamos compreender o conceito de *Realeza* de dois autores da Antiguidade Tardia, mais especificamente no século IV d.C. Antes de qualquer coisa, ressaltamos que esse é um período de intenso movimento sóciopolítico-cultural, no qual observamos uma diversidade de debates político-religiosos, a ascensão de dois Imperadores por decisão militar, a interação de diferentes culturas e tradições, entre tantos outros. Nesse contexto se insere as obras dos autores aqui analisados, Temístio e Amiano Marcelino.

Ambos os autores escreveram obras substanciais para compreendermos um pouco mais do período em que viveram. Amiano, integrante dos *protectores domestici*, narrou os feitos de muitos Imperadores Romanos, desde Nerva até Valentiniano II, porém em nossas mãos chegaram somente a descrição dos governos de Constâncio II a Valentiniano II. Por fazer parte do corpo bélico, Amiano, enfoca em sua História muitos dos acontecimentos militares que envolveram cada administração Imperial. Porém, não deixa de destacar outros aspectos de cada governante, notamos, por exemplo, que julga moralmente as atitudes de cada um deles.

A partir dessa percepção, conseguimos visualizar o ideal de bom Imperador para o antioquiano. O que nos faz perceber que não está muito longe daquele do filósofo Temístio, o militar preza igualmente os valores morais, ou seja, as virtudes. A semelhança entre os autores tardo-antigos vai além, o historiador militar não cristão prezava por uma tolerância religiosa, assim como o panegirista filósofo, também, não cristão. No entanto, Amiano privilegiava os atributos militar, a coragem, o saber conduzir uma guerra e a postura para quem defendia as fronteiras do território romano.

Temístio, como destacamos acima, estimava as virtudes, em especial a *philantrōpía*, ou humanidade e defendia a liberdade de credos. Todavia, como podemos observar no decorrer da pesquisa, seu conceito de *Realeza* agrega muitos elementos afora as qualidades morais. Para o filósofo o governante era apontado pelos céus e, mediante demonstração de bom caráter, se tornava na terra a imagem e semelhança de Deus. O Imperador, na visão do paflagoniano, era o único com

poder de exercer a humanidade a maneira do Ser Supremo, pois detinha poder para tal como lei-viva.

Muitos escritores antigos se preocuparam com a questão da *Realeza*, aqui ressaltamos somente dois deles que chamaram nossa atenção por suas características similares e destoantes. A visão que cada um tem do elemento bárbaro é, particularmente, intrigante; pois em um vemos uma repulsa com ressalvas e no outro uma defesa de assimilação do estrangeiro, também, com reservas. No percurso de nossa análise, no entanto, pudemos observar pontos convergentes nos ideais de ambos os autores, Amiano Marcelino e Temístio.

Como vimos alhures, tanto o militar quanto o filósofo primam pela boa conduta, dentro dos valores morais. Ambos caracterizam o ideal de bom governante nos parâmetros das virtudes e os dois buscam complementar seus conceitos com outros elementos. A tolerância religiosa, a fraternidade e a solidariedade são a tônica dos dois escritores; já a boa conduta militar e a eficiência na guerra são pontos marcantes do texto de Amiano Marcelino, enquanto que para Temístio o conhecimento filosófico é essencial num governo.

Na Antiguidade Tardia, período vivenciado pelo antioquiano e pelo paflagoniano, a eleição Imperial não era uniforme, porém percebemos que, como bem ressaltou Lenski, a nomeação era feita ou pelo governante em exercício, ou na falta desse, por um grupo de militares. (LENSKI, 2000:500). Em nossa pesquisa, distinguimos os Imperadores que ascenderam pela força bélica, especificamente, Joviano e Valentiniano I; de maneira a notarmos como os autores aqui analisados perceberam tais governos.

John Vanderspoel destaca um fato interessante, tanto Jovino quanto Valentiniano ascendem ao poder Imperial sem ao menos terem tido qualquer ligação com o governo do Império ou o título de Cesar. (VANDERSPOEL, 1995:146). Como analisamos, os Imperadores estudados são escolhidos pelo Exército, pois não havia governante no momento para indicar um nome para o cargo. Tal ocorreu num momento crítico do órgão militar, uma vez que as fronteiras do Império Romano estavam sofrendo grande pressão de povos bárbaros.

Ao adentrarmos nas descrições feitas pelos autores tardo-antigos sobre os governos dos dois Imperadores eleitos pelo Exército Romano, e com a compreensão do conceito de *Realeza* de cada um dos gregos, observamos que foram legítimos, mas sem as características marcantes de um bom governante. Para Temístio,

Joviano tinha grande potencial e sua política de tolerância religiosa agradou o filósofo, que detinha uma enorme preocupação nesse sentido, já para Amiano o governante não acrescentou em nada, pelo contrario, na visão do militar Joviano depreciou o patrimônio conquistado por antigos Imperadores de Roma, mediante acordo de paz com os Persas.

No que tange ao governo de Valentiniano I, Amiano Marcelino destaca os valores militares do Imperador e sua capacidade de se manter neutro em questões religiosas, em compensação crítica, veementemente, o caráter cruel do Imperador panoniano. Na visão de Temístio, o Imperador mostrou potencial à pratica da humanidade, porque iniciou seu governo mostrando seu amor fraternal, para com seu irmão Valente ao acolhê-lo como companheiro de governo.

Ao fim, nossa análise nos permitiu perceber que havia expectativa duma conduta dentro de padrões morais ditados pela tradição e pelos filósofos, e caso os governantes não alcançassem as expectativas eram duramente criticados. Generosidade, justiça, clemência, moderação, temperança, coragem, conhecimento militar, humanidade entre muitas outras formavam o núcleo de virtudes esperadas de um Imperador, sendo ele o modelo para todos os romanos.

Nessas perspectivas, podemos dizer que seus conceitos e preceitos de virtude, também, poderiam e deveriam ser seguidos pelos homens comuns, embora esses não fossem cobrados pela ausência dessas qualidades. Tais questões perpassam por todos os tempos; acreditamos não haver um momento da história em que valores de caráter tenham sido esquecidos ou inesperados nas ações humanas. Hoje, podemos tomar para nós os valores esperados de Imperadores na Antiguidade Tardia e, ainda, creditamos novos elementos como o respeito. O discurso tão professado por Temístio e, também, por Amiano da tolerância religiosa, não poderiam ser mais atuais.

Ao iniciarmos nossa pesquisa não imaginávamos a extensão dos contructos identitários existentes entre um autor militar e um filósofo do século IV d.C.. Dessa forma, esperamos ter contribuído para o enriquecimento dos estudos da Antiguidade Tardia no Brasil, mais especificamente no tocante à interação de culturas envolvendo a análise e aplicação do conceito de *Realeza* na Antiguidade Tardia. Assim como, a caracterização dos governos dos Imperadores Joviano e Valentiniano I.

Bibliografia

Documentação Primária Impressa

MARCELLINUS, Ammianus. *History*. With an english translation by John C. Rolfe. London: The Loeb Classical Library, 1982, 3v.

MARCELLIN, Ammien. *Histoire*. Avec la traduction en français de Edouard Galletier e Jacques Fontaine. Paris: Belles Lettres, 1978.

TEMISTIUS. *Discursos Políticos*. Con traducción al español de Joaquín Ponce Ritoré. Madri: Gredos, 2000.

TEMISTIUS. *The private Orations of Themistius*. With an English translation by Robert J. Penella. California: University of California Press, 1999.

Obras de Apoio

AUSTIN, N. J. E.; RANKOV, B. *Exploratio*. Military and Political Inteligence in the Roman World from the Second Punic War to the Battle of Adrianople. New York: Routledge, 1995.

ALFÖLDI, A. *A Conflict of Ideas in the Late Roman Empire*: The clash between the Senate and Valentinian I. Oxford: At the Clarendon Press, 1952.

ANDO, C. Decline, Fall, and Transformation. *Journal of Late Antiquity*, V. 01, no. 01, 2008, pp. 31–60.

AUSTIN, N. J. E. Ammianus on Warfare: na Investigation into Ammianus' Military Knowledge. *LATOMUS Revue d'edudes Latines*; Collection Latomus, vol.165. Bruxelles, 1979.

AVERY, W. T. The "Adoratio Purpurae" and the Importance of the Imperial Purple in the Fourth Century of the Christian Era. *Memoirs of the American Academy in Rome*. Vol. 17, 1940, pp. 66-80.

BARNES, T. D. *Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality*. New York: Cornell University, 1998.

BOEFT, J. den; DRIJVERS, J. W.; HENGSTAND, D. den; TEITLER, H. C. (orgs). *Ammianus after Julian: The Reign of Valentinian and Valens in Books 26-31 of the Res Gestae*. Leiden: Brill, 2007.

BRAUCH, T. The Prefect of Constantinople for 362 AD: THEMISTIUS. *Byzantion*. Tome LXIII, 1993, pp. 37-77.

_____. Themistius and the Emperor Julian. *Byzantion*. Tome LXIII, 1993, pp. 78-115.

BROWNE, P. *O Fim do Mundo Clássico: De Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Verbo, 1972.

_____. *Genèse de l'Antiquité Tardive*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. *Power and Persuasion in Late Antiquity*. Towards a Christian Empire. USA: The University of Wisconsin Press, 1992.

BURKE, P. *Hibridismo cultural*. Coleção Aldus – 18. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CAMERON, Alan. The Roman Friends of Ammianus. *The Journal of Roman Studies*. Vol. 54, Parts 1 and 2, 1964, pp. 15-28.

_____. *Claudian: Poetry and Propaganda at the Court of Honorius*. Oxford: Oxford University Press, 1970.

CAMERON, Averil. *The Later Roman Empire AD 284-430*. Cambridge, Massachusetts : Harvard University Press, 1993.

CAMUS, P-M. *Ammien Marcellin: Témoin des Courants culturels et Religieux a la fin du IVe. siècle*. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

CARLAN, C. U. O Mundo Romano no século IV: Decadência ou Reestruturação. *Revista de História e Estudos Culturais*. V. 04, no. 01, 2007, pp. 01-18.

CARRIE, J-M.; ROUSSELLE, A. *L'empire romain en mutation: des Sévères à Constantin 192-337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

CARVALHO, M. M. Temístio, o imperador Juliano e a discussão em torno do conceito de realeza no século IV d.C. *Revista História*, Universidade Federal de Goiás, v. 11, n. 1, jan/jun. 2006.

_____; FUNARI, P. P. A. A história militar na Roma Antiga e o testemunho de Amiano Marcelino. In: CERQUEIRA, F. V.; GONÇALVES, A.T.M.; NOBRE, G. J. E VARGAS, A. Z. (orgs). *Guerra e Paz no Mundo Antigo*. Instituto de Memória e Patrimônio, Laboratório de Antropologia e Arqueologia/ UFPel. Pelotas, 2007, p.281-297.

_____. *Paidéia e Retórica no Século IV d.C.: A Construção da Imagem do Imperador Juliano Segundo Gregório Nazianzeno*. Anablume: São Paulo, 2010.

CHASTAGNOL, A. *L'Évolution Politique, Sociale et Économique du Monde Romain. De Diocletien à Julien*. Paris: Sedes, 1985.

CRUMP, G. Ammianus and the late Roman Army. *História*, n. 23, 1972, p. 91-103.

DAGRON, G. L'empire romain d'Orient au IV^e siècle et les traditions politiques de l'hellénisme : le témoignage de Thémistios, *Travaux et Mémoires*, vol. 3, 1968, p.1-242.

DALY, L. J. The Mandarin and the Barbarian: The Response of Themistius to the Gothic Challenge. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Vol. 21, no. 2, 1972, pp. 351-379.

_____. Themistius' refusal of a Magistracy (Or. 34, cc. XIII-XV). *Byzantion*. No. 53, 1983, pp. 164-212.

DIGNAS, B.; WINTER, E. *Rome and Persia in Late Antiquity: Neighbours and Rivals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DOWNEY, G. Education and Public Problems as Seen by Themistius. In.: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. No. 86, 1955, p.291-307.

_____. Themistius and the Defense of Hellenism in the Fourth Century. *HTLR*, no. 50, 1957, pp. 259-274.

DRIJVERS, J. W.; HUNT, D. *The Late Roman World and its Historian: Interpreting Ammianus Marcellinus*. London and New York : Routledge, 1999.

DUBUISSON, M. Barbares et Barbarie dans le Monde Gréco-Romain: du concept au slogan. *L'Antiquité Classique* 70, 2001, p. 01 – 16.

ERRINGTON, R. M. *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 2006

FERRILL, A. *A queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FONTAINE, J. Ammien Marcellin, historien romantique. *BAGB*, v. XXVIII, no. 04, 1969, pp. 417-435.

FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder na Antiguidade Tardia*. Curitiba: Juruá, 2000.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1995.

GABBA, E. Literature. In.: CRAWFORD, Michael. (ed.) *Sources for Ancient History*. London: Cambridge University Press, 1983.

GERVÁS, M. J. R. *Propaganda Política y Opinión Pública: en lo Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*, Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

GIBBON, E. Declínio e Queda do Império Romano. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GONÇALVES, A. T. M. A Legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos brevíários de história romana produzidos no IV século d.C. *História Revista*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. V.11 n.01, 2006. p.1-15.

_____. Os Severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, G. V.; MENDES, M. M. (orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Vitória: EDUFES, 2006. p.175-191.

GRODZYNSKI, D. Par la bouche de l'empereur. In.: VERNANT, J.P.; VANDERMEERSCH, L. et al. (orgs.). *Divination et Rationalité*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

HALSALL, G. *Humor, History and Politics in Late Antiquity and Early Middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HEATHER, P. Themistius : A political philosopher. In.: WHITBY, Mary. *The propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 1998.

_____. The barbarian in late antiquity: image, reality, and transformation. In: MILES, Richard. *Constructing Identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999, p.234-258.

_____; MANCOUR, David. *Politics, Philosophy, and Empire in the Fourth Century: select Orations of Themistius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2001.

_____. *The fall of the roman Empire: a new history of Rome and the Barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. *Empires and Barbarians : Migration, Development and the birth of Europe*. London: MacMillan, 2009.

HENRY, M. *La Barbárie*. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle, 1987.

HUGH, E. *Frontiers of the Roman Empire*. London: Batsford, 1996.

ISAAC, B. *The Limits of Empire: the Roman Army in the East*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

JAMES, E. The Rise and Function of the Concept "Late Antiquity". *Journal of Late Antiquity*. V. 01, no. 01, 2008, pp. 20–30.

JENKINS, K. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

JONES, C. P. Themistius and the Speech to the King. *Classical Philology*. Vol. 92, no. 2, 1997, pp. 149-152.

KELLY, G. The New Rome and the Old: Ammianus Marcellinus' Silences on Constantinople. *The Classical Quarterly*. Vol. 53, no. 2, 2003, pp. 588-607.

LAURENCE, R.; BERRY, J. *Cultural Identity I the Roman Empire*. London: Ruutledge, 1998.

LeBOHEC, Y. *L'armé sur le bas Empire*. Paris: Picard, 2007.

LEE, A. D. *Information & Frontiers: Roman foreign relations in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. *War in Late Antiquity: A social Antiquity*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

LENSKI, N. The Election of Jovian and the Role of the Late Imperial Guards. *Klio*, v. 82, no. 2, 2000, pp. 492-515.

_____. *Failure of Empire: Valens and the Roman State in the Fourth Century A.D.*, Berkley: University of California Press, 2002,

LIEBESCHUETZ, J.H.G.W. *Barbarians and Bishops: Army, Church, and State in the Age of Arcadius and Chrysostom*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

_____. *From Diocletian to the Arab Conquest: Change in the Late Roman Empire*. EUA, Brookfield, Ashgate Vernont, 1999.

MACHADO, C. A. R. *Imperadores imaginários: Política e Biografia na História Augusta. (Século IV d.C.)*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____. Edifícios e Política na Roma Tetrarquia (285-303 d.C.). In.: CARVALHO, M. M. de; LOPES, M. A. de S.; FRANÇA, S. S. L. (orgs.). *As Cidades no Tempo*. São Paulo: Olho d'água, 2005, pp. 87-111.

MaCMULLEN, R. *Soldier and civilian in the later Roman Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

_____. *Changes in the Roman Empire: Essays in the Ordinary*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

MAENCHEN-HELFEN, O. J. The Date of Ammianus Marcellinus' Last Books. *The American Journal of Philology*. Vol. 76, no. 4, 1955, pp. 384-399.

MARCONI, A. A Long Late Antiquity? Considerations on a Controversial Periodizatio. *Journal of Late Antiquity*. V.01, no. 01, 2008, pp. 4-19.

MARROU, H-I. *Decadence Romaine ou Antiquité Tardive?* Paris: Éditions du Seuil, 1977.

MATTHEWS, J. F. The Origin of Ammianus. *The Classical Quarterly*. Vol. 44, no. 1, 1994, pp. 252-269.

MAZZARINO, S. *O Fim do Mundo Antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MELLOR, R. *The Roman Historians*. Routledge, Londo and New York, 1999.

MENDES, N. M.; SILVA, G. V. As Representações do poder Imperial em Roma entre o Principado e o Dominato. *Dimensões*. No. 16, 2004, pp. 241-270.

MÉRIDIÉ, L. *Le Philosophe Thémistios: devant L'opinion de ses contemporains*. Rennes : Imprimerie brevetée Francis Simon, 1906.

MILLAR, F. Emperor at Work. *The Journal of Roman Studies*. V. 57, no. 1/2 1967, pp. 9-19.

_____. *The Emperor in the Roman World*. London: Duckworth, 1977.

_____. Emperors, Frontiers and Foreign Relations, 31 B.C. to A.D. 378. *Britannia*. V. 13, 1982, pp. 1-23.

O'MEARA, D.; SCHAMP, J. Thémistios: Discours 6. In.: O'MEARA, Dominic ; SCHAMP, Jacques. *Miroirs de prince de l'Empire romain au IVe. siècle*. Paris: Édition du Cerf, 2006.

OLIVEIRA, W. F. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ática, 1990.

PACK, R. Ammianus Marcellinus and the Curia of Antioch. *Classical Philology*. Vol. 48, no. 2, 1953, pp. 80-85.

_____. The Roman Digressions of Ammianus Marcellinus. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. Vol. 84, 1953, pp. 181-189.

PIAGANIOL, A. *Histoire Romaine*. Tome IV Deuxième Partie: L'Empire Chrétien (325-395). Presses Universitaires de France, Boulevard Saint-Germain, Paris, 1947.

PONCE, J. R. La Clemencia del Monarca y la Insuficiencia de la Ley en la antigüedad Tardía: El Testimonio de Temistio. *Habis*, no. 33, 2002, pp. 507-520.

POTTER, D. S. *The Roman Empire at Bay AD 180-395*. London: Routledge, 2004.

ROSTOVTEFF, M. *Historia Social y Económica del Imperio Romano*. Madrid: Espasa-calpes, 1962, v.1 e 2.

SABBAH, G. *La Méthode d'Ammien Marcellin: Recherches sur la construction du Discours Historique dans les Res Gestae*. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

_____. De la Rhétorique à la communication politique: les Panégyriques latins. *BAGÉB*, T. 43, no. 04, 1984, pp. 363-388.

_____. Ammianus Marcellinus. In.: MARASCO, G. *Greek & Roman historiography in Late Antiquity*. Leiden:Brill, 2003.

SAYAS, J. J. Aportaciones de Temistio a determinados problemas imperiales. *Hispania Antiqua*, 1972, p.35-54.

SEAGER, R. *Ammianus Marcellinus: Seven Studies in His Language and Thought*. Columbia: University of Missouri Press, 1986.

SILVA, G. V. A Configuração do Estado Romano no Baixo Império. *Revista História*. V. 17/18, 1998, 1999, pp. 199-223.

_____. *Reis, Santos e Feiticeiros: Constâncio II e os Fundamentos Místicos da Basiléia (337-361d.C.)*. Vitória: EDUFES, 2003.

_____; MENDES, N. M. As Representações do poder Imperial em Roma entre o Principado e o Dominato. *Dimensões*. No. 16, 2004, pp. 241- 270.

_____. (org). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Vitória: EDUFES, 2006.

_____. História, verdade e justiça em Amiano Marcelino. In: JOLY, Fábio (org). *História e Retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo, Editora Alameda, 2007. p.165-182.

SOUTHEM, P.; DIXON, K. R. *The Late Roman Army*. New Haven: Yale, 1996.

STERTZ, Stephen A. Themistius: A Hellenic Philosopher-Statesman in the Christian Roman Empire. *The Classical Journal*. Vol. 71, no. 4, 1976, pp. 349-358.

STERTZ, S. A. Themistius: A Hellenic Philosopher-Statesman in the Christian Roman Empire. *The Classical Journal*, vol. 71, no. 4, 1976, pp. 349-358.

THOMPSON, E. A. *The Historical Work of Ammianus Marcellinus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1947.

_____. *Romans and Barbarians: The Decline of the Western Empire*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1982.

TROMBLEY, F. Ammianus Marcellinus and the fourth-century warfare: a *protector's* approach to historical narrative, in: DRIJVERS, J. W., HUNT, David. *The Late Roman World and its Historian : Interpreting Ammianus Marcellinus*. London and New York : Routledge, 1999.

VANDERSPOEL, John. Themistius on the Source of Purple ("Or." 4.61a). *Mnemosyne*, Fourth Series, Vol. 42, Fasc. 3-4. 1989, p. 492.

_____. *Themistius and the Imperial Court: Oratory, Civic Duty, and Paideia from Constantius to Theodosius*. Michigan: University of Michigan Press, 1996

VEJA, María José Hidalgo de La. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

VALENSI, Louis. Quelques réflexions sur le pouvoir imperial d'après Ammien Marcellin. *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, Paris, Les Belles Lettres, V. 16, no. 04, 1957, pp. 62-107.

WOLFF, Francis. Quem é bárbaro?. In: NOVAES, Adauto. *Civilização e Barabárie*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004.

WOOD, Ian. Barbarians, Historians, and the Construction of National Identities. *Journal of Late Antiquity*. V. 01, no. 01, 2008, pp. 61–81.

ANEXOS

Anexo 1

IMPERADORES ROMANOS DE MARCO AURELIO A TEODÓSIO

Elevação e Morte

161-180	Marco Aurélio	Herdeiro adotivo	Morreu naturalmente	Guerras Marcomanianas
161-169	Lúcio Vero	Herdeiro Adotivo	Morreu naturalmente	
180 -192	Cômodo	Herdeiro dinástico	Assassinado pelos cortesãos	
193	Pertinace	Eleito pelo Senado e pela Guarda	Assassinado pela Guarda	Pressão no Reno e no Danúbio
193	Dídio Juliano	Eleito pela Guarda	Assassinado pela Guarda	
193-194	Pescênio Nigro	Eleito pelo exército	Morton a Guerra civil	
193-197	Clódio Albino	Eleito pelo exército	Morto na Guerra civil	
193-211	Setímio Severo	Eleito pelo exército	Morreu naturalmente	
211-217	Caracala	Herdeiro dinástico	Assassinado pelo exército	Anarquia militar torna-se permanente
211	Geta	Herdeiro dinástico	Assassinado por Caracala	
217-218	Macrino	Eleito pela Guarda	Assassinado pelo exército	
218	Diadumeniano	Herdeiro dinástico	Assassinado pelo exército	
218-222	Elegábalo	Herdeiro dinástico	Assassinado pela Guarda	Anarquia militar torna-se permanente
222-235	Severo Alexander	Herdeiro dinástico	Assassinado pelo exército	
235-238	Maximino (o Trácio)	Eleito pelo exército	Assassinado pelo exército	
238	Gordiano I	Eleito pelo Senado	Morto a Guerra civil	
	Gordiano II			Ascensão dos Persas Sassanidas
238	Pupieno	Eleito pelo Senado	Assassinado pela Guarda	

	Balbino	Eleito pelo Senado	Assassinado pela Guarda	
239-244	Gordiano III	Herdeiro dinástico	Assassinado pela Guarda	
244-249	Filipe (o Árabe)	Eleito pela Guarda	Morto a Guerra civil	
249-251	Décio	Eleito pelo exército	Morto em batalha contra os Godos	
251-253	Treboniano Galo	Eleito pelo exército	Morto a Guerra civil	Colapso dos fortes no Reno e no Danúbio
253	Emiliano	Eleito pelo exército	Assassinado pelo exército	
253-260	Valeriano	Eleito pelo Senado e exército	Morreu no cativeiro Persa	
253-268	Galieno (Aug. desde 250)	Herdeiro dinástico	Assassinado pelo exército	Colapso do Leste
268-270	Cláudio II	Eleito pelo exército	Morreu com a praga	Sucessão da Gália
270-275	Aureliano	Eleito pelo exército	Assassinado pela guarda	Invasão da Itália
275-276	Tácito	Eleito pelo Senado	Assassinado pelo exército	
276	Floriano	Eleito pelo exército	Assassinado pelo exército	Imperadores Ilírios recuperam o controle militar
276-282	Probo	Eleito pelo exército	Assassinado pelo exército	
282-283	Caro	Eleito pelo exército	Morreu naturalmente (?)	
282-284	Numeriano (Aug. desde 283)	Herdeiro dinástico	Assassinado pelo Prefeito	
282-285	Carino (Aug. desde 283)	Herdeiro dinástico	Morto durante a Guerra civil	
284-305	Diocleciano *	Eleito pelo exército	Morreu na aposentadoria	
286-305	Maximiniano *	Adotado	Morto na Guerra civil Renunciando aposentadoria	
293-306	Constâncio I (Aug. desde 305)	Adotado	Morreu naturalmente	Tetrarquia e a Nova Ordem
293-311	Galério (Aug. desde 305)	Adotado	Morreu naturalmente	
305-307	Severo (Aug. desde 306)	Adotado	Morto na Guerra civil	
305-313	Maximino Daia (Aug. desde 308)	Adotado	Morto na Guerra civil	Fim do sistema Tetrarquico

306-312	Maxêncio	Herdeiro dinástico e eleito pelo exército	Morto na Guerra civil	
306-337	Constantino I (Aug. desde 307)	Herdeiro dinástico e eleito pelo exército	Morreu naturalmente	Restauração de estáveis dinastias
308-324	Licínio (Aug. desde 308)	Adotado	Morto após a Guerra civil	
337-340	Constantino II	Herdeiro dinástico	Morto na Guerra civil	
337-350	Constante	Herdeiro dinástico	Assassinado pelo exército	
337-361	Constâncio II	Herdeiro dinástico	Morreu naturalmente	Estabelecimento do Estado Cristão
351-354	Galo (somente César)	Herdeiro dinástico	Executado	
55-363	Juliano (Aug. desde 361)	Herdeiro dinástico	Morto em batalha	Exércitos germanizados
363-364	Joviano	Eleito pelo exército	Morreu naturalmente	
364-375	Valentiniano I	Eleito pelo exército	Morreu naturalmente	Novas pressões fronteiriças
364-378	Valente	Parente dinástico	Morto em batalha	
367-383	Graciano	Parente dinástico	Assassinado	Migração em direção ao oeste dos Hunos
375-392	Valentiniano II	Parente dinástico	Assassinado	
378-395	Teodósio I	Adotado	Morreu naturalmente	<i>Foederati</i> e erosão dos Romanos no Ocidente
392-408	Arcado **	Herdeiro dinástico	Morreu naturalmente	
392-423	Honório **	Herdeiro dinástico	Morreu naturalmente	

Fonte: WILLIAMS, Stephen. *Diocletian and the Roman Recovery*. London: Routledge, 1996, p. 228 – 229.

* ambos aposentados em 305 d.C.

** Divisão Oriente e Ocidente

Obs.: A tradução é de nossa autoria.

Anexo 2 - MAPA



WHITBY, Michel. *Rome at War AD 293 – 696*. Oxford: Osfrey Publishing, 2002, pp. 14.

Anexo 3 - MAPA***



*** Utilizamos como base para a elaboração desse mapa a obra de Richard J. A. Talbert, *Atlas of Classical History*, de 1985 (edição usada de 2003).

Anexo 4

Joviano – Flavius Iovianus (363-364 d.C.)



Tais moedas representam a imagem do Imperador Joviano de 363 a 364 d.C.
Rompe com a linha dinástica, por aclamação do exército.

Anexo 5

Valentiniano I – Flavius Valentinianus (364-375 d.C.)



Tais moedas representam a imagem do Imperador Valentiniano I de 364 – 375 d.C.. Após o rápido governo de Joviano, o exército elege Valentiniano para ser seu novo imperador.